



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Uma Proposta de Valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal – Santiago de Cabo Verde

Claudino Borges

Orientação: Professor Doutor Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Artístico

Área de especialização: Património Artístico e *História da Arte*

Dissertação

Évora, 2014

“ A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Jacques Le Goff, 1998:47).

Dedicatória

À minha Esposa Hírdina Pereira Tavares Borges e aos meus filhos por todo apoio recebido ao longo desta caminhada académica, pelos momentos bons e maus que ultrapassamos juntos, e por todos os sorrisos e as lágrimas caídas.

O meu bem-haja

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela força e coragem que me concedeu durante a minha vida e o meu percurso académico.

À toda a minha família pelo apoio incondicional que recebi com especial destaque a minha esposa, e a minha mãe.

Ao meu Professor /Orientador Doutor, Paulo Rodrigues Simões Rodrigues, pela forma que me orientou esta dissertação, pelos momentos de debates e esclarecimentos em que sempre chegávamos ao cerne da questão.

Da mesma forma quero agradecer a todos os meus professores do curso GVPHC, aos colegas do curso, ao Diretor do Museu da Resistência do Tarrafal João da Mata, ao Presidente da Câmara do Tarrafal José Pedro Nunes, ao Presidente do IIPC Humberto Ilídio da Cruz, ao Presidente da Associação Cívica de Chão Bom professor António Costa, ao Senhor Alberto Semedo ex. preso político do Campo de Concentração do Tarrafal, aos funcionários do museu e a toda população do Tarrafal em especial aos residentes de Campo de Concentração por disponibilizar em dar entrevistas e me autorizar em entrar nas suas moradias para fazer os meus trabalhos.

Aproveito para estender os meus agradecimentos à Biblioteca Nacional de Cabo Verde e a Biblioteca Pública de Évora - Portugal, ao Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, à Fundação Mário Soares e ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo pela disponibilidade e apoio que me deram durante a fase de pesquisa.

Aos meus amigos que diretamente e indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Resumo

O histórico e emblemático Campo de Concentração do Tarrafal-Ilha de Santiago de Cabo Verde, actual Museu da Resistência, enfrenta um processo de degradação constante que se não for levada a efeito uma intervenção urgente, pode conduzir à destruição do seu património arquitectónico e memorial. Pelo seu valor simbólico, histórico e transnacional torna-se necessário desenvolver um projecto de recuperação patrimonial e museográfico que possibilite a preservação do espaço e das memórias dos presos que por lá passaram.

Esta dissertação tem como sustentação teórica as questões sobre o património, o território, as tipologias e funções dos museus além de uma reflexão sobre o património doloroso das memórias.

Palavras-chave: Património, museu, memória, educação, requalificação e preservação.

Abstract

A Proposal of Valorization for the Museum of Resistance in Tarrafal – Santiago Cap Vert

The historic and emblematic Concentration Camp of Tarrafal, now the Resistance Museum, in Santiago Island of Cape Verde faces a process of continuous degradation that, if it is not taken urgent action, it can lead to the destruction of its architectural heritage and memorial. For its symbolic, historical and transnational value, it becomes necessary to develop a draft patrimonial and museographic retrieval, which enables the preservation of space and memories of the prisoners who passed through. This dissertation had as support the theoretical issues on heritage, territory, the types and functions of museums in addition to a reflection on the heritage of painful memories.

Keywords: Heritage, the museum, the memory, education, requalification and preservation.

Rizumu

Um Proposta di Valorizaçon pa Muzeu di Resistensia di Tarrafal – Santiago Kabu Verdi

Storiku i enblematiku Kanpu di Konsentrason – atual Muzeu di Rezistensia di Tarafal, Ilha di Santiagu, Kabu Verdi – sa ta straga un bes ba. Trokadu disu, si el ka konpodu faxi, es patrimoni u arkitetoniku i mimorial pode kaba na nada. Pabia di se valor simboliku, storiku i transnasion al, sa ta mestedu un prujetu pa se rekuperason patrimonial i muzeografiku pa nu pode prezerva es spasu i mimoria di kes prezu ki stevi la.

Fora di patrimoni u dolorozu di mimorias, otus bazi teoriku di es disertason, e kistons di patrimoni u, teritoriu, tipolojias i funsons di muzeus.

Palavras-xavi: patrimoni u, muzeu, mimoria, edukason, rekualifikason i prezervason.

Lista de Abreviaturas

ACCB – Associação Cívica de Chão Bom

ACEP – Associação Cabo – Verdiana dos EX – Presos Políticos

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa

CMT – Câmara Municipal do Tarrafal

B.O – Boletim Oficial

EBI – Ensino Básico Integrado

CMT – Câmara Municipal do Tarrafa

ICOFOM – Comité Internacional para a Museologia

ICOM – Concelho Internacional dos Museus

IIPC – Instituto de Investigação do Património Cultural

MC – Ministério da Cultura

MED – Ministério da Educação e Desportos

MINOM – Movimento Internacional para a Nova Museologia

MOPC – Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações

MRT – Museu da Resistência do Tarrafal

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

OIM – Organização Internacional do Museus

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa

PIDE – Polícia Internacional da Defesa do Estado

PVDE – Polícia Política de vigilância e Defesa do Estado

PSP – Polícia de Segurança Pública

SWOT – Strong points/ Weak points / Opportunities / Threats

UNESCO – Organizações das nações Unidas para a educação Ciência e Cultura

Índice das figuras

Figura 1: Enquadramento geral de Cabo Verde – In dossier de candidatura de Cidade Velha ao património mundial da humanidade 2008	38
Figura 2: Mapa da Ilha de Santiago, In Brito Semedo 2007.....	39
Figura 3: mapa localização geográfica do Tarrafal e da Zona de Chão Bom – Google Earth 20 de Fev. 2014.....	40
Figura 4: Localização do Campo de Concentração do Tarrafal /Atual Museu da Resistência. Fonte: www.sit.gov.cv . [consultada em 20 Fev. 2014]	42
Figura 5: A primeira instalação da Colónia Penal do Tarrafal	43
Figura 6: Imagem da Frigideira Fonte – imagem patente na exposição no Museu da Resistência.	45
Figura 7:Foto de Holandinha (imagem do autor)	46
Figura 8: Fotos de edifícios da parte exterior do Museu da Resistência: Imagem gentilmente cedida pela direção do Museu.....	51
Figura 9: Fotos de edifícios da parte Exterior do Museu da Resistência, Fonte: Imagem gentilmente cedida pela direção do Museu.....	52
Figura 10: Fotos de edifícios da parte interior do Museu da Resistência – Imagem gentilmente cedida pela direção do Museu.....	53
Figura 11: Mapa síntese do estado da conservação do Museu da Resistência; Fonte: Cortesia do arquiteto Luís Semedo	61
Figura 12: As consequências do assentamento em pavimentos de alvenaria	64
Figura 13:Problemática da extração da areia ao redor do Museu; Fonte Autor.	81
Figura 14: Vista principal da entrada do Campo de Concentração de Dachau; Fonte: http://phototravel.blogspot.com/2006/11/dachau-concentration-camp.html http://phototravel.blogspot.com/2006/11/dachau-concentration-camp.html	83

Figura 15: Interior do Campo de Concentração de Dachau;	84
Figura 16: Casa da Cultura do Recife – Brasil;	85
Figura 17: Interior da Casa de Cultura de Recife – Brasil;.....	86

Índice de Tabelas

Tabela 1: Ficha de Análise Específica.....	54
Tabela 2: Quadro Geral do estado de conservação dos edifícios do Museu.....	62
Tabela 3: Estado de conservação do interior do Ex. Complexo Prisional. Fonte: Autoria do autor	62
Tabela 4: Quadro resumo das patologias no Museu da Resistência	65
Tabela 5: Quadros de análise SWOT.....	78

Índice Geral

Dedicatória.....	II
Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract.....	V
Rizumu.....	VI
Lista de Abreviaturas	VII
Índice das figuras	IX
Índice de Tabelas	XI
Índice Geral.....	XII
I CAPÍTULO	1
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Identificação do Tema	1
1.2. Abordagem do tema.....	5
1.3 Justificação do tema.....	6
1.4. Objetivos.....	7
Gerais	7
Específicos	8
1.5. Metodologia:	8
1.6. Problemática / Hipóteses	9
CAPÍTULO II.....	11
2. O PATRIMÓNIO	11
2.1 Enquadramento Teórico.....	11
2.2. O Património em Cabo Verde.....	14

2.3. Museu a Origem e a Evolução Conceptual.....	16
2.4. O Museu e o Património Doloroso das Memórias.....	24
2.5. O Contributo que o Museu da Resistência Pode dar no Processo Educativo	30
CAPÍTULO III.....	35
Campo de Concentração do Tarrafal / Museu de Resistência – Conhecer para Agir.....	35
3. Enquadramento Geral	36
3.1. a. Da conjuntura política da Europa no século XX.....	36
3.1.b. De cabo Verde	38
3.1.c. Da Ilha de Santiago	38
3. 1.d. Do Tarrafal.....	39
3.2. O Campo de Concentração do Tarrafal	42
3.3. O Museu da Resistência.....	48
3.4. Situação atual do Museu da Resistência	54
3.5. A Gestão o Uso e a Conservação (Fase 3 Gerir e Valorizar)	68
3.6. Metodologia de Investigação no Terreno, Contribuição para o Desenvolvimento de um projecto Comum e Sustentável	68
3.7. Análise SWOT	77
3.8. Estudos Comparativos	81
3.9 – Uma análise crítica sobre a organização da exposição no Museu da Resistência	86
CAPÍTULO IV	89
Proposta de Valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal.....	89
A Tutela	90
Vocação	90
O Acervo/ Caracterização	90
Política de Incorporação	91
Política de Conservação/ Normas e Procedimentos de Conservação preventiva	91
Política de Documentação e Identificação	92
Política de Exposição.....	92

Política Educativa	94
Política de Segurança/ Avaliação de Riscos	95
Edifício/ Envolvente/ Áreas/ Espaços das Funções	96
Público-Alvo	98
Política/Estratégia de comunicação e Divulgação	98
Modelo de Gestão	100
Recursos humanos	100
Criação de uma Equipa Pluridisciplinar	101
Pessoal Contratado.....	101
Voluntários e Estagiários	101
Recursos Financeiros	102
Receitas	102
Despesas.....	102
Referência Bibliografia.....	107
Artigo disponível em meio electrónico:.....	113
Legislação Nacionais Citadas:	114
Legislações Internacionais Citadas	115
Carta de Veneza 1964	115
Outras Fontes de Consulta:	116
Catálogo de exposição “nos patrimóniu” (2005). Praia: IIPC	116
Páginas electrónicas:.....	116
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA O MINISTÉRIO DA CULTURA/IIPC.....	119
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA CÂMARA MUNICIPAL DE TARRAFAL DE SANTIAGO	122
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA O DIRECTOR/ COORDENADOR DO MUSEU.....	125
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS Antigos Presos políticos do Campo de Concentração	128
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS MORADORES	130
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA a ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS, CULTURAIS E PÚBLICAS	132

Anexo - 2	134
Índice de crédito das imagens	140
Anexo 2.....	141

I CAPÍTULO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Identificação do Tema

Esta dissertação é realizada no âmbito do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico-cultural (GVPHC), do Departamento de História da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Simões Rodrigues.

Trata – se de uma dissertação cujo tema é: **Proposta de Valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal - Santiago de Cabo Verde**, um dos mais emblemáticos monumentos de Cabo Verde e que funcionou como Campo de Concentração de Tarrafal durante o período colonial.

Esta pesquisa visa, essencialmente, contribuir para a construção de uma nova cultura patrimonial e, sobretudo, museológica de Cabo Verde, melhorando o processo de valorização e preservação dos seus bens materiais (os testemunhos culturais – monumento histórico, os espólios etnográficos, bem como os bens imateriais (o espírito de lugar e as manifestações culturais).

A singularidade do Campo de Concentração/atual Museu da Resistência do Tarrafal, pode ser observado através de um ambiente muito próprio e peculiar que transporta o indivíduo/observador para um passado muito triste e não muito distante. Isto pode se sentir através do espaço agreste onde esta situado o museu, do seu imponente murro construtivo cercado de arame farrapado, das pequenas celas onde os presos passavam todo tipo de sofrimento físico e psicológico, dos objetos ali expostos em memória das vítimas do regime fascista e de um autêntico silêncio que paira no ar que nos faz pensar que todos aqueles que ali perderam as suas vidas, estão descansando tranquilamente no paraíso.

A valorização de um povo passa necessariamente pela preservação da sua identidade coletiva. A criação de mecanismos de memória contribuem para a perpetuação e a transmissão da memória coletiva, como forma de fazer face ao esquecimento que possa ser movido por interesses de ordem ideológica, política ou socioeconómica. Pierre Nora (1992) designou de “lugares de memória” os diferentes suportes que têm a função de

condensar a memória coletiva de uma nação, dos espaços físicos (como os museus) aos textos e objetos.

Segundo Anderson (2005), a nação como “comunidade política imaginada” é construída através do carácter simbólico dos seus habitantes. A nação é imaginada como comunidade, na medida em que estabelece a ideia de um “ nós” coletivo independente das desigualdades e hierarquias que a compõe.

Vários foram os eventos marcantes da história da humanidade que se constituíram elementos que têm reforçado a “comunidade imaginada” de muitas nações: a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, o fascismo e o Holocausto, etc. Tem – se assistido a discussões públicas sobre a forma de preservar a memória coletiva desses acontecimentos e de a manter como memória oficial, uma vez que a maioria dos sobreviventes desses eventos já faleceram. Os sobreviventes do regime fascista em Portugal e nos PALOP têm lutado para dar visibilidade às suas memórias. No caso concreto de Portugal, é o movimento cívico «Não Apaguem a Memória», ligado à Fundação Mário Soares, que tem trazido a importância de preservar a memória histórica da resistência ao fascismo para o espaço público, em Cabo Verde a Associação Cabo – Verdiana dos ex. presos políticos e a Fundação Amílcar Cabral e em Angola a Fundação Agostinho Neto. Muitas são as acções levadas a cabo por estas instituições no sentido de preservar a memória dos acontecimentos do fascismo, tomamos como exemplo a realização do Simpósio Internacional sobre Tarrafal que teve lugar em 2009, as exposições realizadas na cidade da Praia em 2007 intitulada Campo de Concentração do Tarrafal Documentação histórica (organizada pelo Arquivo histórico Nacional) e em 2009 organizada pelo ACEP. A nível internacional mais concretamente em Portugal, na Vila Franca de Xira realizou uma exposição cujo tema era “Tarrafal. Memória do campo de Concentração do Tarrafal” (de Abril a Agosto de 2010).

A própria criação do Museu da Resistência do Tarrafal, é mais uma prova do esforço que se tem vindo a fazer no sentido de preservar a memória dos presos que por lá passaram. Pela requalificação de alguns espaços e pela valorização dos acervos que estão exposto no MRT, torna – se evidente de que esforços tem sido feitos, mas temos a consciência que muitas coisas ainda estão por fazer para que possamos ter um museu digno de ser um espaço de memória.

O Museu da Resistência (antigo Campo de Concentração do Tarrafal), por ser um dos mais importantes patrimónios históricos de Cabo Verde e por se encontrar em mau estado de conservação, necessita urgentemente de uma intervenção e de uma valorização patrimonial no sentido de preservar não só a estrutura arquitetónica do edificado do Museu, mas também a sua história. Este espaço museológico testemunha uma herança do período colonial português e a memória da prisão de vários opositores nacionalistas africanos ao regime colonial português.

Nos dois períodos em que funcionou o Campo (de 1936 a 1954 e de 1961 a 1974) estiveram presos 340 antifascistas dos quais 32 faleceram de doenças e maus tratos; dos 238 nacionalistas africanos presos morreram 4 até o encerramento do Campo. Os homens que sobreviveram são os resistentes ao regime, ou seja, são símbolos de luta e determinação para uma sociedade mais justa e sem atropelos democráticos. Os protagonistas são homens de Portugal, de Cabo verde, de Angola e de Guiné Bissau que aderiram a resistência, não por capricho, mas sim na base de uma doutrina que espelha os valores da Humanidade, da liberdade e da autodeterminação.

Quase quarenta anos após a queda do regime salazarista que levou ao encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal/ atual Museu da Resistência, coloca-se a questão de como honrar as memórias das vítimas do fascismo e qual é a melhor forma de fazer face ao esquecimento irreversível? Um dos aspetos mais importante é a reabilitação do Campo em que estiveram encarcerados e a sua valorização, o que permitirá que as gerações futuras conheçam a estrutura do Campo e utilizem o museu como espaço de formação e informação. Por isso, torna – se cada vez mais necessário dar uma outra visibilidade ao Museu da Resistência, de modo a responder as demandas do seu público-alvo. A maneira mais eficaz para a sua proteção, conservação e valorização é, evidentemente, a sua integração na sociedade. Em relação a este aspeto, Coelho (1992), diz que o património só será realmente protegido de tantas ameaças que o envolvem se estiver integrado na vida moderna e adaptado às necessidades sociais. O uso do património cultural é outro aspeto importante. A maneira como será utilizado pelos grupos contemporâneos será responsável evidentemente pela sua capacidade de integração do meio social. A sociedade contemporânea não admite mais o monumento, sitio ou objeto como coisa intocável, protegida para ser admirada, sem que a comunidade possa participar na sua existência. Este aspeto será fundamental para se conseguir a integração do bem cultural na sociedade.

Por outro lado, há que reconhecer os esforços feitos pelos movimentos da sociedade civil portuguesa para a valorização deste espaço. Eles têm estado a dar visibilidade à causa dos resistentes antifascistas. É o caso dos movimentos: Associação dos Ex – Presos Políticos Antifascistas, o Tribunal Cívico Humberto Delgado, a Comissão do Livro Negro do Regime Fascista e a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses. Em Cabo Verde temos a Associação dos Ex – Presos Políticos, ACEP, que tem mostrado algum dinamismo. Também não é de esquecer e referir que os trabalhos sobre o Estado Novo têm trazido algum conhecimento sobre o Campo de Concentração do Tarrafal/ Museu da Resistência.

É com esses trabalhos que as memórias das vítimas têm sido valorizadas. No que respeita aos lugares de memórias, caso do Campo de Concentração/ Museu da Resistência, não são alvos de atenções devidas. Só após vários anos de abandono é que o Campo de Concentração do Tarrafal, atual Museu da Resistência, foi alvo de valorização por parte dos governos de Portugal, de Cabo Verde, da Guiné Bissau e da Angola. Este museu foi inaugurado em 2000 como meio de dar dignidade ao espaço e às memórias das vítimas. Com o Simpósio Internacional de 2009, realizado neste museu, a motivação para a preservação deste espaço saiu reforçada na medida em que se pretende edificar um espaço museológico com alguma dignidade e que respeite os valores da Humanidade, já que vai concorrer para o Património da Humanidade.

É neste quadro que a minha dissertação se vai centrar, ou seja: refletir sobre o Museu da Resistência enquanto museu da comunidade, enquanto um património doloroso das memórias que labora na defesa dos direitos humanos e da cidadania que represente uma identidade multinacional e multicultural e propor um projeto dinâmico e participativo em prol do desenvolvimento local, nacional e global.

Esta dissertação irá trazer com certeza muitas novidades/mais-valias tanto para o Museu da Resistência como para os visitantes e para a população em geral (local, nacional e global, mais concretamente no contexto dos países da CPLP).

De entre as novidades podemos destacar:

- uma nova organização do acervo museográfico de modo a facilitar a sua compreensão e ampliar o roteiro turístico;

- uma gestão participada envolvendo a comunidade local, os movimentos associativos e culturais, a ativação dos serviços educativos baseado numa nova relação entre escolas jardins infantis, universidades, museus e o reforço da valorização do património.
- Uma nova visão na valorização das memórias vivas do Campo de concentração do Tarrafal, e da cultura local (músicas, danças, teatro, artesanato e outras áreas do saber fazer).
- Um novo sistema de relacionamento entre as instituições públicas e privadas a nível local nacional e internacional, com objetivo de promover o MRT e melhorar as condições de vida da população local.

1.2. Abordagem do tema

Este trabalho é constituído por quatro capítulos, mais a conclusão, a bibliografia, os anexos fotográficos e documentais. Cada capítulo está, por sua vez, subdividido por vários pontos sequenciais. Assim sendo, o Capítulo I introduz o tema, fazendo a identificação, a abordagem e a justificação do objeto de estudo, preconizando os objetivos, a metodologia e formulando hipóteses/ problemática.

Entretanto, no Capítulo II faz-se um enquadramento teórico do objeto de estudo, utilizando os conceitos do património cultural, aborda-se a questão do património em Cabo Verde, da origem do museu e a evolução conceptual - o museu e o património doloroso das memórias, e o contributo do MRT no processo educativo..

No Capítulo III enquadra-se o objeto de estudo em termos espaciais, fazendo uma pequena referência histórica a Cabo Verde, à Ilha de Santiago e, em particular, ao Tarrafal. Ainda, neste capítulo aborda-se a questão do Campo de Concentração do Tarrafal/ Museu de Resistência e faz-se um estudo comparativo com outros monumentos e sítios que foram Campos de Concentração ou penitenciárias que atualmente são museus, como são os casos do Campo de Concentração de Dachau em Alemanha e a Penitenciária de Recife do Brasil, atual Casa da Cultura desta cidade., Também se analisa a situação atual do Museu da Resistência, abordando-se a questão do próprio Museu como objeto de estudo. Faz-se uma análise SWOT do sítio, a gestão o uso e a conservação do espaço e por último, uma análise crítica da organização da atual exposição do Museu.

No Capítulo IV é elaborado de um conjunto de propostas que visa a valorização do sítio museológico em estudo.

Para concluir, elencam-se algumas considerações finais, apresentam-se os resultados das pesquisas, avalia-se as metodologias usadas e os objetivos preconizados.

1.3 Justificação do tema

Possivelmente grande parte do conhecimento que se tem sobre o Museu da Resistência, antigo Campo de Concentração do Tarrafal, tem origem nos trabalhos históricos sobre o Estado Novo, como por exemplo: “PIDE; A História da Repressão ¹”, de Alexandre Manuel e outros; Tarrafal na Memória dos Prisioneiros 1935 -1954², de Nélida Brito; Testemunho de um Combatente³ de Pedro Martins, O Campo de Concentração do Tarrafal (1936-1954) A Origem e o Quotidiano ⁴ de José Manuel Soares Tavares, entre outros. Tem sido por meio destes e de outros trabalhos que o Museu se tem concentrado na valorização das memórias das vítimas. Aspeto que é fundamental para a legitimação e adaptação do espaço a Museu.

No entanto, é necessário começar a pensar no próprio edifício como espaço da memória que se propõe a construir.

Neste particular, é também de registar o surgimento de monografias e teses académicas. Deste modo destaca-se a tese do Arquiteto Paulo Alexandre Monteiro Lima, intitulada *Reconversão Penitenciária e sua Reinserção Urbana – Museu de Resistência*, que propõe uma nova forma de restauro arquitetónico do Museu utilizando materiais modernos e diferenciados e faz referências sobre tipos e modelos de construção das penitenciárias a nível mundial; a dissertação do Mestre Carlos Jorge Silva Mendes, *O Museu da Resistência: Museu Transnacional*, em que o autor coloca a tónica sobretudo na questão do

¹ MANUEL, Alexandre e outros; Pide a História da Repressão, Editora Mutilus, Fundação 1974;

² BRITO, Nélida; Tarrafal na Memória dos Prisioneiros, (1936 – 1954), Lisboa, Edições Dinossauro, 2006.

³ MARTINS, Pedro; Testemunho de um Combatente, Coleção “Documentos para a História de Cabo Verde”. Instituto Camões. Centro Cultural Português, Praia

⁴ TAVARES Soares, J. Manuel. O Campo de Concentração do Tarrafal -1936-1954 – A Origem e o Quotidiano. Edições Colibri, Lisboa 2007.

colonialismo e pós-colonialismo - a proposta apresentada não é muito concreta, não abrange todos os equipamentos/serviços do museu e pretende ser uma espécie de museu das relações dos países lusófonos, principalmente de Portugal e das suas ex-colónias.

A escolha deste tema também se justifica, em parte, para o aumento da bibliografia em matéria do património e museus. Assim sendo, espera-se que o mesmo venha a contribuir para o advento de um debate científico, em prol do desenvolvimento patrimonial de Cabo Verde.

A carga simbólica do Campo de Concentração do Tarrafal, atual Museu de Resistência, é incontornável para a efetivação de um projeto local, nacional e global. É um ato de reparação da memória das vítimas, uma homenagem aos mortos e aos que sobreviveram aos períodos do colonialismo.

1.4. Objetivos

Gerais

1. Contribuir para uma maior valorização e gestão do sítio, transformando-o num espaço de memória para:

1.1 enquadrar no contexto histórico o lugar do Museu da Resistência na luta da resistência antifascista;

1.2 refletir sobre o estatuto do Museu e da memória como principal elemento de reconciliação com a história da comunidade;

2. Propor o desenvolvimento de um projeto para a dinamização do Museu da Resistência, de modo a:

2.1 melhorar as condições de vida dos moradores.

2.2 valorizar o Museu da Resistência com a finalidade de propor uma candidatura à classificação de Património Mundial pela UNESCO.

Específicos

- Conservar, restaurar e reestruturar todas as estruturas do Museu, de modo a facilitar a sua leitura global e interpretação, integrando-o nos circuitos turísticos, em prol do desenvolvimento social;
- Ampliar o roteiro e/ ou circuito turístico aproveitando as antigas moradias dos dirigentes do antigo Campo de Concentração;
- Aproveitando o estatuto de referência do Museu no município do Tarrafal, utilizá-lo para atividades culturais e sociais promotoras do espírito empreendedor local, sobretudo dos jovens, de forma a dinamizar a economia.

1.5. Metodologia:

Nesta proposta museológica foram utilizados vários métodos: o comparativo (partindo das comparações das premissas técnico-científicas de naturezas diferenciadas e até de elementos comuns), o indutivo (indos dos aspetos particulares para os gerais), cuja aproximação aos fenómenos particulares caminha para um plano cada vez mais abrangente, e o dedutivo que parte da demonstração dos componentes gerais para os particulares⁵.

Esses métodos foram complementados com os métodos etnográfico, de observação direta e participante, usando as técnicas de entrevista, aplicados aos informantes privilegiados, histórias de vida e conversas formais e informais com as mais destacadas personalidades da população e os agentes políticos, sociais e culturais do país e da cidade.

Não menos importante, foi a utilização da técnica de SWOT, para a recolha e análise e a avaliação da dinâmica patrimonial nesta comunidade (Tarrafal).

A aplicação desta metodologia, no seu todo, dependeu de cada etapa deste trabalho. Assim sendo, foi realizada em várias etapas:

1 – Recolha das informações bibliográficas relativo a cultura em geral, história, património memórias e museus, turismo cultural, histórias de Cabo Verde (Ilha de Santiago e

⁵ LAKATOS, e ANDRADE MARCONI, 1992, pp. 105 e 106. O método que Malinowski usou para o estudo dos trobriandeses, na Nova Guiné. Este também foi o pai do método da observação participante.

sobretudo Tarrafal), e fazer o cruzamento das informações bibliográficas editadas e não editadas.

2 – Levantamento dos dados através de entrevistas ou conversas formais e informais, com pessoas de vários estatutos sociais e políticos (Ministro da Cultura, Presidente do Instituto de Investigação do Património Cultural, presidente da Câmara Municipal do Tarrafal, Ex-presos políticos, Diretor do Museu de Resistência, representantes das associações comunitárias entre outros) e seu complemento com as informações da análise SWOT.

3 – Congregação de várias propostas museológicas e de salas de exposições temáticas existentes em projetos, com a participação ativa da população local e dos vários grupos interessados (stakeholders)⁶.

De sublinhar que o método comparativo é mais utilizado nas recolhas de dados e nas análises formais dos monumentos nacionais e transnacionais, concernentes às matérias de cultura material e imaterial, da musealização, da gestão integrada do património e do turismo cultural.

O uso deste método permite um melhor conhecimento, compreensão da problemática do património e museus, e sobretudo porque possibilita um melhor enquadramento deste tema: proposta de valorização do Museu de Resistência do Tarrafal (Santiago de Cabo Verde).

1.6. Problemática / Hipóteses

Este tema brotou a partir dos seguintes questionamentos:

1 – Existem políticas nacionais ou locais para o património Cabo-verdiano? Quem são os seus promotores?

2 – Porque é que Tarrafal é importante?

⁶ Stakeholder, em português, significa parte interessada ou interveniente, é um termo usado em diversas áreas como administração e arquitectura de software referente as partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governação corporativa executadas pelas empresas. O termo foi usado pela primeira vez pelo filósofo Robert Edward Freeman. Segundo ele os Stakeholders são elementos essenciais ao planeamento estratégico de negócios. No domínio do património segundo o professor Sílvio Gomes Zancheti, stakeholder traduz o “grupo interveniente ou beneficiado” no quadro da valorização e gestão patrimonial de um sítio ou um monumento.

3 - Que importância tem o Museu da Resistência no contexto da cidade do Tarrafal? Como esta organizado o acervo neste museu? Como está o seu estado de conservação? Que intervenções foram feitas? Como está sendo feita a gestão do sítio património nacional?

4 - Como resgatar o património doloroso do esquecimento?

5 – Qual é a função social da memória?

A valorização deste espaço museológico depende muito da forma como irá ser requalificado e integrado a sociedade. Pelo seu simbolismo deve e merece ser um lugar digno de memória que representa a unidade entre as nações, ou seja, um ponto de encontro entre as culturas. Faz parte do dever que temos com as memórias daqueles que de uma forma voluntária deram as suas vidas com o único propósito que é por um mundo mais justo onde todos têm vez e voz.

CAPÍTULO II

2. O PATRIMÓNIO

2.1 Enquadramento Teórico

Se resgatarmos a génese do termo, percebemos que património teve a sua origem na palavra latina “*patrimonium*”⁷, entendida como a herança que os filhos recebiam dos pais, ou seja, o que era herdado e que devia ser preservado e conservado.

Este conceito teve a sua evolução ao longo do tempo, passando a integrar os bens materiais, imateriais ou naturais que tiveram importância no seio devido a sua historicidade, autenticidade, singularidade e culturalidade. É baseado nestes parâmetros que as sociedades assumem como dever conservar, preservar, restaurar (caso seja possível) e transmitir às novas gerações os meios de fomentar a preservação da memória, como é o caso do nosso objeto de estudo.

Historicamente, a noção do património nasceu com a Revolução Francesa, com a tomada de consciência coletiva de que os antigos bens, mobiliários e imobiliários, do poder real, da igreja e da nobreza não deveriam ser destruídos, apesar de serem símbolos do antigo regime, mas tornarem-se propriedades da Nação. Neste contexto, surgem, em França, as primeiras medidas de salvaguarda dos monumentos históricos tomadas durante a Revolução de 1798 (Choay 2010).

No entanto, a noção “património” não permaneceu estática e se alguns estudiosos da área do Património Histórico–Cultural lamentam que a primeira definição do conceito levava em si uma visão estritamente associada aos monumentos e aos edifícios antigos, hoje, ao falarmos de património, incluímos o documental, arquivístico, bibliográfico, iconográfico e oral. Assim como os bens da natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade (Santos 2008).

Deste modo, todo o meio ambiente criado pelo homem, incluindo o sítio onde se instala, necessário à sua vivência social é passível de se tornar um património (Coelho 1992).

⁷ FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil. Disponível em <<<http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/texto1.pdf>>> visitado em 15 de Dezembro de 2013.

Logo, este conceito envolve não só todas as realizações do homem, como também o meio em que vive e os recursos naturais, incluindo os por ele transformados para prover as suas necessidades materiais e espirituais.

Ainda, segundo o mesmo autor, património é o conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse social, quer por sua vinculação com fatos históricos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, compreendendo os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que sejam importantes de conservar e proteger pela feição notável que tenham sido dotados pela natureza ou agenciadas pela indústria humana. Assim, do sítio natural à criação arquitetónica, da escultura, da pintura ou aos objetos de artesanato, da literatura à música, tudo é património cultural.

Neste mesmo capítulo aproveitamos o conceito universal do património reconhecido pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO), reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972⁸, na sua décima sétima sessão sobre Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural⁹, que definiu como património cultural e natural todos os:

Monumentos – obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Conjuntos – grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

Locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo locais de interesse arqueológico, com o valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

O art. 4º desta Convenção estabelece que cada um dos Estados membros deverá reconhecer a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às futuras do património cultural e natural sob a sua responsabilidade. Para tal, deverá esforçar-se, utilizando o máximo dos seus recursos disponíveis, e se necessário mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possam beneficiar, nomeadamente no plano financeiro, artístico, científico e técnico.

⁸ Convenção de Paris, 1972, que trouxe um novo paradigma conceptual e de Gestão para a ciência patrimonial.

⁹ Nesta Convenção fez-se a junção do património Cultural e Natural.

Segundo a Carta de Cracóvia¹⁰ (2000), o Património é o *Conjunto* de obras humanas nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e dos quais se apropria.

A sua identificação e especificação são, assim, um processo relacionado com a seleção dos valores. De acordo com o mesmo documento internacional, o *Monumento* representa uma identidade reconhecida pelo seu valor e que constitui um suporte de memória. É com ele que a memória identifica aspetos relevantes que guardam uma interação com atos e pensamentos humanos, associado ao curso da história de uma forma a que todos poderão ter acesso. Nesta definição de património e monumento podemos perfeitamente integrar o Museu da Resistência porque é um conjunto de obras humanas de valor histórico e memorial reconhecido pela comunidade local, política, científica e global.

Por sua vez, a Carta de Veneza, no seu art. 1º, define o *Monumento Histórico como a criação arquitetónica, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico*. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido com o tempo, um significação cultural como por exemplo o Museu da Resistência do Tarrafal – Santiago de Cabo Verde.

Em suma, pode-se afirmar que o património é um conceito extenso e complexo que inclui bens móveis, imóveis e imateriais. O património material transmite mensagens culturais através dos testemunhos, que são verdadeiros mensageiros da cultura, assim como, permanentes testemunhos de uma civilização (HERNÁNDEZ E TRESSERAS, 2001:13).

Com o efeito, o tempo da globalização é outro, em que a preservação patrimonial pode implicar a conservação, o restauro a valorização e reutilização dos testemunhos com fins sociais, culturais e turísticos, de modo a assegurar a sua sustentabilidade. No decorrer destes anos, a vaga patrimonial, em sintonia com a da memória, tomou cada vez mais amplitude até tender para a ausência de limites em que “tudo é património”¹¹. Assim e legitimamente como se reclama as memórias de tudo, tudo seria património ou suscetível de se tornar património.

O século XX é o que mais invocou o futuro. O que mais construiu e densificou o termo património, o que levou mais longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do

¹⁰ Carta de Cracóvia 2000- sobre os princípios para a conservação e o Restauro do património construído – Conferência Internacional sobre a Conservação.

¹¹ François Hartog, *temporality and Patrimony*, citado por: José Carlos Reis/departamento da História/UFMG, Edição Varia História, belo Horizonte, vol.22, nº 36: p.266, Julho de 2006.

futuro, conforme aos parâmetros do regime moderno de historicidade. Mas temos que ter a consciência de que foi também neste século, sobretudo no seu último terço, que maior extensão se deu à categoria do presente, fabricando quotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade.

2.2. O Património em Cabo Verde

Considerando os pressupostos acima apontados, podemos abordar a questão do património em Cabo Verde afirmando o seguinte: “*O Estado cabo-verdiano tem como uma das tarefas fundamentais proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural e artístico nacional*”¹². Também a lei de base que aprovou a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano¹³ já deixou expressas estas obrigações nos seus artigos 4º e 5º do diploma.

Podemos referir ainda a Constituição da República de Cabo Verde¹⁴, no seu art. 6 ponto 2, em que os valores patrimoniais estão implícitos no conceito de território nacional, quando se afirma que “... *na zona económica exclusiva e a plataforma continental, definidas na lei, o Estado de Cabo Verde contém direitos de soberania em matéria de conservação, exploração e aproveitamento dos recursos naturais, vivos ou não vivos (culturais – arqueológicas, subaquáticas, monumentos, ruínas etc.), e exerce jurisdição nos termos do direito interno e das normas internacionais*”.

Segundo Hernández e Tresseras (2001: 15), “*a gestão do património é um conjunto de atuações programadas com objetivo de conseguir uma ótima conservação dos bens materiais e a sua adequação às exigências sociais contemporâneas*”. Ou seja, a gestão do património histórico tem como ponto de partida a conservação de determinados objetos

¹² Boletim Oficial - Suplemento, I Série - Número 17 de 3 de Maio de 2010 (*Retificado pelo BO nº 28 de 26 de Julho de 2010, I Série, art. 7º,k*).

¹³ Suplemento ao "BOLETIM OFICIAL" DE CABO VERDE nº 52, de 29 de Dezembro de 1990 - Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro (Lei de Bases que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano), Secção VIII, Artigo nº 64).

¹⁴ Constituição da República de Cabo Verde de 1992 - artigo 6, ponto 2 que regula e estipula a criação da Zona Económica Exclusiva (ZEP).

especialmente apreciados, produzidos por uma atividade humana no passado mais ou menos distante, que tem perdurado até o presente. Ainda para dar mais reforço a questão conceito do património como resultante de uma sociedade e que Cabo Verde também faz parte, optei por analisar a Lei – base do Património em Portugal¹⁵, visto que, esta tem muita influência e muitas semelhanças com as leis Cabo-verdiana. Também uma outra questão que me levou a fazer esta triangulação dos conteúdos é devido a um forte laço de cooperação técnico e cultural que existe entre os dois países e porque a lei portuguesa ela é moderna aplicável as realidades insulares como a uma parte muito importante da história portuguesa e as demais colónias portuguesas no contexto da CPLP.

A lei-base portuguesa é complementada com outros regulamentos, como a Lei-Quadro dos Museus Portugueses e as emendas das autarquias locais, como as referentes ao ordenamento do território, sendo certo que todas elas se sustentam na Constituição de República Portuguesa, e nas convenções e cartas internacionais. Depois da publicação de vários Decretos, como o nº 20895 de 7 de Março de 1932, que no seu artigo nº 24º diz que *“A concessão do título de monumento nacional aos imóveis cuja conservação defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico...”*, e no artigo nº 30º, no qual se afirma que *“Os imóveis que, sem merecerem a classificação de monumento nacional, oferecem todavia considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico, serão com esta designação, descritos em cadastro especial...”*

Não menos importante é a Lei nº 13 de 6 de Julho de 1985, que veio trazer uma definição sobre património com maior incidência aos bens imateriais. No seu artigo nº 1 diz o seguinte:

*“O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.”*¹⁶

¹⁵ Lei nº 107/ 2001 de 8 de Agosto

¹⁶ Esta lei no seu artigo 62º estipulou a revogação de todas as legislações que contrarie o disposto mencionado no presente diploma, isto causou muita confusão visto que, nunca foi regulamentada. Para colmatar este “lapso”, foi publicada a lei de Base da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei nº 107/2001) de 8 de Setembro.

Mas foi só com a publicação da lei de bases nº 107/2001 de 8 de Setembro, lei essa que fala da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, que no seu artigo 2º define um conceito mais abrangente do património como “(...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção.” Foi com base nesta última versão (de 1985) que se elaborou o Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde nº 52, de 29 de Dezembro de 1990 - Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro (Lei de Bases que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano), Secção VIII, Artigo nº 64). Também a lei portuguesa defende a proteção e a promoção do seu património através de regulamentos

Em relação a este aspeto, propõe-se com este trabalho chamar a atenção do Estado Cabo-verdiano para a necessidade de fazer um esforço no sentido de realizar uma gestão patrimonial em redes, para que estas medidas cheguem ao maior número de pessoas possível e às mais diversas áreas de atuação. Ou seja, fazer uma gestão participada.

O Museu da Resistência do Tarrafal – Santiago de Cabo Verde constitui, em primeiro lugar, um bem que deve ser considerado de interesse relevante para a conservação, preservação da memória, transmissão dos valores da cidadania e da defesa dos direitos humanos, contribuindo para a permanência e a identidade da cultura de um povo, neste caso o Cabo-Verdiano.

2.3. Museu a Origem e a Evolução Conceptual

Atendendo a relação Homem/natureza, sempre houve a necessidade ou a curiosidade humana no que diz respeito à recolha e conservação de objetos que caracterizem a sua cultura. Essa recolha e preservação foram e são formas de guardar a memória coletiva e individual. A este ato damos o nome de colecionismo.

Segundo Valdés Sagües (1999:29), “A origem do museu se encontra ligado ao colecionismo”. As primeiras manifestações de esta atividade remontam quase ao momento do aparecimento do homem na terra.

Etimologicamente, o “museu” tem a sua origem na palavra grega “*museion*” que significa templo das musas onde o pensamento, livre de outras preocupações, poderia dedicar – e às

artes e ciências (Coelho neto, 1999:269;¹⁷ Hernández, 1998:63). No Egito, o Museion, foi utilizado para definir um local de estudos, espécie de Universidade com centros de educação e irradiação do conhecimento. Para Suano (1986: 27) “buscava – se discutir e ensinar todo o saber existente no tempo, nos campos da religião, mitologia e medicina, cuja principal preocupação era o saber enciclopédico”.

As primeiras coleções apareceram nos finais do século XVI e início do século XVII. Eram coleções de objetos muito raros que incentivaram o aparecimento dos “*gabinetes de curiosidade*” ou “*câmaras de maravilhas*”. De entre estes pode – se destacar à dos Médicis, em Florença, e a câmara de curiosidade do duque Alberto de Baviera (KERSTEN E BONIN, 2007:117 e 118). Estes gabinetes de curiosidades e câmaras de maravilhas, para além de se constituírem como espaço para a difusão da cultura erudita, do saber consagrado pelo próprio movimento iluminista, também seria a base de desenvolvimento de pesquisas científicas, principalmente entre o século XVIII e o final do século XIX. Hooper–Greenhill (1991) considera que estes gabinetes e câmaras foram os primeiros proto–museus surgidos no Renascimento.

Nesta época dos Médicis (Renascimento séc. XVI), o conceito Museu é utilizado para designar o local de acolhimento das coleções de carácter privado, onde a visita e o convívio era privilégio dos nobres e dos artistas seus protegidos. Com o decorrer do tempo, os proprietários dessas coleções por vontade própria começaram pontualmente a abrir as suas portas a um público mais alargado, só que este alargamento estava sujeito ao cumprimento de um regulamento interno (assinatura de uma nota de compromisso), conforme pode – se constatar através da análise de uma nota publicada num jornal inglês que nos permite compreender a conceção do museu e a questão do acesso ao público.

Isto é para informar ao público que tendo–me cansado de insolência do povo comum, a quem beneficiei com visita ao meu museu, cheguei a resolução de recusar à classe baixa excepto quando seus membros vierem acompanhados com um bilhete de um Gentleman ou Lady ao meu círculo de amizade. E por meio deste autorizo cada um dos meus amigos a fornecer um bilhete a qualquer homem ordeiro para que ele traga onze pessoas, além dele próprio, e cujo comportamento ele seja responsável, de acordo com as instruções que ele receberá na entrada. Eles não serão admitidos quando o Gentleman ou Ladies estiverem

¹⁷ Citado por Inês Gouveia e Vera Dodebei, VV.AA, in revista Musas, nº 03, 2007:93 – 100

no museu se eles vierem em momentos considerados impróprio para a su entrada, deverão voltar outro dia (Sir Ashton de Alkirington Hall apud Suano:27¹⁸).

Foi no século XVIII que “o colecionismo aliou o carácter científico ao estético e os museus se tornaram “espaços de exposições”, pois, nessa altura, “alguma sociedade, como a dos Observadores do Homem, em 1800 dotou a etnologia francesa de um programa extensível a criação de um museu de antropologia¹⁹” (KERSTEN E BONIN, 2007:118). Foi nesta época que “as coleções reais inglesas foram consideradas património nacional, como as do British Museum, em Londres, aberto ao público em 1753”. Ainda dentro desta época pode-se citar os casos da instalação da coleção dos Czares da Rússia no Ermitage, São Petersburgo, em 1764; da abertura do Museu de Louvre, Paris, em 1793²⁰ e Museu Pio Clementino do Vaticano em 1771²¹; e do Museu de Prado, em Madrid, em 1819²² .

Segundo os mesmos autores foi no século XIX que se iniciou uma nova era dos museus, os países escandinavos favoreceram a memória “popular” e abriram museus de folclore, na Dinamarca em 1807, na Noruega em 1828 e em Estocolmo (o Skansen) em 1891, este último considerado o mais completo.

Pode-se verificar que, no referido século, o museu e a museologia se consolidaram como uma instituição e uma disciplina autónoma, assumindo importantes funções: a educativa e a social, isto é, com vocação para transmitir os conhecimentos gerais e o lazer à população local e aos visitantes; e a científica, em que o museu procura representar uma cultura material de uma determinada sociedade, investigando o seu objeto de estudo de modo a permitir uma elaboração de resultados sistemático e universal a volta do binómio, museologia/sociedade. Foi na base desta evolução museológica que resultaram novos

¹⁸ Citado por Rosana Nascimento – Cadernos de Sociomuseologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia – o Objeto Museal, sua Historicidade: Implicações na Ação Documental e na Dimensão Pedagógica do Museu. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 11 - 19989

¹⁹ A Société des observateurs de l'homme' (Sociedades dos Observadores do Homem) foi uma sociedade científica criada em 1799 em Paris e durante muito tempo considerara como o berço da antropologia francesa. Foi extinta em 1804. A Société des observateurs de l'homme foi fundada por Roch-Ambroise Cucurron Sicard, Louis-François Jauffret e Joseph de Maimieux.

²⁰ www.louvre.fr/en - Visitado em 03 de Julho de 2014

²¹ <http://mv.vatican.va/> - Visitado em 03 de Julho de 2014

²² <https://www.museodelprado.es/la-institucion/historia-del-museo/> - Visitado em 03 de Julho de 2014

conceitos museológicos e museográficos, que vieram constituir uma nova era do desempenho e da organização dos museus.

Com esta abordagem da evolução do museu no espaço – tempo, demonstra-se claramente que muitos caminhos foram trilhados com objetivo da institucionalização da museologia como uma ciência aplicada.

Entretanto, as primeiras definições oficiais de museu só surgiram no âmbito do Concelho Internacional dos Museus (ICOM). No seu estatuto datado de 1947, conjugam-se os atributos da organização com o reconhecimento sobre o entendimento do museu estipulando o seguinte: “O ICOM reconhece a qualidade de museu a toda instituição permanente que conserva e expõe coleções de objetos, de caráter cultural ou científico com fins de estudos, educação e deleite” (Hernández, 1994:69).

Com o passar do tempo esta definição foi reajustada (alargada). Em 1989, o ICOM definiu o museu como uma “*instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e do seu entorno, para a educação e deleite da sociedade.*”²³ Esta definição trouxe muitas novidades, visto que, além das instituições designadas como “Museus”, também foram incluídos os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos, os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservem e difundem prova material dos povos e de seu entorno, galerias de exposições não comerciais, instituições que conservem coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários, parques naturais entre outros.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe um novo impulso no ICOM, ou seja, uma nova esperança para a museologia, uma nova forma de cooperação e solidariedade para fazer face à recuperação de estruturas arquitetónicas importantes. É nesta linha de pensamento que em 1977, o ICOM criou a ICOFON – Comité Internacional para os Estudo da Museologia, com o objetivo de debater a museologia nas suas várias vertentes do ponto de vista historiográfico, da abordagem teórica da atividade humana, a nível social e individual, da questão da preservação, interpretação, e comunicação da herança

²³ Definição aprovada pela 20ª Assembléia Geral. Barcelona, Espanha 6 de Julho de 2001.

patrimonial, nos vários contextos, físico, social, até ao seu enquadramento na memória coletiva (Fernández, 1993:23). Esta última corresponde à base da minha dissertação, ou seja enquadrar o Museu da Resistência no contexto do património das memórias dolorosas.

Com a instituição da ICOM e a criação da ICOFON, houve grandes ganhos teóricos na área do museu, mas mesmo assim os museus continuam agarrados às conceções que estiveram na base da sua origem. No que diz respeito ao aspeto museográfico, as críticas prendem-se com as questões de ordenações e classificações dos objetos e dos espaços musealizados de acordo com os parâmetros modernos.

Para além das implicações teóricas, com grande peso nas produções e nas tomadas de decisões, outras motivações estiveram na origem da crise no museu. Segundo Valdés Sagües (1999:34), na transição para o século XX, com o desenvolvimentos das funções de conservação e investigação, em detrimento da função educativa, inicia-se um processo de idolatria do objeto o que torna inacessível ao público. Esta exagerada idolatria de objeto irá desencadear duras críticas, acusando-se o museu de se tornar num *“mausoléu e cemitério para de arte”*.

Essas críticas irão gerar no seio do museu uma profunda crise que resultará na criação da “Nova Museologia”²⁴. Um dos resultados que foi marcante na história contemporânea é a Revolução de Maio de 68²⁵, pelo facto de trazer para o debate as questões relacionadas com os campos políticos sociais e artísticos. No campo artístico, os críticos da arte, os profissionais do museu e os estudantes caracterizavam o museu como uma instituição passiva e burguesa. Reclamavam por uma cultura mais democrática e de intervenção social. Ciente destes problemas (manifestações), Hugues de Varine–Boham²⁶, que exerceu o cargo de Diretor do ICOM entre 1966 e 1975, defendeu uma “Revolução Cultural” para o museu que o fizesse transpor as disciplinas que lhe estavam tradicionalmente associadas

²⁵ Esta contestação teve lugar em França e foi protagonizada pelos estudantes e profissionais do museu.

²⁶ Hugues de Varine – Boham propôs o termo Ecomuseu inspirada na experiência dos museus de Etnografia local e de museus de “plein air” surgida na Europa do Norte nos finais do século XIX. O Ecomuseu é um projeto ligado ao desenvolvimento sustentado que liga os parâmetros da natureza, arte e sociedade. Em 1971 foi criado o primeiro Ecomuseu na Europa, Le Crusot - Monteau – les Mines. Em 1984 realizou – se em Québec, um ateliê Internacional de Ecomuseus com objetivo de reconhecer formalmente a Nova Museologia baseada nas experiências dos museus comunitários e do próprio ecomuseu.

e passar a desempenhar um papel mais amplo na vida do homem, no seu ambiente, nas suas múltiplas atividades e nas suas crenças (Bolaños, 2002:279).

Numa Mesa Redonda realizada em Santiago do Chile no ano de 1972, cujo tema foi “A Importância e o Desenvolvimento dos Museus no Mundo Contemporâneo”, foi trazido à tona um documento muito importante para o meio museológico, um aspeto muito importante que é o surgimento da noção do museu integral. Ou seja, abordando o papel dos museus na construção do processo histórico, do desenvolvimento científico, tecnológico e da educação permanente, e na melhoria da qualidade de vida, sobretudo com a participação do cidadão. Por outro lado, trouxe também para o debate público uma mensagem contra – hegemonia de exercício crítico e auto-reflexivo à volta do estatuto do conhecimento, do poder e da representação social, preocupando-se com as pessoas em vez de com a “centralidade dos objetos” (Velha Museologia)²⁷. Esta nova atribuição do museu esteve na origem da chamada Nova Museologia²⁸.

Das resoluções saídas dessa Mesa redonda destacamos:

- 1 – A necessidade da abertura do museu a outros ramos que não lhe são específicos para criar uma consciência do desenvolvimento antropológico, sócio-económico e tecnológico das nações da América Latina, mediante a incorporação de assessores nas orientações dos Museus;
- 2 – Intensificação da tarefa dos Museus de recuperação do património cultural, para lhe atribuir uma função social para evitar a sua dispersão fora do meio latino-americano;
- 3 – Acessibilidade do Museu e das coleções das instituições públicas e privadas aos investigadores qualificados;
- 4 - Atualização dos sistemas museográficos tradicionais a fim de melhorar a comunicação entre o objeto e o espetador;

²⁷ A Velha Museologia baseava a sua comunicação numa exposição centrada nos objetos, tidos como sagrados.

²⁸ A Nova Museologia trouxe para o debate uma mensagem contra – hegemonia de exercício crítico e auto – reflexivo a volta do estatuto do conhecimento, do poder e da representação cultural. Ela preocupa – se com as pessoas em vez da centralidade de objetos

5 – Estabelecimento de sistemas de avaliação para comprovar a eficiência dos Museus na sua relação com a comunidade.

A Mesa Redonda do Santiago Chile não resolveu todos os problemas em questão, por isso, que em 1984 foi realizado a Conferência Geral do ICOM, em Quebec – Canadá, em que foi reforçada as recomendações saídas da Mesa Redonda do Santiago de Chile visto que, foram discutidas questões muito importantes sobre Ecomuseologia e Nova Museologia. Desse encontro saíram as seguintes deliberações:

- 1- Convidar a comunidade museológica internacional a reconhecer este movimento, assim como, dotar e aceitar nas tipologias de museus todas as formas de museologia ativa;
- 2- Fazer todo possível para que as autoridades públicas reconheçam e apoiem iniciativas locais nas que se apliquem estes princípios;
- 3- Criar, com este espírito e com o fim de desenvolver esta museologia e fazê – la eficaz, as seguintes estruturas permanentes:
 - a) Um comité internacional de ecomuseus e museus comunitários dentro do ICOM;
 - b) Uma federação internacional de Nova Museologia.

Por conseguinte, a Declaração de Caracas de 1992, além de reforçar o documento saído da Mesa Redonda de Santiago do Chile, e da Conferência Geral do ICOM, em Quebec – Canadá, trouxe uma nova forma de pensar o enquadramento do museu no seu meio social, político, económico e ambiental, como vetores chaves para o desenvolvimento de uma região. A Declaração atribui ao museu um papel transcendental e para tal deve:

(...) “Constituir – se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural dos nossos povos, para o seu conhecimento mútuo, - fundamento da integração – tem também um papel essencial no processo de desmistificação da tecnologia, para sua assimilação no desenvolvimento integral dos nossos povos. Por fim um papel imprescindível na tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura formam um conjunto harmónico indivisível.”

Ao fazer este enquadramento sobre a origem e a evolução conceptual do museu, pode-se verificar que nos finais do século XX e XXI, está-se a viver um período particularmente rico na história da museologia, através de vários debates e trocas de ideias, uma nova reflexão sobre o papel do museu no seu contexto social que nos leva a interrogar sobre: que tipo de museu é que se almeja? Que profissionais deveriam ter? e que discurso deve produzir e traduzir numa sociedade cada vez mais plural e fragmentada?

Tendo o museu enfrentado muitos problemas, do ponto de vista financeiro, político, social e cultural e da própria divergência interna, que se prende com o confronto entre diferentes tipologias museológicas estes museus tiveram a capacidade de renascer e crescer de uma forma admirável.

Por outro lado, com o efeito da globalização e da descolonização, vive-se um período de reflexão crítica que tem a ver com a nova abordagem que é dado ao património. O tempo é outro, por isso, fala-se cada vez mais do termo património em vez de coleção e representatividade de objetos e isto faz com que as políticas patrimoniais e museológicas passem a incorporar objetos representativos da vivência da comunidade e dos eventos de impacto nacional e mundial. Em relação a último caso, refiro-me aos sítios de memória que testemunham o genocídio, o holocausto, a escravatura e outras formas de resistência. As memórias dos sobreviventes do holocausto, dos Campos de Concentração de regimes fascista e nazi têm adquirido cada vez mais visibilidade nos meios de comunicação, nas escolas básicas, secundárias, nas universidades, nos museus e acervos, nas exposições e noutras formas de divulgação. Estas atividades servem para a transmissão da herança, educação para a cidadania, e para a luta contra os direitos humanos.

Pena é que no aspeto da museologia, temos sempre que recorrer a Lei – quadro dos museus portugueses pelos motivos acima justificados (aproximação cultural) e porque Cabo Verde ainda não tem a sua lei de museus e museologia. Por isso que recorreremos a essa lei que também define o museu como “uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica... dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação interpretação, exposição e divulgação com objetivos científicos educativos e lúdicos. b) facultar acesso regular ao público e fornecer a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o

desenvolvimento da sociedade.²⁹ Esta definição, particularmente na sua alínea a), fundamenta este nosso objeto de estudo.

2.4. O Museu e o Património Doloroso das Memórias

“ A luta dos cidadãos contra o poder do Estado é a luta da sua memória contra o esquecimento compulsivo e que fizeram sempre desta luta o seu objetivo não só para se salvarem a si próprias, mas também para sobreviverem como testemunhas para as gerações vindouras, tornando – se incansáveis arquivadores” (Cornnerton, 1999:17).

“ A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Jacques Le Goff, 1998:47).

Dando continuidade a minha reflexão, neste subcapítulo pretendo abordar o conceito de memória em várias perspetivas (política, social e cultural), e dentro da dimensão local, nacional e global, baseada nos valores da humanidade. Também aproveito para fazer uma relação entre museu e memória, visto que a própria memória cria patrimónios/identidades através da criação de narrativas e discursos (interpretação) sobre os objetos, sendo que os museus enquanto objetos aparecem como patrimónios na medida em que surgem da vontade de construir e preservar memórias que podem ser coletivas ou individuais e que possuem um impacto local, nacional ou mundial.

A memória tem sido vinculada à lembrança de um passado original. No entanto, a memória pode ser compreendida a partir de reconstrução contínua de significados simbólicos atribuídos aos objetos, desvinculados no seu contexto de origem. Neste processo de reconstrução, os indivíduos, grupos sociais ou mesmo nações, constroem significados e procuram generaliza-los. Mas no entanto, a sua noção é muito abrangente e complexa exigindo muitas reflexões, baseadas noutras ciências como a Filosofia, as Ciências Sociais e as ciências e tecnologias com o objetivo de facilitar a compreensão humana e do espaço envolvente (sociedade). A nível científico, a memória é definida como a capacidade de registar, armazenar, e manipular informações provenientes da interação entre o cérebro e o

²⁹ Lei – quadro dos museus portugueses nº 47/2004, de 19 de agosto, publicado no diário da república, nº 195 da mesma data, artigo 3º.

corpo. Segundo Zilda Kessel³⁰, a “elaboração da memória a partir de variadíssimos estímulos, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiência ocorridas no passado”.

Sob ponto de vista da perspectiva evolutiva, foi definida por Chapouthier (2005, p. 9) em dois sentidos. No sentido estrito, “[...] memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento.” E numa conceção mais ampla, a memória é também, “[...] todo traço deixado no mundo ou nos componentes destes por um determinado evento.”

Mas, segundo Barros (2005, p.1), uma forma mais simples de definir memória seria que “[...] a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações.” A aquisição é também denominada de aprendizado. “A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação.”

Para Ferreira Amaral (2004, p. 139), “falar da memória é falar de uma certa estrutura de arquivamento que nos permite experiências socialmente significativas do passado, do nosso presente e da nossa percepção do futuro.”

Atualmente tende-se a “materializar a memória” de várias maneiras: na história, nos museus e noutras instituições de memórias para que fica depositada a tarefa de fazer face à amnésia coletiva. Por isso é que a sua materialização está cada vez mais dilatada, multiplicada e descentralizada. Nos processos do subconsciente, os estudos sobre a memória mostram que muitas vezes construímos as nossas memórias após o facto, somos susceptíveis às sugestões de outros que ajudam a preencher buracos da nossa memória sobre um dado evento. Como a mente é lacunar, não preenche todos os detalhes de um acontecimento, mas apenas alguns dados. O resto da informação é organizado na base da socialização. Para que um acontecimento fica guardado a longo prazo, temos de o perceber, codificar, ensaiá-lo, falar com eles e para os outros (transmitir às gerações) e, se possível, institucionaliza-lo.

³⁰ Kessel, Zilda, *Memória Coletiva*, in http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/Zilda_Kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf- acedido em 15 de Fevereiro de 2014

É deste ponto de vista que Maurice Halbwachs (1990)³¹ fala do conceito de “memória social”, em detrimento à memória individual, como aquele que remete para as recordações originárias de um grupo social do qual o indivíduo faz parte. Esta remete para uma memória de natureza mais diversa e mais alargada abrangendo desde a geração, a profissão ou a região, até à nação ou comunidade ideológica e política.

Esta memória social que o autor define é mais de que a junção das memórias individuais dos membros do grupo em questão. É um conceito dinâmico que existe da interação entre os elementos, e que repousa sobre as trocas e representam um património imaterial que une os membros do grupo e lhes permite situar no passado, no presente e no futuro. A memória social é uma realidade, antes de tudo, social e política, mas também cultural e simbólica. Ela não é uma realidade estática, é construída apresentando características de “flutuante, mutável e é referenciada através de marcos ou pontos relativamente invariáveis, imutáveis” (Pollak, 1992:22)³². Os usos da história para a reconstrução das memórias, nacional (por exemplo, no caso das vítimas da ditadura), e global (exemplo relativo ao Holocausto), são temas de imensos trabalhos académicos. De entre eles destacaria os de Paul Ricoeur (1996), Pollak (1992) e Connerton (1999)³³.

Ao falar da memória temos que falar necessariamente do esquecimento, como um problema/fator que muitas vezes é manipulado, trabalhado através de vários artifícios com objetivo de apagar das memórias certos acontecimentos que não abonam os grupos sociopolíticos dominantes. “O esquecimento é o emblema de quão vulnerável é a nossa condição histórica” (Ricoeur 1996:300).

Por outro lado, pode-se falar do esquecimento como um fator que ativa as consciências e promove a paz social, tomando como exemplo o apelo ao perdão e ao esquecimento da

³¹ Maurice Halbwachs (1990) – citado por Carlos Mendes

³² Pollak (1992), Paul Ricoeur (1996), e Connerton (1999), são autores de importantes trabalhos académicos que falam do uso da história para as reconstruções das memórias tanto a nível nacional (ex. caso das vítimas da ditadura), como global (ex. relativo ao holocausto). Ricoeur problematiza a postura dos historiadores no que respeita ao dever de fidelidade e às exigências da verdade histórica, fala do dever da memória como uma dívida em relação às vítimas da história, e propõe uma política de justa memória; Pollak fala da mesma problemática focando algumas categorias de memória, tais como: categorias de acontecimento, de lugares, de projeção de eventos, vestígios de memórias. Connerton aborda a questão do uso mais vil por parte do aparelho do Estado, com objetivo de apagar os cidadãos das suas memórias.

Unidade de Reconciliação Nacional na África do Sul e no Ruanda. Nestes países, não se conseguiria a paz social se se apelasse à memória das atrocidades cometidas contra os direitos humanos. O que foi feito aqui foi a evocação do “dever da memória” de que fala Ricoeur (1996), a fim de se fazer justiça à vítima quando se tem a obrigação de saldar dívida no contexto do uso e abuso. Assim, é necessário fazer um “trabalho de memória” através do processo que comparou com o “trabalho de luto”, para fazer face à “memória patológica”.³⁴

A memória também pode ser manipulada de forma dura pelo aparelho do Estado, frequentemente de modo a despojar os cidadãos da sua memória. Este uso e abuso do poder estatal pode ser identificado nos regimes totalitários, em que se utilizam os mais temíveis instrumentos de “lavagem cerebral” que violam a dignidade humana, mas também de extermínio das pessoas que fazem parte desta memória social. Como exemplo disso é como durante o regime fascista português foi usado o processo de lavagem cerebral, com o desterro para Tarrafal, e de mortificação física e psicológica contra os opositores do regime. Aqui podemos abordar os trabalhos desenvolvidos por Nora (1996), nos quais ele faz uma crítica à forma como é feita a produção social do passado pelo Estado e por outras instituições, ao determinarem o que é “digno de memória”. Por isso faz a classificação das comemorações em duas tipologias: a voluntária e a involuntária. A primeira seria organizada por instituições que comemoram acontecimentos (como a Revolução Francesa. O 5 de Julho de 1975 e o 25 de Abril) com slogans e outros meios de propaganda, e a involuntária que são as comemorações não regidas pelo Estado (o caso de “Maio de 68”). O mesmo autor diz ainda que os eventos comemorativos são feitos através da apropriação da memória pela história e pela proliferação de movimentos identitários, sociais e políticos que contribuem para a afirmação da cidadania, instaurando a crítica em relação aos valores que se inscrevem na História oficial. É neste contexto que após o 25 de Abril muitos sobreviventes do Campo de Concentração do Tarrafal escreveram as suas memórias da época em que estavam presos e apareceram muitas associações, fundações e movimentos

³⁴ A memória patológica segundo Ricoeur se manifesta em duas formas: a insuficiência da memória que se traduz na negação dos momentos traumáticos do passado; e o excesso da memória que substitui a recordação verdadeira e que se repete compulsivamente. Ele defende uma luta contra estas duas formas de manifestação da memória. RICOEUR, P. (1996). *Entre mémoire et histoire*. *Projet*. Paris: número 248, 1996.

que lutaram pela preservação dessas memórias (Fundação Mário Soares, Associação Cabo-verdiana dos antigos presos políticos, Fundação Agostinho Neto entre outras).

Com esta pequena abordagem do conceito da memória podemos aproveitar para fazer uma relação entre o museu e a memória, considerando o museu como um dos lugares da memória e da história que participa ativamente na criação de identidades (do próprio museu, das coleções, dos visitantes e do contexto onde este esta inserida), através dos objetos que apresentam, dos discursos e narrativas que produz e da imagem que transmite. Aqui não só vamos ter em consideração o nosso objeto de estudo, mas sim a instituição museológica no seu sentido global.

Pierre Nora (1997) usa a expressão “lugar de memória” para evocar as atividades comportamentais dos membros da cultura contemporânea. Diz que a cultura contemporânea vive na “era das comemorações”. Pode-se verificar a pertinência desta expressão no modo como o século XX valorizou as práticas e o uso da memória, tanto no campo oficial como nas meras manifestações privadas, com conferências, palestras, criação de casas da cultura, de museus e outros meios de divulgação. Tomando como exemplo as comemorações, podemos analisar alguns casos como, por exemplo, em Portugal, a comemoração do 25 de Abril como data da democracia e o 10 de Outubro de 1910 como dia da implantação da República, em Cabo Verde o 5 de Julho de 1975 como dia da independência nacional e o 13 de Janeiro de 1991 como dia da liberdade, em França, o país mais referenciado por Nora (1997), a memória é ativada pela comemoração do bicentenário da Revolução Francesa (1789) e do Maio de 68 do século XX.

Os “lugares de memória” transformaram-se numa espécie de “comunidade imaginada” (Andersen, 2005), unida por um sentimento de pertença e de solidariedade. Esta ideia de comunidade imaginada tem a ver com uma comunidade política imaginada que ultrapassa os limites físicos, do espaço isto porque, embora os membros das nações a e a maioria dos seus compatriotas não os encontram a imagem da sua comunhão esta viva na mente de cada um. A que estou a abordar neste trabalho não esta baseada nas ideias clássicas mas sim na comunhão dos pensamentos, com traços comuns, características e interesses.

As identidades criadas pelo museu são assim construções sociais, processos que resultam de uma consciência e que resulta quando o individuo é confrontado com uma dimensão da

memória a qual não acederia noutro contexto. Essa dimensão da memória, como já foi referido, relaciona-se com as noções do espaço/tempo e é acionado pelo discurso e imagem do museu enquanto entidade preservadora e divulgadora de património (coleções).

Todos os museus produzem uma imagem institucional, ou seja, o seu próprio discurso e visão acerca de determinado assunto, com base em objetos, documentos e mesmo em valores pessoais. Esta imagem pode não ser apenas formada pelas próprias instituições museológicas, mas também através das inter-relações com os seus visitantes ou observadores. A imagem pública do museu depende então tanto da sua aparência física (arquitetura, museografias) como da sua funcionalidade (serviços, comunicações etc.), podendo a sua influência no indivíduo ser mais ou menos profunda.

Os museus apresentam-se, no entanto como casos particulares, na medida em que a sua dimensão de memória (identidade) esta relacionada não tanto com a natureza das suas coleções, mas sobretudo com a sua própria natureza enquanto museu. Assim, os museus mais do que instituições “guardiãs de memória”³⁵ representadas pelo objetos, são espaços de memórias, nos quais os indivíduos (visitante, observador) se vê envolvidos, sendo remetido para um espaço e tempo que, já não existindo, não deixa de marcar presença efetiva neste espaço e tempo. Portanto, nos museus, a formação de identidade relaciona-se com aspetos sensíveis do indivíduo e com a noção de uma memória do museu no seu conjunto global, e este enquanto património cultural, na medida em que o indivíduo (re) inventa uma identidade “alegando sentimentos de pertença comuns em torno de certos objetos que por essa via se transformam em património”³⁶.

Entre os museus e a memória existe uma relação muito interessante e ambígua: são preservadores de memória, mas são também fruto dessa mesma memória, visto que, esta “tem o seu próprio património que ordena e encena sem cessar particularmente graças aos objetos exteriores”³⁷. Nesta ótica podemos entender que a própria memória cria patrimónios/identidades através da criação de narrativas e discursos (interpretação) sobre os objetos, sendo que os museus enquanto objeto aparecem como patrimónios na medida

³⁵ MAGALHÃES, Fernando. Museus património e Identidade. Ritualidade, educação conservação, exposição. Porto:Proedições Lda/jornal a Página. Outubro 2005 pág 52

³⁶ MAGALHÃES Fernando. Op. Cit., pág 29

³⁷ MAGALHÃES Fernando. Op. Cit., pág 31

em que surgem das memórias que podem ser coletivas ou individuais e que possuem um impacto local, nacional ou mundial. É por isso que em 1999 foi criada a Coligação Internacional dos Lugares da Consciência com o objetivo de dar mais visibilidade e mais dignidade aos lugares de memória. Nela participam um conjunto de museus: do District (África do Sul, tem como temática a reflexão sobre o Apartheid), do Gulag (Rússia, símbolo do acampamento de trabalho estalinista), da Guerra da Libertação (no Bangladesh, relativo ao Genocídio de 1971), Memorial de Terezin (República Checa, retrata aquele gueto judeu e estação de trânsito para os campos de morte no Leste), do Esclave Maison (Senegal, dedicado à escravatura), etc...

Os museus são lugares de memória e história que participam ativamente na criação de identidades (do próprio museu, das coleções, dos visitantes e do contexto onde se inserem) através de objetos que apresentam, dos discursos e narrativas que os envolvem e da imagem que transmitem. Neste aspeto há que aproveitar de todas as potencialidades e das oportunidades educativas, culturais e recreativas que este espaço de memória venha a pôr à disposição do seu usuário. Será um espaço que contribui para a formação integral do ser humano.

2.5. O Contributo que o Museu da Resistência Pode dar no Processo Educativo

A criação de um museu possui normalmente vinculações diversas; desde a necessidade de guardar a memória especial de uma pessoa até à dimensão de apropriação e uso coletivo de um determinado património, como é o caso do Museu de Resistência do Tarrafal.

Se remontarmos um cenário histórico dedicado à significação do conceito e utilidade social do Museu, teríamos centenas de representações ao respeito deste objeto. Os temas principais entre os prós e contras do museu surgiram desde Revolução Francesa, quando as “reliquias” “aristocráticas” e religiosas foram salvas do vandalismo político e depois exibidas ao público.

Mas foi a partir de 1959, que houve uma profunda modificação (inovação) na área da museologia na França, notadamente através da participação de profissionais como Hugues de Varine Bohan, Georges Henri Rivière, Georges Basin e Marcel Evrad.

Esses especialistas começaram a questionar os museus tradicionais, cujo modelo, o método de análise do fenómeno do património cultural foram impostos pelos museus europeus aos não europeus.

Estas mudanças surgiram na sequência da crise proveniente do impacto da industrialização e da grande tendência de especialização do conhecimento. Assim começaram a realizar vários debates introduzindo algumas experiências inovadoras sobre o papel social dos museus na sociedade contemporânea.

Hoje em dia é reconhecido que a função do Museu não se pode limitar ao ato de recolher, restaurar e expor objetos que compreendem o seu acervo. Cada vez mais a pesquisa, a divulgação, a socialização, do conhecimento, a divulgação e a participação social se tornaram elementos balizadores das funções sociais dos museus.

A década de setenta foi o período em que o museu teve um grande desempenho como espaço educativo responsável pela mudança de mentalidades. Em relação a este aspeto podemos distinguir dois momentos diferentes: nos séculos XIX e XX, tínhamos o conceito de educação baseada no sistema de classe privilegiada em que o ponto-chave do processo era a aquisição de informação factual. Mas, atualmente, assiste-se a uma mudança na função educativa do museu. Ou seja, a formação deixou de ser puramente individual, passou a ser social, política e ideológico, dando-se maior relevância à inclusão das diferenças como base da construção de uma sociedade mais equitativa. É justamente com base nessas reformulações do séc. XX que a educação vem ganhando força nas instituições museológicas.

Segundo Hooper –Greenhill (1994:3), “a educação assume um papel essencial no planeamento da relação com os públicos e na conceção de exposições e demais ações dos museus. Ainda, segundo ela, o papel educativo dos museus é muito maior e não remete, pura e simplesmente, para “dar aulas às crianças da escola.” Deve englobar também o estudo e a crítica dos aspetos sociais e das escolhas culturais feitas pelos museus. Bohan (1987:94) diz que “... a problemática dos museus é extremamente complexa. Podemos destacar, tal como fizeram alguns representantes canadenses na última Conferência Geral do ICOM, que a presença da criança no museu deve ser absolutamente espontânea, se não for assim, ela conservará para sempre a imagem do museu como mais uma imposição da

escola. A partir desta afirmação podemos ver o museu como uma instituição complementar do currículo escolar e é por isso que os museus devem criar o seu próprio serviço educativo, com base na cultura e história do seu acervo com o objetivo de formar e informar o seu público. No que diz respeito à política de exposição dos acervos, Giraudy (1990:11) chama atenção para o facto de estes serem expostos com “etiquetas pouco legíveis, as obras são acompanhadas de informações herméticas, retiradas dos catálogos racionais de autoria de velhos conservadores do museu, calvos e reumáticos (...) durante o percurso do circuito, cada visitante reconhece os nomes próprios que significam “Obras-primas”, mas sem saber a que relacionar, a sociedade, os hábitos e as ruturas que provocaram o nascimento dessa obra única que atravessou séculos e hoje nos dizem respeito.”

Para Gomes da Silva (2001), não se pretende que o museu substitua a escola nas suas competências formais, mas que possibilite a integração das especificidades de ambos, num processo educativo dinâmico e negociado que enriqueça a experiência final, “uma experiência que não só é capaz de formar futuras audiências do museu, mas também estimuladora de uma relação mais estreita e participada entre estas instituições [museu e escolas] e as comunidades que as servem (Gomes da Silva, 2001:115)

Para isso, é necessário um programa museológico que não se resume somente à tradicional visita guiada³⁸ e ao apoio de grupos escolares para se tornar num aspeto mais abrangente, que se pretende formador do público. Ainda referindo o mesmo autor, ele diz que:

“... só uma verdadeira parceria entre o museu – escola (...) poderá ir de encontro a uma experiência educativa de longa duração potenciadora de aprendizagens efetivas e significativas, proporcionando assim, a criação de uma futura audiência de museus ativa, participativa e crítica.” (Gomes da Silva, 2003:20).

Atendendo a todas estas afirmações e sugestões dos autores acima mencionados, principalmente as de Giraudy (1990:11), não é preciso recuar no tempo, basta tomarmos como exemplo o caso do Museu da Resistência do Tarrafal, em que numa visita ao acervo ali exposto, o visitante pode deparar-se com todas as situações enunciadas: obras com

³⁸ No Museu da Resistência a visita guiada é só quando solicitada e se o diretor encontra disponível. Muitas pessoas reclamam e pedem informações sobre o Campo de Concentração/ Museu da Resistência mas sem sucesso.

etiquetas pouco legíveis, informações incompletas sobre a quem pertenciam, o porquê da colocação neste espaço, o contexto e o período do seu aparecimento,³⁹ as suas dimensões, entre outros aspetos que facilitam a compreensão do público. Esta situação faz com que, o visitante se torne um público passivo e sem qualquer interação com o espaço e com o seu acervo. É nesta linha de ideia que afirmo categoricamente que é preciso “re-inventar” o Museu da Resistência dando-lhe uma outra dimensão e função e este é o objetivo principal de minha proposta de valorização deste espaço museológico.

Mas, ao falar da questão do museu/educação pode surgir algumas inquietações sobre: Que mais valia/contributo o Museu da Resistência pode dar no processo educativo? Qual é o caminho a seguir para poder atingir este objetivo?

Ciente a estas inquietações, o Museu da Resistência como um espaço sócio simbólico e de grande importância na divulgação do património doloroso das memórias pode colaborar no complemento do currículo escolar trazendo para o debate questões relevantes como os direitos humanos e a cidadania, questões da valorização e da preservação da memória como símbolo da identidade de um povo, narrativas e outras abordagens dos Campos de Concentração que existiram em outros países. Também o mesmo espaço pode servir para convivências, intercâmbios culturais entre as nações, investigação e divulgação científica.

Sabendo que todos os museus oferecem oportunidades de aprendizagem, o Museu da Resistência deve ter em consideração esse factor, ou seja, deve cumprir alguns requisitos mínimos de transmissão do conhecimento. Por isso, dever-se-á:

1. elaborar um programa educativo exequível de acordo com a sua dimensão, com os recursos humanos e financeiros disponíveis, com o seu acervo e público-alvo;
2. ter a sua política de educacional registada por escrito,⁴⁰ integrada no plano diretor e monitorizada regularmente. É necessário que a política educativa seja divulgada entre os funcionários afetos ao museu e os parceiros públicos e privados (escolas, autarquia local,

³⁹ Aqui refiro – me aos objetos expostos e o período em que os mesmos foram escritos ou usados porque no caso do Museu da resistência (ex. Campo de Concentração do Tarrafal), o funcionamento e as detenções dos presos foram feitas por fases por isso é necessário indicar o seu período e a sua história.

⁴⁰ Antes de escrever a política educacional, é importante saber quais são as necessidades específicas dos públicos – alvos.

igrejas, empresas privadas, entre outros), de modo a ter a colaboração de todos e a poder alcançar um objetivo comum. No programa educativo devem constar, de forma bem clara, as políticas que se podem realizar a curto e a longo prazo. Só assim o programa se converterá num plano de trabalho com metas especificadas, cronograma e planificação dos recursos necessários.

Ao traçar todo o percurso que o Museu da Resistência deve seguir para implementar o seu programa educativo, tenho consciência das dificuldades que irão surgir, relacionadas com a realidade social, cultural e económica de Cabo Verde. No entanto, todas essas dificuldades e diferenças não devem pôr em causa a participação de todas as entidades ligadas ao museu, mas, pelo contrário, servir de motivação e de desafio para superar as dificuldades que têm dividido as partes intervenientes.

CAPÍTULO III

Campo de Concentração do Tarrafal / Museu de Resistência – Conhecer para Agir

*O antigo campo de Concentração é o maior símbolo da luta pela emancipação e conquista dos direitos democráticos dos povos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Portugal*⁴¹

Como foi dito anteriormente, o objetivo deste trabalho é fazer uma proposta de valorização para o Museu da Resistência, ou seja, reabilitar e dar uma nova função ao espaço daquele museu. Por isso, o objetivo deste capítulo é fazer uma breve resenha histórica do campo de concentração, as fases da sua construção, o quotidiano dos presos que por lá passaram, analisar a situação atual do Museu da Resistência em relação a sua degradação física, o uso e a ocupação do mesmo e, por conseguinte, elaborar um programa de intervenção (requalificação) patrimonial deste espaço. Só assim estaremos preparados para elaborar e pôr em prática o nosso projeto museográfico. Antes de iniciar qualquer tipo de intervenção a nível patrimonial, é preciso ter presente a legislação própria pela qual se rege.

Para a elaboração deste projeto de recuperação patrimonial é necessário conhecer e ter presente os pressupostos presentes nos seguintes documentos: Manual da Contratação Pública do Ministério das Finanças – Direção Geral do Património e da Contratação Pública através do regulamento da lei das aquisições públicas aprovado pelo Decreto – Lei nº 1 /2009 de 5 de Janeiro, Suplemento ao "BOLETIM OFICIAL" DE CABO VERDE nº 52, de 29 de Dezembro de 1990 - Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro (Lei de Bases que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano), Secção VIII, Artigo nº 64, a Resolução nº 33/2006 B.O nº 25 Iª Série de 14 /08 / 2006, classifica o Campo de Concentração como património nacional, a Constituição da República de Cabo Verde, 1992, artigo 6, ponto 2 que regula e estipula a criação da Zona Económica Exclusiva (ZEP) e o Programa do Governo para a VIII Legislatura – 2011 a 2016. Também para dar maior apoio e consistência ao meu projeto tive que recorrer a analogias com algumas leis que regem o património português por uma questão de

⁴¹ In Movimento Universal, World Monuments Fund -WMF- Lista dos 100 patrimónios

aproximação com Cabo Verde e com as ilhas insulares dos Açores e da Madeira, e porque no nosso país recorremos com muita frequência ao modelo português para criar as nossas próprias leis. Neste aspeto, fiz um reforço com o Decreto-Lei nº140/2009 de 15 de Junho (Artigo 1º “(...), que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.”, a Lei nº107/2001 de 8 de Setembro (estabelece as bases de política e do regime de proteção e valorização do património cultural), e o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro (estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo).

Apesar de este não ser um projeto feito de raiz é extremamente importante fazer estas últimas referências, pois só assim é possível compreender todos os passos a cumprir num Programa de Recuperação Patrimonial.

3. Enquadramento Geral

3.1. a. Da conjuntura política da Europa no século XX

Entramos no século XX e encontramos uma relação dos países em ebulição. A Europa estava a passar por um momento de convulsão política. Está-se perante o primeiro ensaio bélico à escala mundial que teve uma duração de cinco anos, a primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1919). Com o fim da guerra, alguns países atravessam momentos de uma verdadeira confusão interna a nível político, com diferentes correntes ideológicas em conflito.

Portugal não foge a regra⁴². O “Revivalho” (esquerda republicana) separa-se da ditadura; o Movimento Operário Organizado através do Anarco-Sindicalismo testa a sua força hegemónica no seio da classe operária; o Partido Comunista Português (PCP), mesmo com pouca influência, tenta fazer ouvir a sua voz; e, por ultimo, o Partido Socialista adota uma posição ambígua em relação à Ditadura.

⁴² SOARES José. O Campo de Concentração do Tarrafal (1936 – 1954). A Origem e Quotidiano. Edições Colibri, Lisboa 2007.

É com esta disputa política/ ideológica que Portugal entra no processo de transição para o Estado Novo. O Salazarismo enquanto Regime Político emerge como vencedor. A “Guerra ideológica” continua visto que o Reviralhismo e o Movimento Operário não aceitam o triunfo do Salazarismo. Com este clima de alta tensão, as desconfianças são mútuas e Salazar precisa de manter o Regime. Para esse efeito cria instrumentos de repressão e instala o Estado Novo. A Polícia Política de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, mais tarde a PIDE)⁴³, o sistema de saneamento social dos “corpos estranhos” perniciosos ao Regime, e o sistema prisional, entre outros, são alguns dos instrumentos de repressão então criados.

Eis que de repente surge um milagre; uma espécie de “mão invisível” que convida todos os “irrequietos” ao “culto do silêncio”, que é a criação da chamada Colónia Penal ou Campo de Concentração do Tarrafal.

Utilizando o pretexto de uma nova reorganização dos estabelecimentos prisionais, ao criar este Campo, o Estado pretendia alcançar alguns objetivos tais como: afastar os presos problemáticos da metrópole e assim conseguir enviar o recado de dentro para fora de que a repressão seria levada até às últimas consequências (tolerância zero).

Esta visão está claramente definida nos primeiros parágrafos do Decreto-Lei n.º 26 539, ao afirmar que o Tarrafal serve para receber os presos políticos e sociais, para cumprir o desterro daqueles que internados em outros estabelecimentos prisionais se mostravam refratários à disciplina e ainda os elementos perniciosos para outros reclusos. Este diploma abrange também os condenados a pena maior por crimes praticados com fins políticos, os presos preventivos, e, por fim, os presos por crime de rebelião

⁴³ PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) foi criado em 29 de Agosto de 1933, e substituído pela PIDE (Polícia de Investigação e Defesa do Estado) em 1945.

3.1.b. De cabo Verde

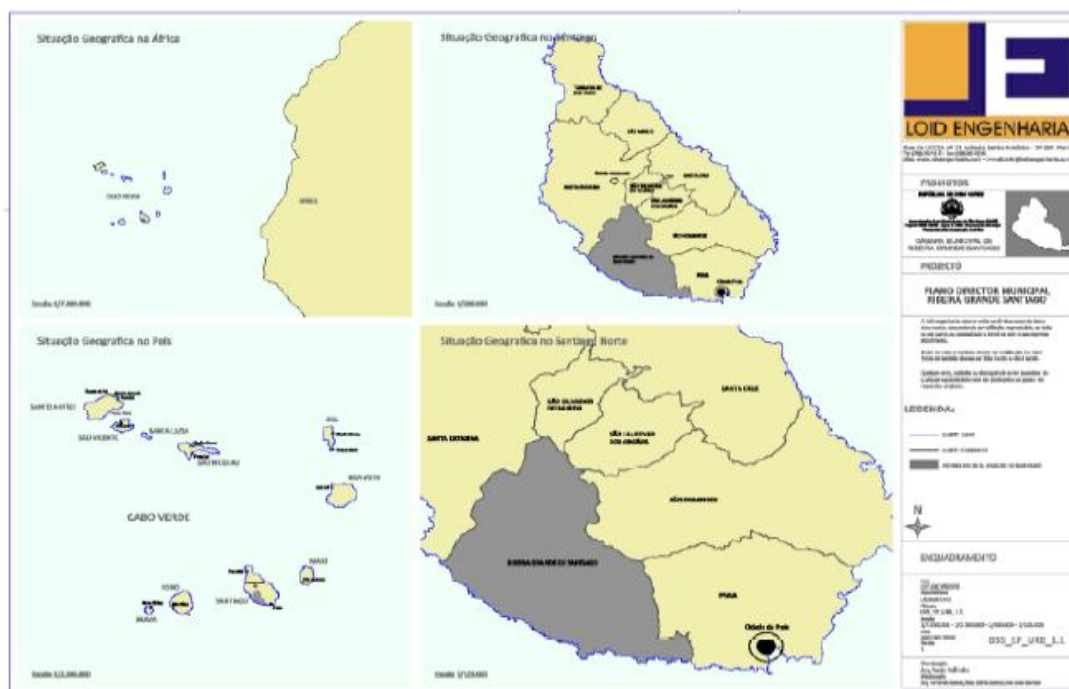


Figura 1: Enquadramento geral de Cabo Verde – In dossier de candidatura de Cidade Velha ao património mundial da humanidade 2008

O arquipélago de Cabo Verde está situado no Oceano Atlântico, entre o Trópico de Câncer e o Equador, nos paralelos 14° 12' e 14° 48' de latitude N e o meridiano 22° 44' e 25° 25' de longitude WG, ao largo da costa ocidental do continente africano e a 500 km do promontório que lhe deu o nome – o cabo verde⁴⁴ – que fica no Senegal (BRITO SEMEDO, 2006:50). O seu achamento deu-se nos finais do século XV (datada de 01 de Maio de 1460). É um arquipélago de origem vulcânica, tem 4.033 km² de superfície e 491.875 mil habitantes (Censo 2010) é composto por “10 ilhas e 5 principais ilhéus”.

3.1.c. Da Ilha de Santiago

A ilha de Santiago de que vamos falar, principalmente da cidade de Tarrafal, foi achada pelos navegadores António da Noli e Diogo Gomes em 1460. Tem 991 Km quadrados o seu povoamento aconteceu dois anos após o achamento (1462). Aqui foi fundada a primeira cidade capital em 1533, chamada de Ribeira Grande (Cidade Velha). A 29 de

⁴⁴ BRITO, Semedo, Manuel (2006) A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975, IBNL.

Abril de 1858, a cidade capital foi transferida para a Vila de Santa Maria ou Planalto da Vitória (Lima, 2006:10)⁴⁵.



Figura 2: Mapa da Ilha de Santiago, In Brito Semedo 2007

3. 1.d. Do Tarrafal

A origem do Concelho do Tarrafal está intimamente ligada ao processo de divisão administrativa de Cabo Verde e, em particular, da Ilha de Santiago.

Não se sabe com precisão a data da criação do Concelho do Tarrafal, mas alguns registos apontam para as seguintes datas: **20 de Julho de 1872** e **25 de Abril de 1917**⁴⁶.

O Concelho do Tarrafal situa-se a norte da Ilha de Santiago, a cerca de 70 km da Cidade da Praia e a cerca de 30 km da Cidade de Assomada. É o segundo mais pequeno da ilha, representando apenas 11,3% da área emersa da ilha e 2,8% da área total do nosso arquipélago. É limitado a Sudeste pelo Concelho de São Miguel, a Sudoeste pelo Concelho de Santa Catarina, e as restantes áreas pelo mar.

Existem algumas lendas que relatam ou pelo menos tentam explicar a origem do nome Tarrafal. A primeira diz que Tarrafal foi terra dos *tarrafis*, isto é que nesse concelho existiam muitos *Tarrafis* que é nome de uma planta de origem tropical seco que segundo

⁴⁵ Artigo publicado na Revista Científica da Uni – CV nº 02, janeiro de 2006.

⁴⁶ RODRIGUES, Ricardo, Mendes. Dinâmica da população do Concelho de Tarrafal entre 1990 e 2000 e o seu impacto Sócio – Económico. ISE. Praia. Junho de 2005. Pág 24

os mais antigos e conhecedores do concelho dizem que existia muito no Tarrafal principalmente na zona de Baía Verde e Ponta de Atum. Uma outra teoria lendária diz que Tarrafal foi lugar de pesca com *Tarrafe* que é o nome dado a um instrumento de pesca utilizados nos tempos remotos das aldeias piscatórias de Cabo Verde como por exemplo no Tarrafal da ilha de São Nicolau onde também foi criado o Campo de Concentração e no Tarrafal de Santiago. Por último, a que nos mais interessa para enquadrar o referido espaço geográfico, a terceira lenda, inventada no momento em que foi criado o Campo de Concentração e da chegada dos primeiros presos. Em relação a este ponto de vista, Gilberto de Oliveira, um dos presos que passou pelo campo de Concentração, diz que Tarrafal, quer de Santiago, quer dos outros pontos de cabo verde e do mundo, é a terra de deslocação, de fome, de sofrimento, de morte. Inversa do paraíso prometido aos homens nas Escrituras. Terra onde brota o *fel* e não o *mel*⁴⁷.



Figura 3: mapa localização geográfica do Tarrafal e da Zona de Chão Bom – Google Earth 20 de Fev. 2014.

3.1.1.d. Caracterização da população do Tarrafal

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE – Senso 2010)⁴⁸, a população do Tarrafal é de 18.565 habitantes, sendo 8.391 do sexo masculino e 10.171 do sexo

⁴⁷ Conf. Gilberto de Oliveira, “Meio ambiente para a morte natural dos opositores políticos”, Memória viva do Tarrafal, Lisboa, Avante, 1987, p. 96.

⁴⁸ https://www.google.pt/?gfe_rd=cr&ei=9ysgU8H9B8He8gfOv4DYCw#q=Censo+2010+da+cidade+do+tarrafal+ilha+de+santiago+cabo+verde

feminino, distribuídos por 23 zonas e ocupando uma área total de 112.4 quilómetros quadrados. As áreas urbanas (Vila e Chão Bom) são as principais responsáveis pelo crescimento demográfico registado no período entre 2000 a 2010, visto que ali residem cerca de 58% dos habitantes deste município. No que respeita à estrutura etária, as cidades apresentam uma população bastante jovem, principalmente Chão Bom. A nível nacional, Tarrafal é considerada uma das cidades mais pobre do país.

3.1.2.d. Atividades económicas

***i.* O turismo**

O município do Tarrafal possui condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo. Por isso, o turismo é a atividade económica prioritária atendendo ao potencial desta cidade.

***ii.* Agricultura, pecuária e a pesca**

A agricultura mais praticada é a de sequeiro, predominando as culturas do milho, dos feijões (pedra, bongolon e congo), da batata-doce e da mandioca.

Condicionada principalmente pela quantidade de precipitação, no sequeiro, os rendimentos são baixos e as produções bastante aleatórias. A agricultura de regadio é praticada na zona de Colunato (uma das localidades de Chão Bom), Ribeira da Prata e, em pequena escala, na Lagoa, na Achada Lagoa, na Fazenda e em Porto Formoso. A área total ocupada pelo regadio ronda os 70 hectares. As culturas mais comuns são a mandioca; as crucíferas (couve e repolho), a cana sacarina, a batata-doce, a batata comum e as fruteiras (principalmente mangueiras e papaieiras). A pecuária é uma atividade complementar à agricultura e é exercida praticamente por todas as famílias, por isso predomina nesta cidade o sistema de criação familiar e de subsistência.

A atividade piscatória é desenvolvida principalmente no centro da cidade e na localidade de Chão Bom, sendo constituída maioritariamente por pesca artesanal. Para que haja melhor desenvolvimento neste setor, é preciso melhorar alguns aspetos tais como: a produção, a conservação e a distribuição do pescado. Juntamente com o incremento do turismo e a demanda acrescida dos produtos do mar, a pesca poderá ter um grande dinamismo, aumentando o rendimento do setor e contribuindo, desta forma, para a melhoria das condições de vida das populações.

3.2. O Campo de Concentração do Tarrafal

Sob a denominação de “**Colónia Penal de Tarrafal**”, foi criado pelo Governo da Estado Novo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26539, de 23 de Abril de 1936⁴⁹, no concelho de Tarrafal, mais concretamente na zona de Achada Grande e Ponta de Chão Bom, a norte da Ilha de Santiago (Tavares 2007:63). A escolha deste espaço pelas autoridades portuguesas foi pura e simplesmente intencional, visto que ficava situado numa zona que apresentava um clima de insalubridade, com muita falta de água potável, muitos mosquitos na época das chuvas⁵⁰, favorável ao aparecimento de muitas doenças que provocaram a morte de muitos presos.

O projeto do Campo de Concentração foi elaborado pelo arquiteto José Angelo Cottinelli Telmo⁵¹ e executado pelo Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações (MOPC). A planta ocupou uma área de 1.700 hectares, com diferentes pavilhões que desempenhavam diversas funções (ver fotos em anexo imagem n.º 1).

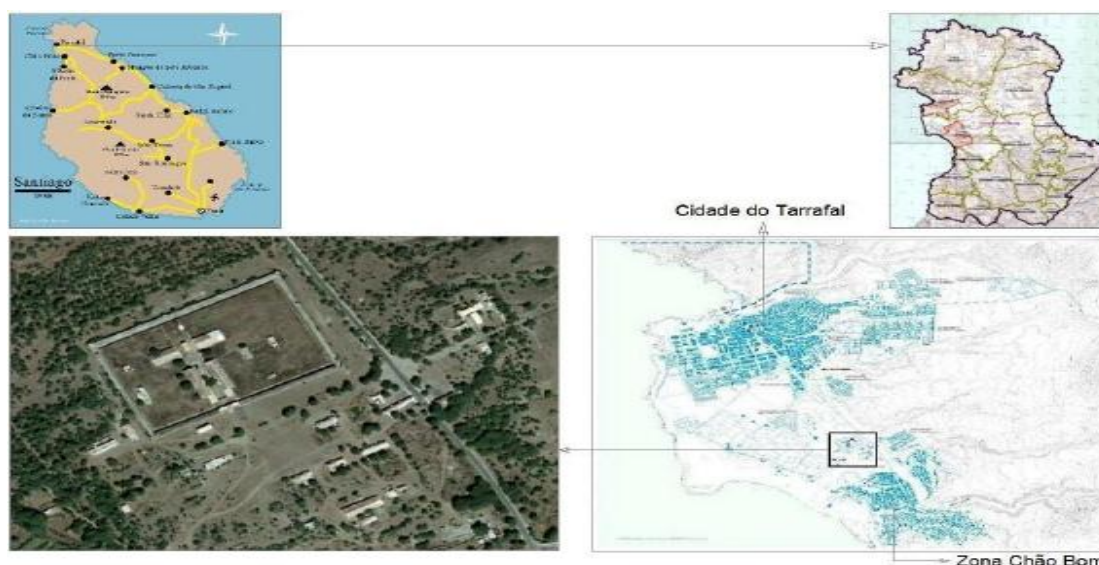


Figura 4: Localização do Campo de Concentração do Tarrafal /Atual Museu da Resistência. Fonte: www.sit.gov.cv. [consultada em 20 Fev. 2014]

⁴⁹ Decreto – Lei n.º 26539, de 23 de Abril de 1936, Reorganização dos serviços prisionais

⁵⁰ Instalação da Colónia Penal do Tarrafal da Ilha de Santiago em Cabo Verde. 193 -. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁵¹ José Angelo Cottinelli Telmo nasceu em 13 de Novembro de 1897, foi arquiteto, cineasta, bailarino, autor de bandas desenhadas, ilustrador e músico.

Mas para compreender, a história Campo de Concentração do Tarrafal é necessário falar de duas etapas do seu funcionamento: a primeira etapa que decorre a partir de 1936 até 1954, em que o Campo acolhe os opositores do regime fascista de Portugal; a segunda etapa que vai de 1961 a 1974, em que o campo acolhe os nacionalistas africanos que lutavam pela independência das colónias (Guineenses, Angolanos e Cabo-Verdianos). O principal objetivo da prisão era a eliminação física e psicológica dos opositores do fascismo português.

Em 29 de Outubro de 1936, chegam diretamente de Lisboa os primeiros 157 detidos antifascistas, entre os quais estavam incluídos 37 participantes na greve de 18 de Janeiro de 1934 da Marinha Grande e alguns marinheiros que tinham participado na **Revolta dos Marinheiros**, ocorrida a bordo de navios Dão, Bartolomeu Dias, e Afonso Albuquerque, no rio Tejo, a 8 de Outubro de 1936 (Tavares 2007:78). Os presos foram transportados no navio Luanda que era um cargueiro de gado adaptado para levar presos num dos porões (Pedro, 2007: 365). Chegados ao Tarrafal, foram alojados em barracas de lona, enquanto eram erguidos os barracões.

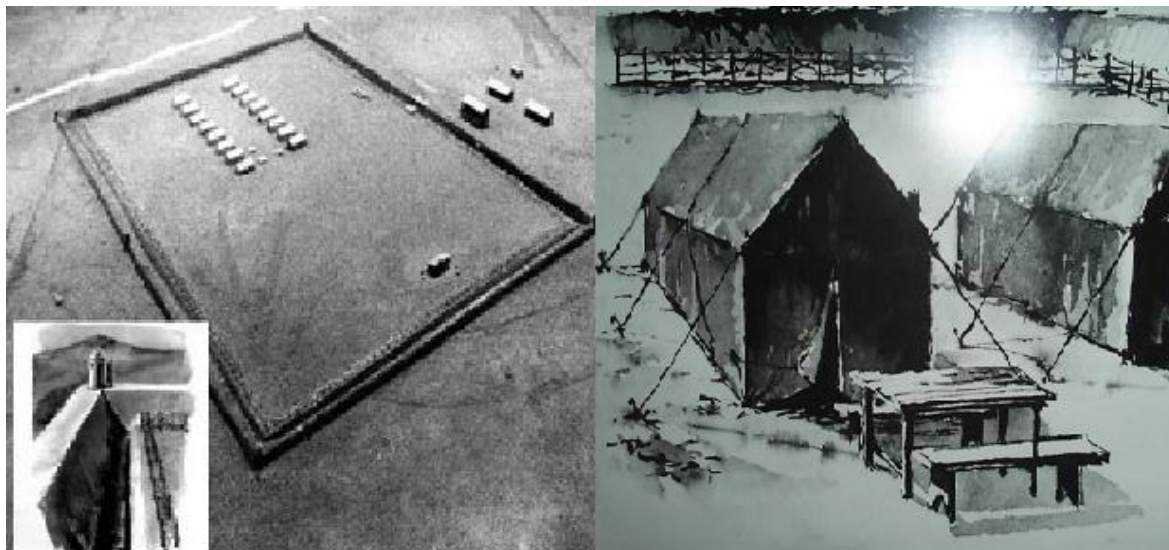


Figura 5: A primeira instalação da Colónia Penal do Tarrafal.

Fonte: <http://www.pcp.pt/index.php?option=com-content&task=view&id=Itenid=245> – Visitada a 22 de Fev. 2014.

Os primeiros dois anos de prisão são períodos marcantes da memória desses prisioneiros e são divididos em duas fases: na primeira fase, chamada de «brigada brava», os presos foram submetidos a trabalhos forçados durante 45 dias, sob uma temperatura muito elevada, para construir os muros do campo de concentração (feita de pedra basáltica e argamassa), a estrada que dá acesso ao campo etc.; a segunda fase, denominada de «período agudo», ocorreu a partir de 1937, período em que começaram a surgir as primeiras doenças, tais como o paludismo, a biliosa e outras doenças infecciosas. Não havia um médico para tratar dos doentes, o que levou a morte de sete presos. Só em 1937 é que chegou o primeiro médico Esmeraldo Pais Prata, que nesta altura também desempenhava as funções de Delegado de saúde e Administrador do Concelho do Tarrafal. Esmeraldo Pais Prata queixava-se de não possuir medicamentos para o tratamento dos presos e limitava-se a só passar as certidões de óbito, (Tavares 2007).

Segundo Martins (2009:139), com a chegada do segundo grupo dos prisioneiros ao campo de concentração do Tarrafal, as provocações e os castigos aumentavam cada vez mais. Foi quando criaram a chamada “frigideira” que consistia na eliminação física dos presos antifascistas de forma rápida (ver anexo fig.1). O mesmo autor descreveu a “frigideira” como: *um pequeno bloco de forma retangular feito de betão com seis metros de comprimento por três de largura e três de altura dividida em duas partes de forma a obter duas celas. A única porta que possuía era forma de porta de navios com uma dimensão de 1,70 X0,60 metros, com duas ordens de buracos de meia polegada e uma fresta divisória de 50 centímetros de comprimento por cima da porta. Este espaço foi construído de uma forma estratégica longe de qualquer ponto de sombra. A temperatura variava entre 50 a 60 graus de tal modo, que a transpiração dos presos saia do corpo como uma gordura de toucinho na brasa (idem 140).*

A “frigideira” era também conhecida como «Câmara de eliminação», a mais temível forma de castigo. Antes de dar entrada na “frigideira”, “o preso era despojado, à saída do campo, do cinto, das botas, do chapéu e de quaisquer objetos que levasse nos bolsos” (Firmo,1978:169). Este era um caminho aberto para a morte num lugar isolado de tudo e de todos.

A tortura era agravada pela falta de alimentação, pois esta limitava-se a pão e água, dia sim, dia não. Devido a estes castigos, no período de 1937 a 1944, morreram 30 presos e 67

adoeceram com biliosas⁵², dos quais 14 morreram e 52 tiveram doenças pulmonares. Era desta maneira que o campo de concentração cumpria o seu intento, a eliminação física e psicológica dos presos antifascistas.

Com o passar do tempo e com uma forte pressão da comunidade internacional, a “frigideira” foi destruída e os destroços foram enterrados no concelho de São Miguel, mais concretamente na zona dos Flamengos, onde depois foi construída uma escola primária (Martins 2009:141). No espaço onde situava a “frigideira” foi construída uma capela em memória de todos aqueles, vivos e mortos, que por lá passaram.



Figura 6: Imagem da Frigideira. Fonte: Imagem patente na exposição no Museu da Resistência.

Apesar da contestação da Comunidade Internacional e da destruição da “frigideira”, os colonialistas nunca desistiram dos seus intentos, por isso, e para substituir a “frigideira”, foi construída uma estrutura de betão armado em forma de um cubículo com a dimensão de 1.76 x 1.05 x 1.79, com dois lados voltados para Este e Oeste. O objetivo era transformar o espaço num verdadeiro forno. Os presos políticos Cabo-verdianos chamavam-lhe “Holandinha”, Martins (2009:141).

⁵² Doença provocada através da picada dos mosquitos



Figura 7:Foto de Holandinha (imagem do autor)

Com o término da segunda Guerra Mundial e a derrota do nazismo realizaram-se grandes campanhas de denúncia contra todos os campos de concentração do mundo, incluindo o do Tarrafal. O objetivo destas reclamações era a libertação imediata dos presos políticos, (Nascimento, 2008).

Segundo Tavares (2007: 227), após a amnistia dos restantes cento e dez presos decretada em 1945 pelo regime salazarista o Campo de Concentração do Tarrafal recebeu poucos prisioneiros. No ano 1947, recebeu 27 operários que ali estiveram somente seis meses. Dois anos depois o campo recebeu mas dois presos e em 1951 recebeu um prisioneiro. Assim, após vários anos de tortura física e psicológica, o Campo de Concentração do Tarrafal fechou as portas a 26 de Janeiro de 1954, mas só no ano de 1956 foi legalmente encerrado. Em 1961, com a guerra colonial para a libertação de Angola, Guiné, Moçambique e Cabo Verde, Tarrafal foi reaberto, desta vez para funcionar como campo de trabalho, ou seja espaço para isolar e torturar os presos africanos, tanto os políticos como os de delito comum. A nível internacional continuavam as pressões e as manifestações contra o regime fascista português, até ao derrube do mesmo. Neste aspeto, podemos destacar a Revolução de 25 de Abril de 1974 como data marcante para o encerramento definitivo do campo de concentração a 1 de Maio de 1974 e o caminho aberto para a independência das colónias.

Ao falar do campo de Concentração do Tarrafal e do seu funcionamento, não devemos esconder a história dos acontecimentos posteriores ao seu encerramento, é que o processo de luta pela independência não foi consensual no seio da comunidade Cabo Verdiana. Após o seu encerramento oficial em 1974, o campo ainda recebeu os prisioneiros opositores do projeto do PAIGC no período compreendido entre Dezembro e Julho de 1975. Segundo o investigador Vicente Lopes:

“Essas pessoas, por se oporem ao PAIGC, foram presas, por pressão desse partido, pelas autoridades portuguesas e colocadas sob custódia das Forças Armadas. Isto, portanto, durante o governo de transição, que é empossado poucos dias depois dessa detenção. Aos poucos estas pessoas foram sendo soltas. A maioria acabou por se fixar em Portugal”, (José Vicente Lopes, em FORCV.com:em 6/06/2010) citado por Carlos Mendes.

Segundo Tavares (2007), após a independência, o Campo de Concentração do Tarrafal passou a ser centro de recrutamento de instrução militar “Zeca Mendes” durante 10 anos, pois tinha sido aberto um novo centro militar em São Vicente, mais concretamente em Morro Branco. Todavia, tendo em conta o reconhecimento do papel histórico, cultural e político que este espaço teve no processo da emancipação e da conquista da liberdade dos portugueses, das independências de Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde, e a urgente necessidade de preservar a memória dos presos que por lá passaram, no dia 4 de Agosto de 2006 o Governo decretou⁵³ as instalações e a história dessa prisão como património nacional da República de Cabo Verde. Na mesma resolução consagra o dia 29 de Outubro como dia da Resistência Antifascista.

Hoje, com a transformação do Campo de Concentração em Museu da Resistência do Tarrafal, há um consenso por parte das autoridades nacionais e internacionais da necessidade de uma valorização deste espaço museológico em memória das vítimas que por ali passaram, de modo a torná-lo um espaço de formação e informação dos valores da humanidade. Por isso, torna-se cada vez mais urgente a necessidade da elaboração de um projeto dinâmico e eficaz que vá de encontro as aspirações deste museu e do seu público-alvo.

⁵³ Resolução nº 33/2006, de 14 de Agosto, Decreto Regulamentar

3.3. O Museu da Resistência

A proposta de instalar o Museu da Resistência nesse recanto da ilha surgiu do simples facto de se tratar de uma antiga prisão, o que permite conectar com a história do lugar através da exposição do acervo da prisão no seu contexto original, e de ser uma contribuição para a cultura local, uma vez que o número de museus na Ilha de Santiago como e mesmo em Cabo Verde é muito reduzido.

Em Cabo Verde na década de noventa, o Instituto Nacional da Cultura (ex. INC) realizou as primeiras operações da recolha de peças etnográficas, cientificamente programadas, com vista a criação do futuro Museu Nacional. Deste trabalho de recolha surgiu, em 1997, na cidade da Praia⁵⁴, o primeiro Museu Etnográfico do país. Várias outras pequenas estruturas museológicas foram entretanto surgindo, tais como o Museu da Tabanca em Santa Catarina, o Museu da Resistência do Tarrafal, o Museu de Arqueologia (Núcleo Museológico da Praia) e o Núcleo Museológico de Cidade Velha (atual cidade da Ribeira Grande).

Tendo decorrido vários anos de abandono, o campo de Concentração de Tarrafal (atual Museu da Resistência), recebeu a merecida classificação de Património Nacional, segundo a Resolução nº 33/2006 de 14 de Agosto. Foi inaugurado em 2000 pelo então primeiro-ministro de Cabo Verde, Gualberto de Rosário, após a primeira fase da sua reabilitação, fruto de uma parceria entre o Governo de Cabo Verde e a Secretaria do Estado da Cooperação Portuguesa. Nesta altura, o museu funcionava com uma pequena galeria na parte exterior do campo, com o interior aberto a visitas do público. O acervo exposto na galeria era constituído por fotografias ampliadas, vestuário dos reclusos, capacetes dos guardas e documentos escritos (ver anexo). Com o decorrer dos anos, o museu foi tendo ganhos substanciais, com a melhor fase a ocorrer com a realização de um Simpósio Internacional de comemoração dos 35 anos do encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal, em que participaram várias entidades nacionais e internacionais, tais como: a Presidência da República de Cabo Verde, o Governo, as Fundações Amílcar Cabral, Mário Soares, Agostinho Neto, antigos presos políticos de Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau e Portugal entre outras personalidades políticas, científicas e religiosas. Neste Simpósio foram realizadas várias palestras alusivas ao espaço, e foi organizada e inaugurada uma

⁵⁴ Praia é a cidade capital de Cabo Verde

exposição cujo tema era “ Memórias do Campo de Concentração do Tarrafal”, a qual ainda hoje se encontra patente no museu. Com a realização deste Simpósio, o Museu da Resistência ganhou mais duas galerias de exposição, melhoramento que contribuiu para o aumento do seu acervo e para o bem – estar dos visitantes.

Do mesmo seminário também saíram algumas recomendações importantes para o futuro do Museu da Resistência e de outros museus do espaço da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), tais como:

- Desocultar e colocar em espaços de memória os outros “Tarrafais” espalhados pelo mundo, e em particular nos países que integram a CPLP, tais como a Ilha das Galinhas na Guiné-Bissau, os Campos de S. Nicolau, Missonbo e Colónia Penal do Bié em Angola, Machava em Moçambique, Vikeke e Ataúro em Timor-Leste, e o Tarrafal de S. Nicolau em Cabo Verde;
- Manifestar o seu repúdio pela crescente utilização de campos de concentração e de tortura em conflitos recentes;
- Criar legislação apropriada e multinacional (Portugal, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau) para garantir o carácter perene da importância do Campo de Concentração do Tarrafal, para que o seu destino não dependa das vicissitudes e vontades circunstanciais dos respectivos governos;
- Assegurar a integridade das instalações de Campo, tal como se encontravam no momento da sua libertação;
- Tornar o Campo num espaço de memória de todos aqueles que aqui sofreram, fazendo dele um espaço memorial da conquista da Liberdade;
- Criar um Museu da Resistência e da Liberdade dentro do Campo de Concentração do Tarrafal;
- Criar um Centro Internacional de pesquisa da Luta pelas Independências dentro do Campo;
- Criar áreas dedicadas às Crianças e à Juventude, para que elas possam apreender melhor a História, no espaço envolvente do Campo.

De todas estas recomendações saídas do Simpósio Internacional, algumas delas já foram concretizadas apesar de algumas dificuldades durante a sua implementação. De entre elas posso destacar alguns esforços que se vem fazendo como o assegurar a integridade das instalações do Campo tal como se encontravam no momento da libertação, isso é bem

visível depois da conclusão da primeira fase de requalificação do Museu da Resistência, também com a realização deste evento este espaço ganhou mais duas galerias de exposição o que valorizou ainda mais este museu como um espaço de memória.

Apesar dos ganhos conseguidos neste espaço, tenho a consciência de que falta muita coisa a fazer, visto que são várias as dificuldades que este museu enfrenta, como, por exemplo, a urgente requalificação dos espaços degradados, a estruturação e sistematização das coleções, a aquisição e a formação de recursos humanos, a criação e o funcionamento de vários serviços no museu.

Atualmente, quem visita o Museu da Resistência pode fazer o seguinte percurso: em primeiro lugar vê-se um grande monumento feito com pedra basáltica e argamassa (estrutura do complexo prisional). Segue-se uma pequena estrada de aproximadamente 200 metros que atravessa as estruturas exteriores do museu (antigas moradias de guardas e outros funcionários do campo, que hoje são ocupadas por grupos de moradores locais), até chegar aos serviços administrativos. Logo no portão da entrada do espaço interno do museu existe uma placa com um mapa do circuito e outras informações. Ao entrar no museu, o primeiro edifício que se vê é o Posto de Socorro, o qual está reabilitado e apresenta uma exposição dedicada ao médico Esmeraldo Pais Prata, assim como uma lista dos médicos que trabalharam no campo. A partir do antigo Posto de Socorro, do lado direito, ficam as celas dos reclusos de Angola e Guiné Bissau, usadas atualmente como salas de exposição, a lavandaria, a casa de banho, retrete e a sala de leitura⁵⁵. Na vertente esquerda, encontram-se a cela dos presos Cabo-verdianos, a cela disciplinar, a latrina, o refeitório, a sala dos presos de delito comum, a cela disciplinar e a “holandinha”.

A descrição do museu atrás feita simboliza e testemunha todo o ato de violência física e psicológico perpetuado em todos aqueles que por lá passaram como prisioneiros. A sua conservação e valorização é mais do que uma homenagem aos presos, é uma dívida para com a memória daqueles que lutaram e perderam a vida por uma causa comum: um mundo livre de todas as atrocidades, um mundo de paz onde todos têm os mesmos direitos e oportunidades. É neste aspeto que o Campo de Concentração/Museu da Resistência é tema de várias atividades expositivas e conferências a nível nacional e internacional. Na cidade da Praia realizaram-se pelo menos duas conferências dedicadas ao Campo de Concentração: em 2007, com o tema “O Campo de Concentração do Tarrafal – Documentação Histórica”, organizado pelo Arquivo Histórico Nacional; em 2009,

⁵⁵ A sala de leitura encontra-se reabilitada e equipada mas de portas fechadas.

organizada pelo Associação Cabo – Verdiana dos Ex. Presos Políticos (ACEP) no Arquivo Histórico Nacional e decorrida no Centro Cultural do Mindelo em São Vicente, uma exposição fotográfica a cargo da Fundação Amílcar Cabral. Além-fronteiras, mais concretamente em Portugal, o Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira,⁵⁶ realizou, de Abril a Agosto de 2010, a exposição “Tarrafal Memória do Campo de Concentração do Tarrafal”, que retratava do processo da construção do campo e da vida quotidiana dos presos (Carlos Mendes, 2010: 76).

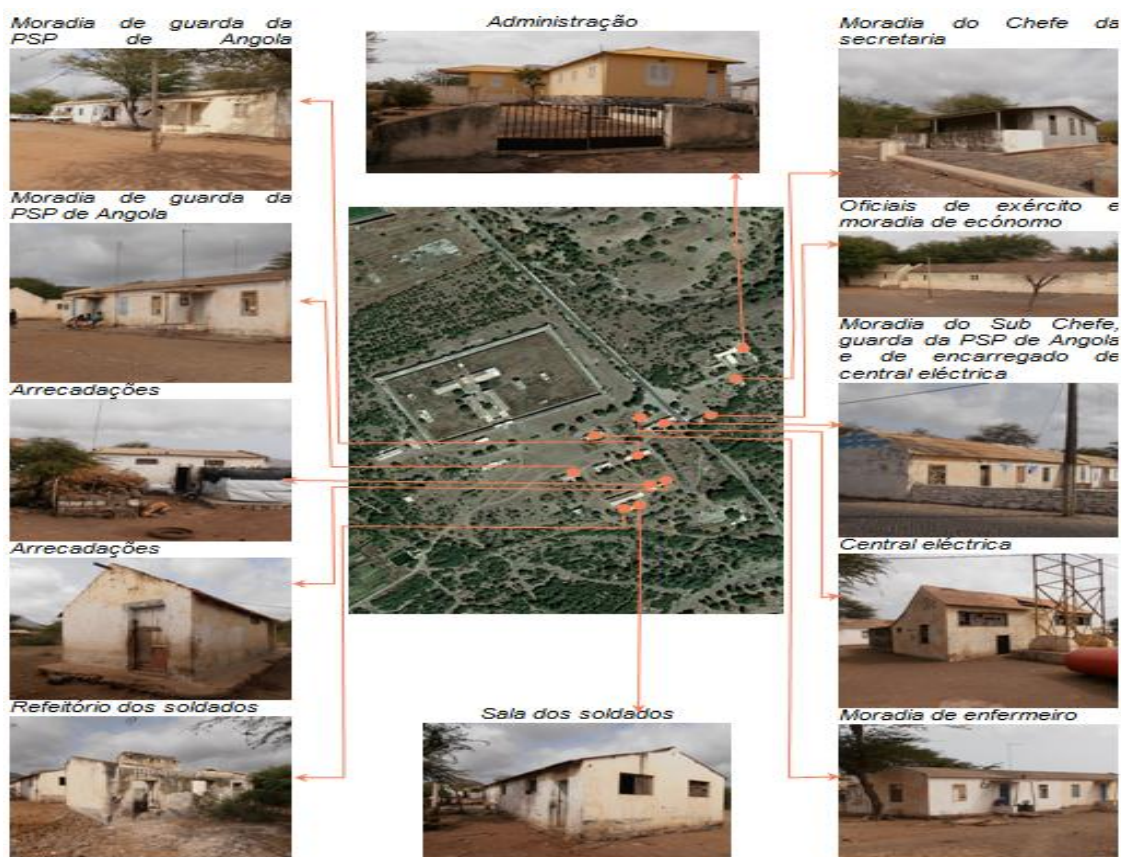


Figura 8: Fotos de edifícios da parte exterior do Museu da Resistência: Imagem tirada da Monografia de Luís Gomes Semedo-Reabilitação Urbana-Uma proposta para Campo de Concentração do Tarrafal.

Disponível em:

<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&src=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbdigital.unipiaget.cv%3A8080%2Fjspui%2Fbitstream%2F10964%2F349%2F1%2FLuis%2520Gomes%2520ARQ.pdf&ei=X5G1U7PRBqOO0QXqjIHgDQ&usg=AFQjCNEB8s9TZaqECnoQA9FCzFoFs-Urw&sig2=A4cHVPDI72uCYI3VnvD0Cw>

⁵⁶ Carlos Mendes é autor da dissertação de mestrado em Museologia cujo tema - Museu da Resistência: Museu Transnacional. Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2010.

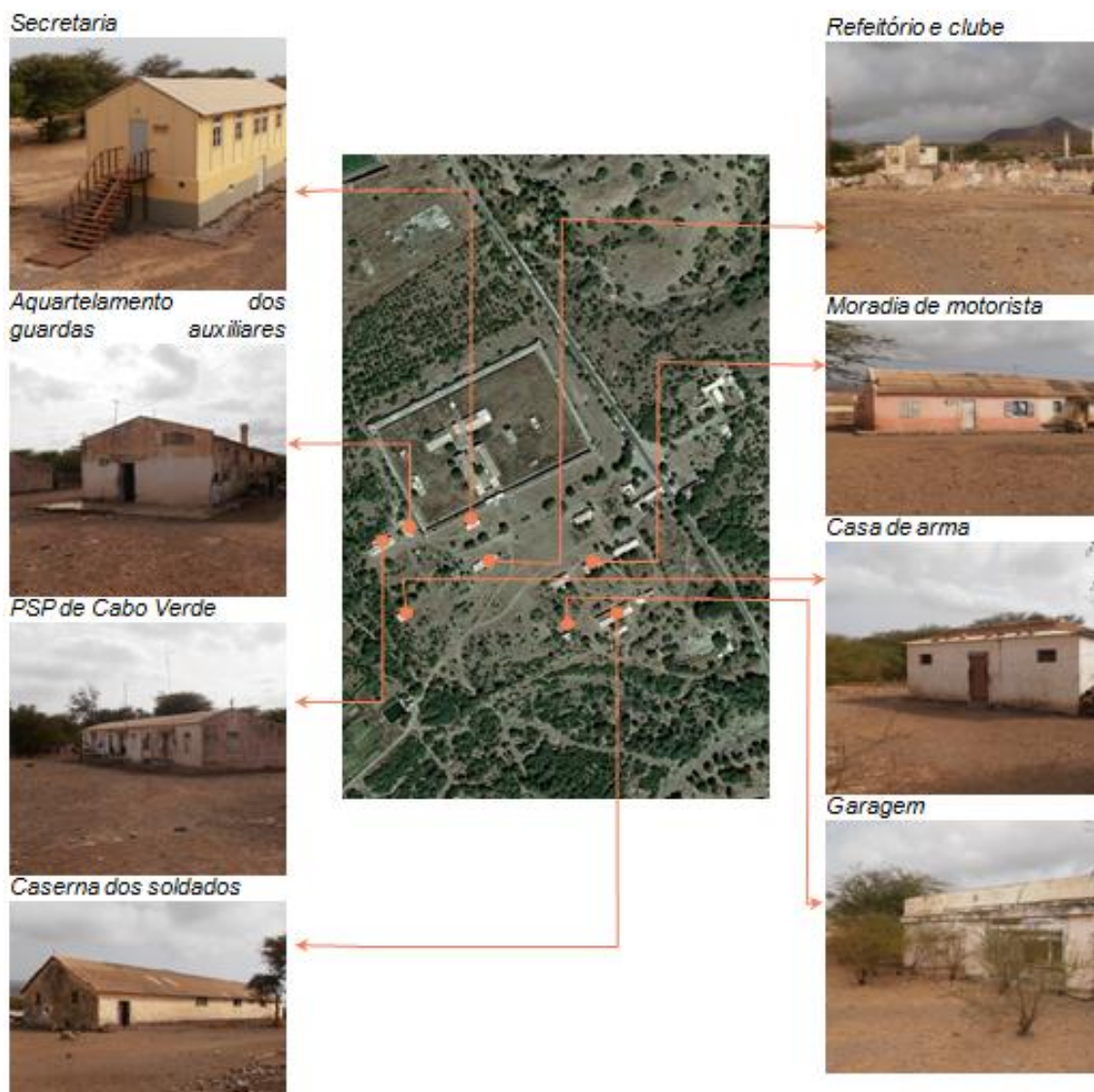


Figura 9: Fotos de edifícios da parte Exterior do Museu da Resistência-Imagem tirada da Monografia de Luís Gomes Semedo-Reabilitação Urbana-Uma proposta para Campo de Concentração do Tarrafal.

Disponível em:

<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbdigital.unipiaget.cv%3A8080%2Fjspui%2Fbitstream%2F10964%2F349%2F1%2FLuis%2520Gomes%2520ARQ.pdf&ei=X5G1U7PRBqOQ0QXqjIHgDQ&usg=AFQjCNEB8s9TZaqgECnoQA9FCzFoFs-Urw&sig2=A4cHVPDI72uCYI3VnvD0Cw.>

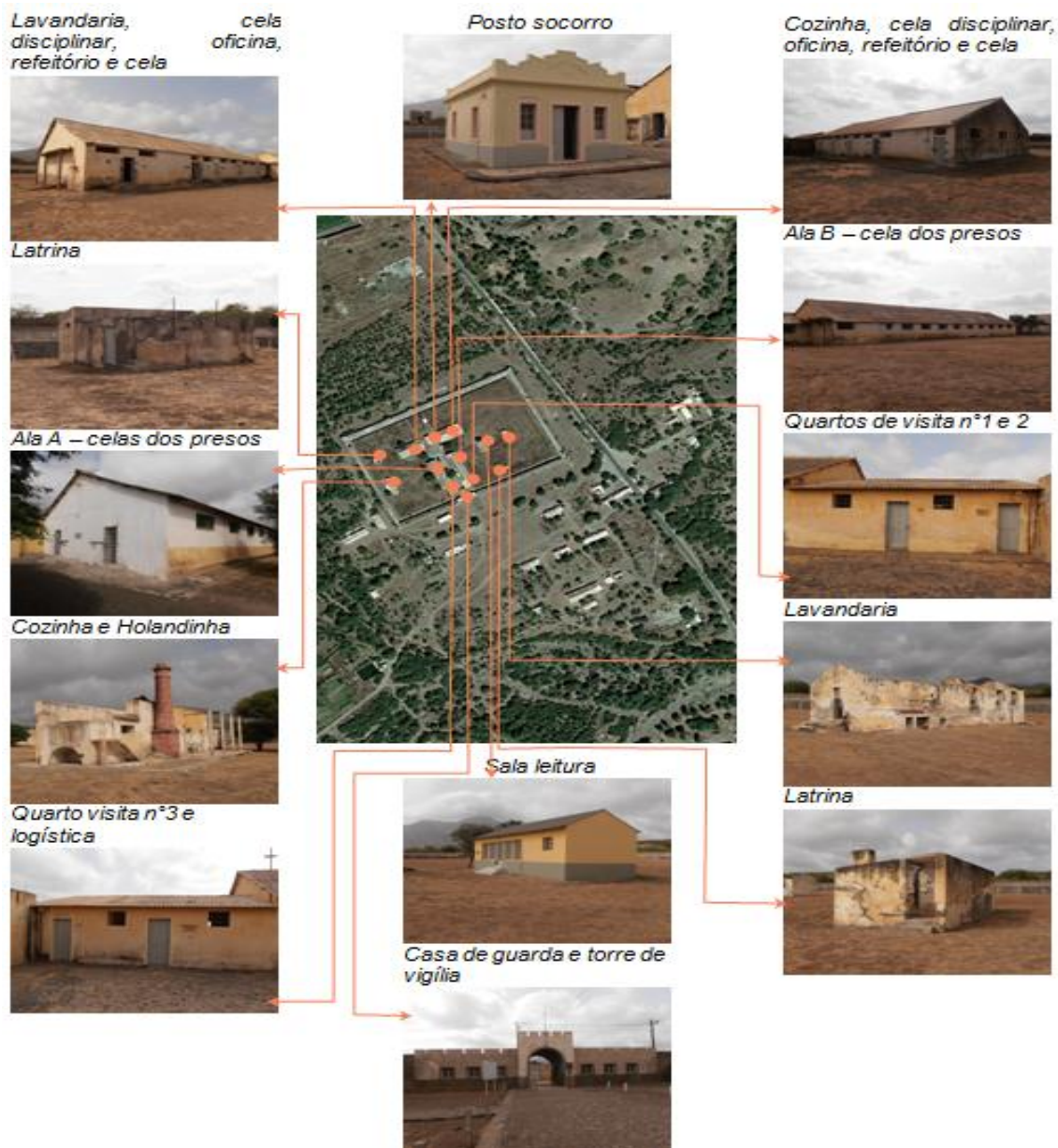


Figura 10: Fotos de edifícios da parte interior do Museu da Resistência-Imagem tirada da Monografia de Luís Gomes Semedo-Reabilitação Urbana-Uma proposta para Campo de Concentração do Tarrafal.

Disponível em:

<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbdigital.unipiaget.cv%3A8080%2Fjspui%2Fbitstream%2F10964%2F349%2F1%2FLuis%2520Gomes%2520ARQ.pdf&ei=X5G1U7PRBqOOQXqjIHgDQ&usg=AFQjCNEB8s9TZaqqECnoQA9FCzFoFs-Urw&sig2=A4cHVpDI72uCYI3VnvD0Cw>

3.4. Situação atual do Museu da Resistência

Analisando *in loco* a situação atual do museu, pode-se observar que a maioria dos edifícios se encontra parcialmente arruinada, necessitados de intervenções tanto a nível interior como exterior. O envelhecimento decorrente do uso, da falta de manutenção e conservação tem conduzido a uma degradação progressiva das estruturas dos edifícios que paulatinamente vão-se transformando em ruínas. É por isso que neste sub-capítulo pretendo fazer um levantamento exaustivo da situação atual do museu, que passa por uma análise sensitiva do espaço, pela identificação das patologias e pela proposta de correção, passando pela elaboração de um programa preliminar⁵⁷ a fim de encontrar possíveis parceiros para o financiamento e a execução deste projeto. Só assim estarei em condições de fazer a minha proposta de valorização deste espaço museológico, que pretende conferir uma outra função e utilidade aos espaços que possivelmente vão ser requalificados.

Tabela 1: Ficha de Análise Específica

Ficha de Observação	
1. Dados Genéricos	
1.1 Designação	
	Museu da Resistência do Tarrafal / Campo de Concentração
1.1. Localização	
	Cidade de Tarrafal Ilha de Santiago – Cabo Verde
1.2. Função	
	1ª Função original: Campo de Concentração do Tarrafal
	2ª Função: Museu da Resistência do Tarrafal
2. Dados específicos	
2.1 Condições ambientais	

⁵⁷ Depois do programa preliminar segue-se a fase II (fase da obra), do concurso público e da elaboração do Caderno dos encargos e a execução da mesma, mas como um trabalho de dissertação é limitado, fica em aberto a possibilidade da elaboração do mesmo noutras circunstâncias e por especialistas..

Temperatura
Boa, através de análise sensitiva, sem utilização de aparelhos de medição.
Luz
A iluminação natural é geralmente boa, com várias janelas a permitir entrada da luz solar durante o dia, excepto nos edifícios que funcionaram como sala dos presos e da “Holandinha”. Convém chamar atenção em relação a iluminação das salas de exposições, visto que o uso das lâmpadas fluorescente não é o aconselhável e a luz solar incide diretamente nas peças ali estão expostas.
Humidade
Apresenta um ambiente seco e húmido, resultante da falta de ventilação e da existência de infiltrações no teto e nos limites dos vãos das janelas.
Observações
Das observações feitas durante o meu trabalho no terreno constatei que a humidade e a temperatura do local não estão a ser controladas, o que coloca em causa a manutenção e conservação do acervo museográfico.
2.2 Paredes
Tipo/Sistema construtivo
Tanto o muro de proteção da parte interna do museu como todos os compartimentos interior e exterior são feitos de alvenaria mista de pedra e argamassas
Materiais
Pedras basálticas talhadas, rústicas e argamassa
Acabamentos
Rebocadas, caiadas e pintadas, excepto o imponente muro que cerca o espaço interno do Museu.

Estado de Conservação
As maiorias dos espaços físicos encontram-se degradadas (analisar as tabelas nº 2 e 3).
Se Degradado
Causas visíveis /possíveis
Infiltrações da água, erosão e abandono.
Ação Imediata
Restaurar e requalificar todos os espaços do museu.
2.3 Pavimentos
Tipo/Sistema construtivo
Tanto no exterior do complexo prisional como no interior, pequenas estradas calcetadas ou de terra batida toscas dão acesso ao museu e aos edifícios do complexo prisional; Tanto nas moradias do exterior do complexo prisional como nos edifícios do interior os pavimentos são feito de alvenaria (com pedras e argamassas).
Materiais
Pedras e argamassas.
Acabamentos - Simples
Estado de Conservação
Razoável na maioria dos espaços e bom naqueles que foram reabilitados.
Se Degradado
Causas visíveis/Possíveis
Desgaste Natural por uso e abandono, principalmente aqueles que não estão a ser

utilizados.
Ação Imediata
Limpeza e tratamento.
2.4 Caixilharias
Tipo/ Sistema Construtivo
As portas e as janelas são feitas de madeira do tipo casquinha. Mas, no interior do museu, a maioria das portas e janelas são feitas de ferro, devido à sua função original de prisão.
Materiais
Madeira, ferro, pregos e cola
Acabamentos
Pintadas com tintas de água
Estado de Conservação
Razoável
Se Degradado
Causas visíveis possíveis
Erosão e abandono, humidade, sol, vento, chuva
Ação Imediata
Recolocação de novas janelas, de preferência de madeira mogno para combater a humidade e a entrada da água da chuva, renovação da pintura dos ferros.
2.5.Tetos / Cobertura

Tipo/ Sistema Construtivo
Os tetos das moradias no exterior do campo e dos compartimentos do complexo prisional são cobertos de telhas e madeira, com exceção de um compartimento coberto de chapa de zinco e ferro, e o teto da holandinha, feito de laje com betão armada.
Materiais
Telhas, madeiras, chapa de zinco, ferros, pregos, cimento, areia e cascalho.
Acabamentos
Simples
Estado de Conservação
Razoável
Se Degradado
Causas visíveis/possíveis
Algumas telhas estão quebradas, permitindo a infiltração da água da chuva, por motivo do desgaste natural e do abandono.
Ação Imediata
Remoção de algumas telhas e das madeiras quebradas e colocação de telhas e madeiras novas.
2.6 Acabamentos /Elementos Decorativos
Tipo de Sistema Construtivo
Materiais

Acabamentos
Estado de conservação
O estado de conservação é razoável
Se Degradado
Causas visíveis possíveis
Ação Imediata
2.7 Mobiliários/Obras de Arte
Tipo de Sistema Construtivo
Tendo em conta a nova função atribuído ao edifício (espaço museológico), as três salas requalificadas que atualmente funcionam como espaços de exposição permanente foram organizadas com suportes independentes da estrutura do edifício (proporcionando fáceis percursos de leitura).
Materiais
Vitrinas, ferros e madeira
Acabamentos
Simple
Estado de Conservação
Bom estado de conservação

Se Degradado
Causas visíveis/possíveis
Ação Imediata
3. Resumo das ações
3.1 Estimativa de custos
3.2.1. de Estudos/Pesquisas Preliminares
3.2.2. de Projetos
3.2.3. de Obra
3.2.4. Outros



Figura 11: Mapa síntese do estado da conservação do Museu da Resistência; Fonte: Cortesia do arquiteto Luís Semedo

Analisando esta tabela 9 relativamente ao estado geral de conservação em que se encontra o Museu, verifica-se que quatro espaços se encontram em ruínas e que outros quatro estão reabilitados,. Os restantes encontram-se em fase de degradação (ver tabelas 2 e 3).

Tabela 2: Quadro Geral do estado de conservação dos edifícios interior do Museu

Nº	Nomes dos edifícios e suas antigas funções	Estado de conservação	Função atual
1	Administração / Diretor	Reabilitado	Secretaria
2	Torre de Vigia / Casa da guarda	Degradado	Sala de TV
3	Quartos de Visita	Degradado	Sem ocupação
4	Logísticas	Degradado	Sem ocupação
5	Presos de Delito Comum	Degradado	Sem ocupação
6	Presos políticos cabo-verdianos	Degradado	Sem ocupação
7	Holandinha	Degradado	Sem ocupação
8	Refeitório	Degradado	Sem ocupação
9	Latrina	Ruína	
10	Lavandaria	Degradado	Sem ocupação
11	Cela disciplinar	Degradado	Sem ocupação
12	Oficina	Degradado	Sem ocupação
13	Refeitório	Degradado	Sem ocupação
14	Presos políticos cabo-verdianos	Degradado	Sem ocupação
15	Posto de Socorro	Reabilitado	Sala de exposição
16	Cozinha	Degradado	Sem ocupação
17	Refeitório	Degradado	Sem ocupação
18	Oficina	Degradado	Sem ocupação
19	Cela	Degradado	Sem ocupação
20	Cela disciplinar	Degradado	Sem ocupação
21	Presos políticos Guineenses	Degradado	Sem ocupação
22	Presos políticos Angolanos	Reabilitado	Sala de exposição
23	Sala de leitura	Reabilitado	Sala de leitura
24	Lavandaria	Ruína	
25	Latrina	Ruína	

Tabela 3: Estado de conservação da parte exterior do Ex. Complexo Prisional. Fonte: tirada da Monografia de Luís Gomes Semedo-Reabilitação Urbana-Uma proposta para Campo de Concentração do Tarrafal

Nº	Nomes dos edifícios e suas antigas funções	Estado de conservação	Função atual
26	Moradia do diretor	Reabilitado	Residência Presidencial
27	Garagem	Degradado	Sem ocupação
28	Moradia do Chefe da Secretaria	Degradado	Sem ocupação
29	Oficiais do exército	Degradado	Jardim – de - Infância
30	Moradia do ecónomo	Degradado	Jardim – de - Infância
31	Moradia do Sub Chefe da PSP de Angola	Degradado	Sem ocupação
32	Moradia de um guarda da PSP de Angola	Degradado	Moradia
33	Moradia do Encarregado da central elétrica	Degradado	Moradia
34	Central elétrica e arrecadação	Degradado	Moradia
35	Moradia do enfermeiro	Degradado	Moradia
36	Moradia de um guarda da PSP de Angola	Degradado	Moradia
37	Moradia do Motorista	Degradado	Moradia
38	Moradia de um guarda da PSP de Angola	Degradado	Moradia
38 ^a	Moradia de um guarda da PSP de Angola	Degradado	Moradia
39	Refeitório e clube	Ruína	
40	Caserna dos soldados	Degradado	Moradia
41	Arrecadações	Degradação	Moradia
42	Refeitório dos soldados	Degradado	Moradia
43	Sala dos soldados	Degradado	Moradia
44	Aquartelamento dos guardas auxiliares	Degradado	Moradia
45	PSP de Cabo Verde	Degradado	Moradia
46	Casa de Armas	Degradado	Moradia

Disponível em:

<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=https://www.unipiaget.cv/3A8080%2Fjspui%2Fbitstream%2F10964%2F349%2F1%2FLuis%2520Gomes%2520ARQ.pdf&ei=X5G1U7PRBqOQ0QXqjIHgDQ&usg=AFQjCNEB8s9TZ aqgECnoQA9FCzFoFs-Urw&sig2=A4cHVPDI72uCYI3VnvD0Cw>

3.4.1 – Relatório das Patologias no Museu da Resistência, causas e propostas de intervenção

Os problemas patológicos estão presentes na maiorias das construções, seja com maior ou menor intensidade, variando a forma de manifestação. Estes problemas advêm de vários fatores como a durabilidade dos materiais empregados na construção, as condições de exposição e os usos do mesmos. Por outro lado, a falta da manutenção faz com que sinais patológicos que teriam baixo custo de recuperação evoluam para situações de desempenho insatisfatório com ambientes insalubres, de deficiente aspeto estético, de possível insegurança estrutural e de alto custo de recuperação. É importante conhecer esses problemas, pois, conhecendo-os torna possível obter informações sobre as suas causas, origens, medidas de prevenção e de recuperação. Deste modo serão identificadas as patologias encontradas no Museu da Resistência e apresentandas as suas causas e medidas de recuperação.

É de realçar que não foi feito qualquer estudo profundo em relação às patologias encontradas no museu, simplesmente foi feita uma observação a olho nu, no qual as identificadas estão bem visíveis.

As patologias com maior frequência são infiltrações, fissuras, corrosão da armadura e movimentações térmicas. O assentamento também é um outro tipo de patologia encontrada no Museu da Resistência do Tarrafal, o qual produz fendilhação, que afeta os elementos não estruturais como blocos de enchimento, painéis de janelas e portas, entre outros.







Figura 12: As consequências do assentamento em pavimentos de alvenaria. Tirada da Monografia de Luís Gomes Semedo – Reabilitação Urbana – Uma proposta para Campo de Concentração do Tarrafal.

Disponível em:

<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbdigital.unipiaget.cv%3A8080%2Fjspui%2Fbitstream%2F10964%2F349%2F1%2FLuis%2520Gomes%2520ARQ.pdf&ei=X5G1U7PRBqOO0QXqjIHgDQ&usg=AFQjCNEB8s9TZaqqECnoQA9FCzFoFs-Urw&sig2=A4cHVPDI72uCYI3VnvD0Cw>

Tabela 4: Quadro resumo das patologias no Museu da Resistência

Patologias	<p>Fissuras nas paredes</p> 
Causas	<p>Erosão natural.</p> <p>Retração das argamassas devido a dosagem inadequada da mesma, emprego de areia inadequada ou contaminada</p>
Medidas de Intervenção	<p>Remoção de reboco e da parede numa faixa ao longo da fissura. Colocação de novo reboco e reconstrução das paredes. Caso de fissuras superficiais utilizar o processo de colmatagem por injeção ou calafetagem</p>
Patologias	<p>Escamação de tintas</p> 
Causas	<p>Infiltrações. Falta de manutenção</p>

Medidas de Intervenção	Remoção de tintas deterioradas. Preparação da superfície e aplicação de nova pintura
Patologias	<p>Portas e janelas envelhecidas</p> 
Causas	Presença de humidade e entrada de águas pluviais. Inchamento e empenos e coruncho ou bicho da madeira.
Medidas de Intervenção	Construção e colocação de novas janelas, de preferência com tábua de mogno. Efetuar o tratamento da madeira com “IMUSOL BS 13”, produto anti-caruncho. Pode ser aplicado à trincha, por injeção ou emersão.
Patologias	<p>Gradeamento oxidado</p> 
Causas	Presença de humidade. Metal sem preparação adequada. Falta de manutenção
Medidas de Intervenção	

3.4.2 – Programa Preliminar

A proposta de programa de recuperação do Museu da Resistência do Tarrafal está dividida em duas fases e previsto para um período de sete anos (2015 a 2022).

- A primeira fase decorrerá de 2015 a 2018, e consistirá na recuperação dos espaços internos do Complexo Prisional⁵⁸. Esta fase justifica-se pela urgência de recuperar os espaços internos, com o objetivo a curto prazo de fazer uma melhor arrumação e organização dos acervos expostos e de dar as condições mínimas de satisfação e conforto ao público visitante, criando, por exemplo, uma pequena loja e cafetaria, mesmo que num espaço provisório, casas de banho com melhores condições, alargar o roteiro da exposição utilizando mais salas, e criar condições ambientais propícias para os acervos expostos.

- A segunda fase decorrerá a partir de 2018 e prolongar-se-á até 2022, e consiste na recuperação dos edifícios externos (as moradias), de modo a requalificar estes espaços dando-lhes outras funções ou mantendo as funções atuais - dependerá da estratégia traçada pela entidade que fará a gestão deste espaço.

Durante todo este percurso, é preciso realizar um trabalho envolvendo equipas multidisciplinares constituídas por técnicos e especialistas de várias áreas, tais como: Arquitetos Paisagistas, Conservadores-Restauradores, Arquitetos, Engenheiros, Arqueólogos, Museólogos, voluntários que entendem estas e outras matérias caso venha a ser necessário.

Tendo em conta a história do fascismo português e a luta pela libertação dos Povos africanos de Língua Oficial Portuguesa, este museu deve ser pensado como um projeto supra nacional⁵⁹. Um projeto coletivo para o qual todos devem envidar esforços, para edificar e instituir neste sítio de memória, um espaço de diálogo e de desenvolvimento cultural. É o dever da memória, a dimensão da história comum que faz deste museu um espaço entre os PALOP, Portugal e o Mundo. Por isso, para materializar este projeto, conta-se com o apoio e financiamento de algumas instituições: Governo de Cabo Verde,

⁵⁸ Utilizei o nome “Complexo Prisional” com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor para uma melhor identificação dos espaços. Mas todos os espaços internos e externos do complexo prisional fazem parte do Museu da Resistência do Tarrafal.

⁵⁹ É do entendimento dos principais responsáveis governamentais de Cabo Verde, Portugal, Angola e Guiné Bissau, que o entendem como património comum, que deve ser assumido como um projeto coletivo.

através do Ministério da Cultura, Governo Português, através da Secretaria do Estado da Cooperação, Governo Angolano, Governo da Guiné Bissau, Fundações Amílcar Cabral, Mário Soares, Agostinho Neto⁶⁰ e outros mecenas públicos e privados.

3.5. A Gestão o Uso e a Conservação (Fase 3 Gerir e Valorizar)

Este subcapítulo descreve o processo da gestão, uso e conservação do Museu da Resistência. Para além da preservação de uma memória, as reabilitações deste tipo de espaços antigos permitem a sua adaptação a novas funções e necessidades. Estes novos espaços são idealizados de modo a também garantir a sua conservação e segurança.

É de voltar a referir que em termos da gestão, uso e conservação, o Museu da Resistência do Tarrafal, depois de muitos anos de abandono, foi classificado como património nacional segundo a Resolução nº 33/2006 de 4 de Agosto. Esta classificação foi devida à sua importância histórica e ao peso que carrega como património das memórias dolorosas.

Atualmente está sob a tutela do Governo de Cabo Verde, sendo o Instituto de Investigação do Património Cultural (IIPC) responsável pela sua gestão e administração. A sua direção está assegurada por um professor (enviado por requisição), fruto de uma boa relação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação e dos Desportos. Quanto aos recursos humanos que asseguram a gestão e conservação do espaço, são constituídos pelo Diretor/Coordenador do museu, por duas empregadas de limpeza e dois guardas, totalizando cinco pessoas.

3.6. Metodologia de Investigação no Terreno, Contribuição para o Desenvolvimento de um projecto Comum e Sustentável

Para abordar esta questão tive que contactar algumas instituições e pessoas no terreno para avaliar as suas opiniões sobre o MRT, a fim de poder ter mais informação para a elaboração da minha proposta de valorização deste museu. Justifica-se assim a escolha do método etnográfico, uma metodologia predominantemente qualitativa e todas as opções tomadas. As técnicas e instrumentos de recolha de dados, a descrição da amostra, os

⁶⁰ Faz parte das Recomendações saídas do Simpósio Internacional sobre os 35 anos do encerramento do campo de Concentração, realizado no Museu da Resistência o mês de Abril a um de Maio de 2009.

métodos de análises dos dados e as questões éticas são também abordados neste subcapítulo.

Baseado neste tipo de metodologia que utilizei, segundo Sampieri [et Al.] (2006), a investigação visa, por um lado, solucionar problemas, (pesquisa aplicada) e por outro produzir conhecimento (pesquisa básica), procurando conhecer as práticas de gestão, uso e conservação levadas a cabo pela direção do museu, o contributo da autarquia local e da comunidade do Tarrafal. Tendo em consideração os objetivos deste estudo, entendeu-se que esta deveria ter uma perspetiva essencialmente qualitativa.

A investigação qualitativa compreende um conjunto de métodos. Para melhor atingir os objetivos propostos optou-se por um estudo interpretativo, sustentado pelo método etnográfico, que, de acordo com Carmo [et al.] (1998), implica uma extensa recolha de dados de forma naturalista, sem que o investigador interfira nas situações observadas. O método etnográfico permite obter uma visão holística de fenómenos levando em conta todos os componentes de uma situação e das suas interações e influências recíprocas (Lopes 2011).

O estudo cumpre os requisitos que Genzuk (1993), identificando como princípios fundamentais da pesquisa etnográfica os seguintes componentes:

- a) **O Naturalismo** - este estudo decorreu num ambiente natural, permitindo uma melhor compreensão do comportamento humano perante as rotinas do quotidiano, do contato direto entre o investigador e o informante no seu ambiente natural, a cidade do Tarrafal (para o diretor do museu, o Presidente da Câmara do Tarrafal, o Presidente da Associação Cívica de Chão Bom, as funcionárias do museu e a população local) e a cidade da Praia (para o presidente do IIPC).
- b) **A compreensão** - para que o investigador consiga explicar factos deve compreender as perspetivas culturais em que se baseiam. Pequenos grupos desenvolvem distintas formas de ver o mundo, sendo preciso que tal seja compreendido por aqueles que pretendem explicar a cultura desses grupos e ter um conhecimento prévio do objeto de estudo, antes de avançar para explicações sobre as ações dos seus membros.

- c) **A descoberta** - a conceção da investigação etnográfica é vista como um processo indutivo. O investigador parte para a investigação sem preconceitos, para evitar o enviesamento do estudo com a sua visão exterior dos factos. O investigador entra no terreno com uma hipótese e no desenrolar da pesquisa no terreno, de acordo com as observações, vai verificando, ou não, a sua veracidade.

Para se efetivar a pesquisa no terreno, procedeu-se a um período de reconhecimento. Nesta fase o investigador preocupou-se sobretudo em fazer uma maior aproximação à comunidade através de conversas informais, como forma de estabelecer uma relação aberta com os possíveis informantes. Esses momentos serviram para fazer as primeiras observações, que revelaram muitos aspetos que foram registados através de fotografias e notas de campo que depois foram objeto de exploração nas entrevistas. Como forma de permitir uma maior aproximação à comunidade, foi contactada a Câmara Municipal de Tarrafal e a Associação Cívica de Chão Bom⁶¹ no sentido de agilizar os primeiros contactos.

Segundo Geertz (1973), na visão antropológica social e cultural, a etnografia é vista como a descrição de um sistema de significados de um grupo. A pesquisa não segue padrões rígidos e estanques, mas desenvolve-se a partir da descoberta no contexto social e natural, numa visão holística dos fenómenos, tendo em consideração todos os aspetos de uma determinada situação e interações. Portanto, fazer etnografia é descrever. Este processo começa com a observação para depois descrever e interpretar os factos observados e é a descrição que dá corpo ao texto etnográfico. O mesmo autor refere que a descrição é um trabalho denso, ou seja, uma descrição microscópica, minuciosa e detalhada dos factos observados, que nos permite interpretar em profundidade estes mesmos factos.

Augé [et al.] (2005) refere que, a pesquisa etnográfica implica um longo trabalho no terreno, onde o investigador participa na vida quotidiana da cultura que pretende estudar, sendo necessário uma boa observação e o registo dos factos desenvolvidos pelos sujeitos com objetivo de captar seus “pontos de vistas” sobre os factos.

A longa estadia no terreno permite ao investigador distinguir o que é informação daquilo que não passa de ruído de circunstância. Neste sentido, o investigador passou 3 meses a

⁶¹ Localidade onde se encontra o Museu da Resistência

fazer trabalhos no terreno, como forma de permanecer o maior tempo possível na comunidade e assim acompanhar de perto todas as ações dos informantes. Nesta perspetiva, Spradley (1979) afirma que o trabalho de campo envolve o estudo disciplinado de como as pessoas aprendem a ver, ouvir, falar, pensar e agir de forma diferente, tendo como base a comparação, a contextualização e a interpretação de um grupo social, com base em documentos que contextualizam a história, a demografia, as ações políticas, as tendências económicas e o sistema sociocultural de uma comunidade, por meio da observação participante, pois, auxilia a compreensão do contexto em que se dão os acontecimentos.

Neste sentido, o investigador procurou uma grande aproximação com a comunidade, para que se pudesse inteirar de todos os aspetos relativos à sua vida quotidiana. A criação de uma relação muito próxima, aberta, de muita amizade e cumplicidade foi a “chave” para a concretização da pesquisa no terreno.

3.6.1. Amostra

Para Sampieri [et al.] (2006), num estudo qualitativo, a amostra é uma unidade de análise ou grupo de pessoas, contexto ou factos, sobre os quais se recolhem os dados representativos do universo, e quando o universo é demasiado grande para ser observado na totalidade, deve-se proceder à seleção de elementos pertencentes a esse universo, que representam a população na totalidade.

Nesta investigação, a amostra é composta por três pessoas da comunidade de Chão Bom, incluindo o presidente da Associação Cívica de Chão Bom que responde em nome de todos os associados, o diretor do Museu da Resistência, o presidente da Câmara do Tarrafal, o Presidente do Instituto da Investigação Cultural (IIPC, entidade responsável pela gestão do museu) e um antigo preso político. A minha escolha justifica-se pelos seguintes critérios: as pessoas da comunidade são as que moram nas antigas residências do campo/museu há muitos anos; o presidente da Associação Cívica de Chão Bom porque esta é uma associação muito dinâmica na localidade, realiza muitas atividades culturais e é uma potencial parceira na gestão, na programação e na realização das atividades do museu; o diretor do museu porque é a pessoa que melhor conhece a situação do museu, ou seja é o gestor direto do espaço; o Presidente da Câmara do Tarrafal porque é o administrador da

cidade onde se encontra o museu e a Câmara pode ser um parceiro forte na gestão e divulgação do Museu da Resistência; o Presidente do IIPC porque faz parte da entidade do Governo com influência direta na gestão do espaço, visto que o museu é da tutela do governo; por último, um antigo preso político que faz parte do grupo de pessoas que sofreram todos os castigos físicos e psicológicos no Campo de Concentração do Tarrafal, fonte direta da história *in loco* do campo.

Das entrevistas⁶² realizadas no terreno, houve a necessidade de salientar alguns aspetos ou ideias e preocupações importantes defendidos pelos entrevistados para o melhor funcionamento do museu. De uma forma resumida posso citar algumas delas:

Para o Presidente do IIPC, Humberto Elísio da Cruz Lima (entrevista concedida em 27/08/2013), o IIPC fará esforços num futuro próximo para encontrar a melhor forma possível de fazer uma melhor gestão do MRT, ou seja, dever-se-á reestruturar a gestão desse espaço de modo a dar-lhe mais consistência e uma nova visão. O maior problema do momento é a falta de quadros capacitados nesta matéria (falamos de pessoas formadas em Museologia e na Gestão e Valorização do património). Outra questão é a desocupação das antigas moradias que há muito tempo vêm sendo ocupadas pela população local, para que estas sejam requalificadas com objetivo de criar uma pousada. Mas essas casas vão ser requalificadas de acordo com as funções que desempenhavam no passado. Este desiderato só será possível com a criação da Curadoria do Tarrafal, com a representação do IIPC, CMT, MED e da UNESCO.

A mesma ideia é defendida pelo Presidente da CMT, José Pedro Nunes Soares (entrevista concedida em 23/08/2013), e afirma que a CMT distribuiu lotes de terrenos por aforramento aos moradores locais, com objetivo de estes construírem as suas próprias habitações⁶³. Outra questão é o défice na divulgação do MR, a necessidade de criar uma base de dados e realização de atividades de valorização de memórias vivas do museu (os antigos presos que ainda se encontram vivos). Mostrou-se disponível para colaborar nestas questões com a direção do museu.

⁶² Ver em anexo o resultado completo das entrevistas feitas no terreno

⁶³ Para aprofundar esta questão ver a minha reflexão na introdução do capítulo 4.

O Diretor do MR, João da Mata Veiga, destacou a realização do Simpósio Internacional sobre Tarrafal (2009) como algo de muito positivo, o qual veio reforçar o acervo museográfico criando mais duas salas de exposição. Realçou a necessidade de maior divulgação do espaço e da sensibilização da população no que diz respeito a frequência das crianças e animais no Campo/museu.

Tanto o Presidente da Associação Cívica de Chão Bom, professor António Costa, e os moradores locais, senhoras Suzete Vaz Varela e Lenisa Ramos⁶⁴ (entrevista concedida em 21/08/2013) mostraram-se preocupados com o estado de conservação do museu e defendem a permanência, a sensibilização e a integração dos moradores na gestão deste espaço, de modo a estes poderem sentir e viver o museu como um património que lhes pertence.

3.6.2. Instrumentos de recolha de dados

A recolha de dados é uma etapa fundamental da investigação. De acordo com Carmo [et al.] (1998), na investigação qualitativa o principal instrumento de recolha de dados é o próprio investigador, uma vez que a fiabilidade e validade dos dados dependem muito da sua experiência, conhecimento e sensibilidade.

Na pesquisa etnográfica, a recolha de dados consiste na descrição detalhada e completa das atividades, situações, interações, imagens, atitudes, crenças e emoções observadas, sejam particulares ou coletivas. Portanto, o objetivo da recolha de dados é obter o máximo de informação dos indivíduos e/ou sociedades, em profundidade nas palavras, definições ou termos dos indivíduos no seu contexto (Sampieri, [et al.], 2006). Hérbert [et al.] 1990) apresenta 3 grandes grupos de técnicas que designam por “modos” de recolha de dados: o inquérito que pode ser de forma oral (entrevista) ou escrita (questionário); a observação que pode ser de forma direta sistemática ou participante; e a análise documental. No caso do método etnográfico, são vários os instrumentos usados, onde Carmo [et al.] (1998), destaca a observação participante como a principal técnica de recolha de dados. Assim, os dados foram recolhidos a partir dos seguintes instrumentos.

3.6.2.a - Observação

⁶⁴ Suzete Vaz Varela de 40 anos de idade, é funcionária de limpeza no MR e a mais de 20 anos que beneficia duma das moradias do museu. Lenisa Ramos nasceu 20 anos de idade nasceu numa dessas moradias.

O estudo de campo iniciou-se com um período de observação, como forma de aproximar o investigador do objeto de estudo e se familiarizar com os possíveis informantes. Como foi referido, nesta pesquisa optou-se pela observação participante, que se revelou uma boa escolha, por permitir ao investigador participar nas ações desenvolvidas pela direção do museu, possibilitando ainda uma grande aproximação à direção do museu, aos moradores locais, às atividades desenvolvidas pela Associação Cívica de Chão Bom.

Foi através da observação e permanência no terreno que possibilitou a seleção dos entrevistados, que deram rosto à investigação, de acordo com os critérios atrás mencionados.

3.6.2.b – Entrevistas

Das entrevistas⁶⁵ efetuadas foram selecionadas as mais significativas para o estudo. O modelo de entrevista escolhido foi a semiestruturada, com auxílio das notas de campo e da gravação vídeo e áudio⁶⁶. As entrevistas revelaram ser um importante meio de recolha de informação, uma vez que permitiram um aprofundamento dos factos observados e esclareceram dúvidas em relação a certos factos ocorridos durante a observação.

Também serviram para confrontar a perceção do investigador em relação ao significado da sua observação. Seguindo uma recomendação de Bogdan [et al.] (2005), as entrevistas foram feitas na linguagem dos próprios sujeitos, o que permitiu a uma maior liberdade aos entrevistados. Neste sentido, as entrevistas aos moradores e funcionárias do museu foram feitas no crioulo de Santiago “badio” e aos restantes entrevistados em português, como forma de facilitar a comunicação entre os entrevistados e o investigador.

A escolha da entrevista semiestruturada possibilitou uma grande liberdade ao entrevistado, pois tratou-se mais de uma conversa onde o investigador lançava as questões que eram desenvolvidas pelo entrevistado. Este modelo permitiu também a introdução de outras questões que não estavam programadas, que surgiram durante o diálogo com os entrevistados. Para a realização das entrevistas, o investigador levava apenas um bloco de notas e uma máquina fotográfica moderna. As entrevistas com os moradores foram

⁶⁵ Ver o resumo das entrevistas em anexo.

⁶⁶ As gravações vídeo e áudio foram feitas ao Presidente da Câmara do Tarrafal e ao Presidente do IIPC. As restantes entrevistas foram respondidas oralmente e por escrito.

efetuadas sempre no período do fim da tarde, quando era possível encontrá-los em casa. Em relação às restantes entrevistas, foram realizadas no espaço de trabalho dos entrevistados. É de realçar que foi mais fácil entrevistar o Diretor do museu, o Presidente da Câmara e o Presidente do IIPC, do que as funcionárias do museu, os moradores locais, e um ex. preso político, visto que estes não queriam responder às questões colocadas, devido talvez à falta de sensibilização e de motivação em relação a este património. Em alguns casos, os moradores pediram qualquer coisa em troca das entrevistas, como a reparação das suas casas ou um emprego. Este problema só foi ultrapassado devido à realização de várias visitas no terreno e de uma convivência próxima da população.

3.6.2.c – Análise dos dados

A análise dos dados não se processou no final da recolha, mas sim, de forma sistemática, durante a pesquisa de campo. O material recolhido ao longo do estudo foi transcrito para formato digital e armazenado em diferentes suportes informáticos.

A análise das entrevistas aos vários intervenientes nesta investigação permitiu conhecer as suas perspetivas sobre o fenómeno em estudo. Num primeiro momento identificou-se o essencial das entrevistas tendo em conta os objetivos definidos na pesquisa, que iam ao encontro das questões. Numa segunda fase definiram-se as categorias que permitiram uma análise cuidadosa dos dados, e uma maior rentabilidade do tempo empregue nessa análise.

Vários autores referem que, no método etnográfico, o investigador deve ter um cuidado redobrado para não influenciar os dados. Nesse sentido, para uma maior fiabilidade na interpretação dos dados e tendo em conta o carácter interpretativo do método etnográfico, optou-se pelo procedimento da análise de conteúdo que, segundo Vala (1990), é uma das técnicas mais habituais na pesquisa empírica, pois permite a descrição objetiva e sistemática do conteúdo. Na perspetiva de dar voz aos próprios agentes, Bardin (1991), refere que a análise de conteúdo exige alguns pressupostos como:

- ✓ Ter em conta os objetivos da pesquisa e estabelecer um quadro conceptual de referência que a orienta;
- ✓ Estruturar um corpus;
- ✓ Determinar categorias de análise.

Outra forma de se conseguir uma maior validação dos dados é a permanência do investigador no terreno, por um longo período, permitindo a concordância dos participantes na interpretação dos dados.

A triangulação desses dados foi outra preocupação do investigador, pois, segundo Cohen [et al.] (2011), é um processo que serve para clarificar significados, permitindo comparações de fontes diversificadas e a sua verificação, avaliando se as várias análises se corroboram. A reflexão sobre os resultados que, à frente, se apresentam, expressa os diferentes pontos de vista da amostra e do investigador.

Desta forma tentou-se reduzir a possível subjetividade da análise, assegurando a sua fiabilidade e ampliando a validade deste estudo etnográfico.

3.6.3 – Considerações éticas

As questões éticas são muito importantes em investigação⁶⁷, principalmente quando esta envolve o ser humano, de forma a garantir que os direitos das pessoas que participam na investigação são assegurados. Dadas as características deste estudo optou-se por utilizar o consentimento informado, tendo o investigador consciência que os sujeitos da investigação têm direito a serem informados sobre o trabalho, podendo estes escolher participar ou não.

Nesse sentido, seguiu-se o seguinte procedimento:

- a) O entrevistados foram informadas sobre a natureza do estudo, todos os seus objetivos, o tempo de permanência no terreno e como se processava a recolha de dados, tendo aderido de forma voluntária.
- b) Foi garantida a total confidencialidade da informação fornecida, quando solicitada, de forma a assegurar o direito à privacidade.
- c) Foram solicitadas as necessárias autorizações para a gravação de áudio, vídeo e fotografia, assim como a utilização destes dados em contextos académicos e posterior publicação.

⁶⁷ Os resultados encontram – se no anexo das entrevistas

d) As fotografias e as entrevistas recolhidas foram apresentadas aos informantes para validação, antes do início do tratamento dos dados, para esclarecer quaisquer possíveis dúvidas, assim como a fidelidade dos dados e resultados.

3.7. Análise SWOT

O Museu da Resistência do Tarrafal, sendo um espaço pertencente ao Estado, tem por objetivo básico proteger os recursos naturais e culturais⁶⁸ deste museu, preservando a sua arquitetura, o seu acervo e todo o espaço circundante, além de proporcionar oportunidades de visitas públicas, lazer, pesquisas científicas e educação patrimonial, sendo um espaço que possui um enorme potencial em termos do património cultural, material e imaterial, fruto de uma convivência entre os presos e pessoas de diferentes nacionalidades. É com base nesta perspetiva de conservação e valorização do património que se torna indispensável fazer um balanço das vivências, mas também de práticas, e importa ainda perceber as dificuldades que se levantam na sua preservação e conservação.

Daí que a análise dos pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e das ameaças, isto é a análise SWOT⁶⁹ ou FOFA (em português), permite fazer o ponto de situação com o grau de profundidade que se pretende e construir uma gralha de soluções para as decisões estratégicas a tomar no presente e no futuro. A análise SWOT aplicada está baseada nas visitas *in loco* feitas ao Museu da Resistência, bem como na consulta do plano anual de atividades do museu.

⁶⁸ Suplemento ao "BOLETIM OFICIAL" DE CABO VERDE nº 52, de 29 de Dezembro de 1990 - Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro (Lei de Bases que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano), Secção VIII, Artigo nº 64).

⁶⁹ Strong points / Weak points / Opportunities / Threats.

Tabela 5: Quadros de análise SWOT

ANÁLISE SWOT	
Potencialidades ou Forças	<ul style="list-style-type: none">- O MRT possui um número considerável de edifícios, o que facilita a ampliação do circuito museológico;- O museu possui uma vasta área de superfície geográfica que de certo modo favorece a utilização de terrenos adjacentes para a implementação de uma agricultura moderna, o que facilita a auto-sustentabilidade;- Contém um acervo próprio e singular a nível do país, o que o torna numa mais-valia para o património local, nacional, e internacional.- Tem um rico património material móvel e imóvel de interesse público que convém conservar e valorizar;- Com a requalificação do MRT haverá criação e atração de novas atividades para os Municípios do Tarrafal, visto que uma elevada percentagem da população local é jovem, o que constitui uma mais-valia em recursos humanos numa gestão participativa e sustentável;- O museu fica situado, num ponto estratégico para a prática do turismo, visto que o Tarrafal é uma cidade que tem das melhores praias do mar de Cabo Verde e a poucos quilómetros dista o museu do Parque Natural da Serra Malagueta; <p>O museu é um instrumento chave para a competitividade entre as cidades.</p>

ANÁLISE SWOT

Fragilidades	<ul style="list-style-type: none">- Pressão da população próxima do museu (moradores da localidade de Chão Bom) devido a extração desenfreada de areia em redor do museu.- Fraca aposta em marketing e divulgação do património;- Falta de interesse por parte da população local na conservação do espaço;Falta de técnicos especialistas na área da Gestão e Valorização do Património, antes e durante a elaboração e a execução do plano de atividades e de gestão do museu;- Inexistência de guias turísticos no local a fim de facilitar a visita e a compreensão sobre o espaço e o seu acervo por parte dos visitantes (uma reclamação constatada <i>in loco</i> e através das entrevistas feitas aos funcionários de limpeza do museu).
---------------------	--

ANÁLISE SWOT	
<p>Prioridades/</p> <p>Oportunidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar e aproveitar um importante património arquitetónico e cultural retornando a importância histórica do local; - Recolher, Identificar, inventariar, catalogar e expor novos acervos no Museu visto que alguns deles ainda estão na posse dos antigos presos do Campo. - Criar uma base de dados e serviços de documentação, de modo a fazer uma melhor organização no museu; - Criar um produto auto-sustentável, com objetivo de atrair e fixar meios financeiros; - Novas ligações entre pólos turísticos. - Capacidade de criação do emprego através da motivação dos jovens empreendedores a expor os seus produtos, para a divulgação e venda, no museu. Com isso, o museu consegue trazer a comunidade ao espaço integrando-a na gestão e conservação do mesmo.

ANÁLISE SWOT	
<p>Ameaças</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O museu pode tornar-se um espaço de frequência por partes dos vendedores ambulantes (casos frequentes nos países da região africana); - Ocorrência da destruição do património arqueológico; - Perda de identidade do museu ou o perigo de criação serviços e realização de atividades sem ligação histórica ao espaço e aos objetivos do museu.



Figura 13: Problemática da extração da areia ao redor do Museu; Fonte Autor.

3.8. Estudos Comparativos

Este estudo comparativo consiste em trazer exemplos de boas práticas patrimoniais, aplicadas no mesmo contexto mas em países e lugares diferentes, que possam servir de modelos a implementar no nosso objeto de estudo, tendo sempre em conta a nossa realidade local e nacional.

Desde logo impõe-se registar que nas comparações foram destacadas os elementos estruturais, históricos, formais, simbólicos e funcionais de interpretação patrimonial. Todavia, em termos de reutilização dos Campos de Concentração e das penitenciárias estudadas houve um bom aproveitamento museológico e cultural, enquanto no Museu da Resistência do Tarrafal ainda há muito trabalho a fazer para que este espaço se torne digno de um Museu.

3.8.1 - O Campo de Concentração de Dachau – Alemanha

O Campo de Concentração de Dachau, foi construído em março de 1933 pelos nazis numa antiga fábrica de munição próxima à cidade de Dachau, cerca de cinco quilómetros a

noroeste de Munique, no sul da Alemanha. O seu projeto foi desenhado pelo comandante Theodor Eick⁷⁰.

Os presos foram obrigados a derrubar a antiga fábrica e sob condições terríveis iniciaram a edificação do campo, o qual foi oficialmente concluído em meados de Agosto de 1938, permanecendo inalterado até 1945⁷¹.

Este campo era dividido em duas partes, o campo e o crematório. A área do campo era composto por trinta e dois quartéis e a administração estava localizada na entrada principal e incluía uma série de prédios auxiliares, entre os quais estavam a cozinha, a lavandaria, o balneário, as oficinas e um bloco de prisão.

Em 1942 foi construído o crematório ao lado do campo principal, que incluía o antigo e o novo crematório, sendo este último possuía uma câmara de gás⁷².

A nível da sua conceção o campo era constituído por trinta e quatro edifícios de madeiras em duas linhas de dezassete em ambos os lados de uma estrada do campo, a Langesstrasse. Em cada lado da estrada plantou-se uma linha de árvores que só foram destruídas em 1964 - as que existem hoje foram plantadas em 1980⁷³.

De 1965 a 1968, o campo de concentração de Dachau foi transformado num memorial com objetivo de recordar e de saldar a dívida do sofrimento de todos os que por lá passaram e dos que perdera a vida. Das duas filas de dezassete barracas, que foram construídas, apenas existem duas barracas reconstruídas, as restantes são lembradas através de marcas em forma de retângulo na gravilha, solução que com a imagem ou símbolo do passado evoca a memória. A partir das duas reconstruções pode-se ter a noção do que foi o alojamento dos

⁷⁰ Theodor Eick nasceu a 17 de Outubro de 1892 em Hamptou França. Foi dirigente nazista e ocupou o cargo de SS – Obergruppenführer, comandando Totenkopf da Waffen – SS e foi um dos responsáveis pela criação dos campos de concentração nazistas na Alemanha, foi assassinado em 26 de Fevereiro de 1943, durante uma missão na União Soviética.

⁷¹ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM [em linha] [consultado em 2 de Fevereiro de 2014] Disponível em www.Ushmm.org/wlc/article.php?lang=en&ModuleId=10005214~> <URL: http://www.Ushmm.org/wlc/article.php?lang=en&ModuleId=10005214~>

⁷² Idem

⁷³ KZ Dachau [em linha] [consultado a 2 de Fevereiro de 2014] disponível em www.scrapbookpages.com/Dachauscapbook/KZDachau/index.html <URL:http://www.scrapbookpages.com/Dachauscapbook/KZDachau/index.html>

presos durante os três períodos do funcionamento do campo: 1933–1934, 1937–1938 e 1944–1945⁷⁴.

O memorial de Dachau reabriu as portas ao público no dia 4 de Maio de 2003, substituindo aquele que foi criado a 9 de Maio de 1965, numa primeira tentativa de reconversão em honra dos prisioneiros de diferentes países que por lá passaram⁷⁵.



Figura 14: Vista principal da entrada do Campo de Concentração de Dachau; Fonte: <http://phototravel.blogspot.com/2006/11/dachau-concentration-camp.html>
<http://phototravel.blogspot.com/2006/11/dachau-concentration-camp.html>

⁷⁴ KZ Dachau [em linha] [consultado a 2 de Fevereiro de 2014] deponível em www.<URL:http://www.scrapbookpages.com/Dachauscapbook/KZDachau/index.html>

⁷⁵ Idem



Figura 15: Interior do Campo de Concentração de Dachau;

Fonte:<http://www.cityscouter.com/pictures/munich/Dachau-Concentration-Camp-Photos.html>

3.8.2 – Penitenciária de Recife – Brasil

A casa de cultura instalada na antiga penitenciária de Recife é um grande Centro de Arte Popular da região de Pernambuco, localizado no bairro de Santo Antônio, nas margens do Rio Capibaribe.⁷⁶

Em 1948, o Governo de Pernambuco resolveu criar uma nova penitenciária para a região.⁷⁷ O projeto foi concretizado dois anos mais tarde, em 1950. O edifício tem oito mil e quatrocentos metros quadrados de área contruida e seis mil metros quadrados de pátio externo. Acabou de ser construída em 1967.⁷⁸

Tinha alojamento para duzentos presos, casas de administração e segurança, além do pátio cercado por muralhas guarnecidas de guaritas, interligadas por uma espécie de muro que funcionava também como caminho pedonal.

⁷⁶ GASPAR, Lúcia – Casa cultura: Recife [Em linha]. [Consult. 25 Março 2014] Disponível em WWW: <URL: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=300&textCode=901&date=currentDate>>

⁷⁷ Idem

⁷⁸ Idem

No piso térreo haviam setenta e duas celas, com dez metros quadrados de área, com portas de madeira e grades de ferro, e uma abertura à guisa da janela ,também ela com uma grade de ferro.

No primeiro e segundo pisos, haviam trinta celas com vinte metros quadrados de área, totalizando assim cento e cinquenta e seis celas. A penitenciária foi encerrada em 15 de Março de 1973, sendo os presos transferidos para uma outra penitenciária do Estado.

Francisco Brennand⁷⁹, artista plástico brasileiro, surgiu com um projeto que consistia na transformação da antiga penitenciária do Recife em algo que pudesse fortalecer a cultura da sua região, ou seja uma instituição similar aos centros de educação em literatura, música, artes plásticas e teatro que estavam a ser criados em França pelo escritor e Ministro da Cultura André Malraux⁸⁰.

O projeto de restauro do edifício neo-clássico ficou a cargo da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi⁸¹ e a sua inauguração como Casa da Cultura do Recife aconteceu no dia 14 de Abril de 1976. Tornou-se então no grande Centro Cultural da região e, ao mesmo tempo, num ponto turístico obrigatório da cidade⁸².



Figura 16: Casa da Cultura do Recife – Brasil;

Fonte: <http://pernambucobeat.files.wordpress.com/2008/04/casa-da-cultura-21.jpg>

⁷⁹ Francisco Brennand (Recife 1927). Ceramista, escultor, desenhista, pintor, tapeceiro e ilustrador.

⁸⁰ CASA DA CULTURA DE RECIFE [Em linha]. [Consult. 22 Abril 2014] Disponível em WWW: <URL: <http://www.casadaculturape.com.br/aCasa.php>>

⁸¹ Idem

⁸² Idem



Figura 17: Interior da Casa de Cultura de Recife – Brasil;

Fonte: <http://i272.photobucket.com/albums/jj195/zinho2008/tiagobody7.jpg>

Podia escolher mais exemplos de boas práticas de requalificação, conservação e uso patrimonial, mas escolhi estes dois exemplos devido a função que tinham desempenhado no passado que se identifica muito com o Museu da Resistência do Tarrafal, da importância e do impacto que estão a ter neste momento a nível mundial como património doloroso das memórias. Também quis fazer esta comparação com objectivo de mostrar que é possível transformar o Museu da Resistência num espaço digno de memória, que seja um símbolo incontestável da resistência na luta pela liberdade dos povos, e de despertar junto das autoridades Cabo – verdianas o interesse pela preservação do património.

3.9 - Uma análise crítica sobre a organização da exposição no Museu da Resistência

Depois de uma abordagem profunda sobre o Campo de Concentração, o seu período de funcionamento, até a instituição e implantação do Museu da Resistência do tarrafal, eis o momento de fazer uma análise crítica sobre a organização da exposição museográfica neste espaço. Em relação a este aspeto, friso mais uma vez que é preciso reinventar o Museu da Resistência, dando-lhe melhores condições materiais e museográficas. Todo o processo da produção museográfica teve o seu ponto alto com a realização do Simpósio Internacional data da comemoração dos 35 anos do encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal. Neste Simpósio, para além de serem apresentados vários painéis temáticos alusivos ao tema, foi organizada e inaugurada uma exposição cujo tema era “Memórias do

Campo de Concentração do Tarrafal”, exposição essa que se encontra patente no museu até hoje e veio dar um reforço museográfico considerável àquele espaço.

Voltando a falar da minha crítica à exposição, ela está baseada somente na observação pessoal e direta do acervo museográfico, das condições físicas e ambientais do espaço. Tudo isso foi feito através de várias visitas no terreno e nos conhecimentos adquiridos durante o meu percurso académico.

Analisando a produção museográfica feita com a realização do Simpósio Internacional, o enquadramento da historiografia do campo atende às duas fases do seu funcionamento⁸³. Na primeira galeria (Sala 1), apresenta-se todo o enquadramento historiográfico das duas fases e na segunda galeria (Sala 2) são representadas as personalidades africanas que estiveram presas no campo e na mini-galeria denominada de Sala 3, que fica situada no antigo posto de socorro, está exposta a imagem do famoso médico Esmeraldo Pais de Prata e uma lista de médicos que passaram pelo campo⁸⁴. Neste aspeto pode-se verificar que o Simpósio preocupou mais com os presos dos movimentos independentistas, do que com os Resistentes antifascistas portugueses.

3.9.1 – A problemática da exposição no Museu da Resistência

Um dos problemas mais sérios enfrentados pelo Museu da Resistência, é a problemática das condições físicas (do espaço) e ambientais em que se encontram os acervos expostos. No Museu da Resistência estes problemas estão patentes a todos os níveis, ou seja, as condições físicas e a iluminação do espaço não são das melhores. Em todas as salas de exposição existem paredes muito húmidas, principalmente de manhã, janelas e portas com gradeamento oxidado e problemas de iluminação. Um dos aspetos principais é a questão da iluminação, visto que, é a causa de grande degradação de certos materiais tanto pela intensidade como pela duração da exposição à luz natural e pelo tipo de radiação, necessitando de ser estritamente controlada.

⁸³ Carlos Mendes – Museu da Resistência: Museu Transnacional. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Setembro 2010

⁸⁴ Para melhor compreensão e aprofundamento deste assunto recomenda-se a leitura da dissertação de Carlos Mendes – Museu da Resistência – Museu Transnacional. Faculdade de letras do Porto. Setembro de 2010, pág. 77 a 81.

Este problema é bem visível em algumas exposições de longa duração, em que se deve evitar ao máximo as fontes emissoras das radiações ultravioleta⁸⁵, a maior causa de danos pela luz, devendo-se usar filtros que adequem os níveis de iluminação à sensibilidade dos materiais expostos.

Segundo a literatura especializada, os têxteis coloridos e papeis (existentes em grande quantidade no Museu da Resistência) só admitem iluminação muito fraca, 50 lux no máximo. No caso do nosso objeto de estudo, verifica-se o contrário, em todas as salas de exposição permanentes a luz natural incide diretamente nos painéis e são utilizadas as lâmpadas fluorescentes não recomendadas devido a sua ação deterioradora nos acervos mais sensíveis e ao seu efeito de propagação muito menor.

É baseado nesta problemática que este projeto visa não só traçar a política museográfica para este espaço, mas também dar-lhe uma melhor condição física e ambiental de modo a torná-lo um Museu digno da memória dos presos que por lá passaram e um espaço de vivência e convivência dos visitantes locais, nacionais e internacionais.

⁸⁵ http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/file/downloads/p_museologia.pdf - Visitado em 20 de Fevereiro de 2014.

CAPÍTULO IV

Proposta de Valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal

Neste capítulo, vou apresentar a minha proposta de valorização para o Museu da Resistência baseado no plano e nos objetivos delineados para a minha dissertação. Não é e nem será minha intenção apresentar uma proposta megalómena e desligada da realidade política, social, económica do país, da cidade e da localidade, mas sim uma proposta em conformidade com as aspirações da comunidade, dos visitantes e dos países com ligações afetivas e históricas ao museu (o caso de Portugal, Cabo Verde, Angola e Guiné Bissau). Está delineada de acordo com os parâmetros museológicos atuais deixando um pouco de lado as propostas clássicas.

Nesta minha proposta pensei o museu como um espaço das memórias, de educação e transmissão de valores e como um espaço de vivência e convivências dos povos (tanto os dos PALOP como resto do mundo). Para traçar esta proposta levei em consideração um outro aspeto muito importante e que requer muita reflexão, a questão de tirar ou não os moradores das antigas moradias do Campo/Museu⁸⁶. Esta questão é motivo de muitos debates e contradições por parte da entidade que tutela o espaço, neste caso o IIPC, da Câmara Municipal do Tarrafal, da população local e dos vários agentes sociais e culturais⁸⁷. Durante o período em que decorreu as minhas investigações no terreno, tive o conhecimento de que a CMT atribuiu lotes de terreno de uma das localidades de Chão Bom aos moradores locais com objetivo de estes ali construir as suas próprias habitações.

As perguntas de reflexão que deixo neste trabalho são as seguintes:

- Numa pequena franja da população, muito carente, sem qualquer meios de rendimento, onde encontrar recursos materiais e financeiros suficientes para contruir uma habitação própria?
- Qual é o destino a dar essas moradias caso sejam desocupadas?

⁸⁶ Refiro – me aos edifícios da parte externa do museu (ver fig.nº 8).

⁸⁷ Para aprofundar esta questão ver as entrevistas em anexo

- Não será melhor, depois de as reabilitar, integrar essas moradias e os referidos moradores na gestão e conservação do museu tornando o roteiro mais amplo?

Estas são as questões que ficam para serem objeto de reflexão, para que se possa chegar a uma solução benéfica para todos. Voltando a minha proposta, e depois de ouvir vários intervenientes diretos e indiretos sobre o MRT, eis o meu plano de valorização de este espaço:

A Tutela

Como tinha dito anteriormente, o Museu da Resistência foi classificado como património nacional de acordo com a Resolução nº 33/2006 de 14 de Agosto. Atualmente é tutelado pelo Governo de Cabo verde, cabendo a responsabilidade da sua gestão ao Instituto da Investigação do património Cultural (IIPC).

Vocação

Atualmente tem como missão a exposição e a valorização das heranças históricas do período fascista português e da luta de libertação dos Povos Africanos da Língua Oficial Portuguesa. Mas esta vocação pode ser ampliada por um plano mais abrangente, ou seja, o Museu da Resistência deverá ter por vocação a valorização do património doloroso das memórias baseado no dever de lembrar aqueles que por lá passaram, este deverá ser um veículo transmissor de boas práticas da cidadania e dos direitos humanos a nível local, nacional e global.

O Acervo/ Caracterização

O acervo do Museu da Resistência é constituído por: painéis expostos ao longo das salas retratando a sequência e data da criação do campo, o decreto-lei nº 26539 que criou a colónia penal do Tarrafal, a data da primeira desembarcação de presos políticos na baía do Tarrafal a 29 de Outubro de 1939, a portaria nº 18539 que criou o Campo de Trabalho Forçado de Chão Bom e o quotidiano dos presos do campo. Também estão expostos um modelo de farda usada pelos presos, os capacetes usadas pelos guardas angolanos, um bandolim na vitrina, violoncelo e imagens de um jogo de xadrez, fotografias dos presos políticos e dos médicos que por lá passaram e várias correspondências expedidas e recebidas. É de referir que a maioria dos acervos pertencentes à segunda fase do

funcionamento do campo se encontram dispersos e pelas informações obtidas junto de algumas personalidades, alguns desses documentos valiosos encontram-se na posse do antigo preso político cabo-verdiano e autor de uma das obras que retrata o campo de concentração, Pedro Martins, Presidente do ACEP.

Política de Incorporação

Pode-se enquadrar este acervo, como depósito voluntário (Artigo 76º da Lei nº 47/2004 do Diário da República I Série, Lei-quadro dos Museus Portugueses⁸⁸) porque os objetos que o constituem foram depositados neste espaço pelas Fundações Mário Soares, Fundação Amílcar Cabral e por alguns antigos presos políticos, com objetivo de homenagear e valorizar as memórias dos presos de várias nacionalidades que por lá passaram.

Política de Conservação/ Normas e Procedimentos de Conservação preventiva

Segundo Fernández (1995: 215,216), *a função de conservar os bens culturais é sem dúvida um dos compromissos mais complexos que existe no museu, desde a perspetiva da sua configuração e definição convencional de acordo com a proposta e o impulso do ICOM*. A evolução do museu e os progressos dos métodos científicos e tecnológicos que se aplicam atualmente tem convertido a questão da conservação num ponto de encontro de muitos dos aspetos considerados a tratar tais como: a recolção, identificação e documentação das obras. Deste ponto de vista, a questão da proteção e conservação é muito delicada, tendo em consideração a qualidade do espaço do Museu da Resistência, as condições ambientais, as de instalações, a forma como as coleções estão armazenadas e expostas, o reforço e cuidado com as obras de coleção.

O acervo exposto deve ser monitorizado com regularidade a fim de avaliar o estado em que se encontra, os níveis de iluminação do espaço, a temperatura e a humidade relativa ambiente, neste aspeto recomenda-se que o museu fique sempre aberto e em funcionamento para uma melhor conservação do referido acervo.

Também para melhor proteção e conservação destes objetos recomenda-se que se faça a separação dos diferentes tipos de coleção, ou seja, dividi-los por temas (exemplo: fardas dos antigos presos, correspondências recebidas e expedidas, processos individuais dos presos, painéis fotográficos e questões relacionadas com o quotidiano no campo tanto no

⁸⁸ Foi baseado no modelo português porque ainda não temos a Lei – quadro dos Museus em Cabo verde.

período da primeira fase como na segunda), de modo a facilitar a conservação e que qualquer visitante possa conhecer melhor este acervo.

Sugiro também que se faça uma limpeza cuidada e exaustiva de todos os objetos ali exposta de modo a garantir uma melhor conservação. Este trabalho deve ser feito por um técnico de conservação e restauro, ou por uma equipa multidisciplinar.

Política de Documentação e Identificação

Segundo (Fernández, 2005:230), citando o ICOM sobre o «controlo de inventários», o controlo permanente dos objetos por meio de inventários e a sua inspeção direta desempenha um triplo papel, indispensável pela segurança do museu, já que faz parte de um instrumento contra o roubo, de uma indicação imediata da ausência do objeto e de informação descritiva útil para a sua recuperação. Este controlo é importante e deverá ser feito todos os dias a fim de proteger os materiais expostos. Como dissemos anteriormente, muitas das coleções referentes à segunda fase do funcionamento do campo estão na posse do antigo preso político Pedro Martins e de outros presos que por lá passaram. Por isso, urge a necessidade de fazer uma recolha das mesmas com objetivo de enriquecer o acervo museográfico deste espaço e de dar maior ênfase à sua valorização como espaço de memória. Depois concluído este trabalho, o roteiro museológico ficará mais alargado com a recuperação e uso de mais salas para a exposição.

É nesta linha de pensamento que se sugere que se faça uma investigação de todos os acervos (tanto os que estão expostos como os que vão ser recolhidos) dando-se prioridade a criação de uma base de dados através da produção documental: autenticação e datação das coleções e dos objetos susceptíveis de as integrar, de modo a garantir a autenticidade das peças; depois de integrada, segue-se o registo da peça, o seu inventário e catalogação.

A identificação, documentação e investigação são tarefas dos conservadores e especialistas em museologia, história da arte e técnicas e processos artísticos.

Política de Exposição

Neste aspeto, não pretendo que o meu projeto seja megalómano, nem irrealizável mas sim que seja um projeto voltado para o museu e para as pessoas, priorizando a localidade, a cidade, a país e só depois a nível internacional e global. É por isso que este projeto tem

como objetivo transformar o Museu da Resistência num museu do população e para a população⁸⁹.

Depois de concluída a primeira etapa da recuperação faseada do espaço físico, o Museu da Resistência estará em condições de delinear a sua política de exposição de forma clara e consistente e criar mais espaços para servir de salas de exposição permanente e temporária, como a cozinha, a oficina, a lavandaria e os retretes que podem perfeitamente servir dos espaços cénicos para ilustrar o quotidiano dos presos neste espaço de memória.

Para isso, o primeiro trabalho deve ser a recolha e o tratamento de todos os materiais que testemunham a primeira e segunda fase do funcionamento do campo, podem ser eles de natureza escrita, oral ou material/objetual. Atendendo ao processo de globalização, poder-se-á recorrer ao uso de novas tecnologias, a fim de fazer um cruzamento entre a oralidade e a escrita.

Deve-se dar prioridade à montagem de uma exposição de longa duração, visto que o acervo pertence ao próprio museu, podendo para tal utilizar-se todos os espaços interiores e exteriores para o efeito.

Quanto ao conteúdo da exposição deve conter não só o acervo dos antigos presos políticos mas também toda a documentação referente ao campo/museu, como também outros elementos históricos de carácter pertinente.

Proponho uma nova organização da exposição em que cada espaço físico reabilitado (celas dos presos), deve receber exposição dos objectos pertencentes aos próprios presos durante a sua estadia na prisão, ou melhor dizendo nas celas dos presos portugueses devem fazer exposição dos objectos dos presos portugueses, assim sucessivamente.

Sugiro a programação de pelo menos três exposições temporárias⁹⁰ por ano, aproveitando a época da festa de Nhu Santo Amaro Abade (padroeiro da cidade comemorado a 15 de Janeiro), o 13 de Janeiro, que comemora o dia da democracia e da liberdade, e o 5 de Julho, em comemoração à data da Independência Nacional.

As exposições temporárias devem ter as temáticas consentâneas com a missão do museu. Por ser um lugar de valorização do património doloroso das memórias devem ser expostos e discutidos temas como a Democracia e os direitos humanos, os conflitos sociais e

⁸⁹ Utilizei a expressão «do povo para o povo», baseado nas propostas relativamente às atividades que se irão desenvolver neste espaço de memórias e no modelo de gestão proposto.

⁹⁰ Pode – se também escolher outras datas de referência tais como: 20 de Janeiro (dia dos heróis Nacionais) e o 29 de Outubro (dia a luta pela Resistência ati – fascistas).

mundiais, a questão da cidadania, racismo e outros temas de pertinência para a sociedade. Devido ao valor que este espaço adquiriu a nível local, nacional e mundial, estas exposições devem transcender o país, ou seja devem ter escala internacional de modo a criar uma rede com museus e contextos históricos semelhantes. Para que isso aconteça há que fazer uma aposta forte na comunicação e marketing de que vou falar mais adiante.

Estas exposições devem abranger desde objetos de arte produzidos localmente e nas regiões limítrofes de modo a dar prioridade à população local.

Pode-se também alargar as exposições temporárias a outros artigos não artísticos, de modo a ser possível programar e realizar outras atividades locais, como a culinária, alguns pequenos festivais de batuque, dança (o ponto forte desta comunidade), a fim de dar maior força económica à população e de atrair mais visitantes para este espaço. Para isso há que fortalecer relações entre o a direção do museu, as escolas, a autarquia local, as associações comunitárias e a população em geral.

Política Educativa

Se remontarmos um cenário histórico dedicado à significação do conceito e utilidade social do Museu, teríamos inúmeras representações ao respeito deste objeto.

Hoje em dia é reconhecido que a função do Museu não pode estar limitada ao ato de recolher, restaurar e expor objetos que compreendem o seu acervo. Cada vez mais a pesquisa, a divulgação, a socialização, do conhecimento, a divulgação e a participação social são elementos balizadores das funções sociais dos museus. Segundo Hooper-Greenhill (1994:3), “a educação assume um papel essencial no planeamento da relação com os públicos e na conceção de exposições e demais ações dos museus. Ainda segundo a mesma autora, o papel educativo dos museus é muito maior e não remete, pura e simplesmente, para “dar aulas às crianças da escola.” Deve englobar também o estudo e a crítica dos aspetos sociais e das escolhas culturais feitas pelos museus.

Neste aspeto, o Museu da Resistência deve desenvolver uma política educativa de acordo com a sua missão tendo sempre como objetivo fulcral as questões da valorização das memórias, da liberdade e da cidadania, ou seja deve desenvolver um programa educativo, tendo como base a educação patrimonial. Como no interior do museu existe uma sala de

leitura equipada e de portas fechadas, sugiro a abertura imediata deste espaço e o restauro dos espaços exteriores para complementar os serviços educativos do museu.

Um outro aspeto muito importante é a utilização de um dos edifícios externos do museu como jardim infantil, nada melhor que fazer o uso deste espaço para a efetivação dos serviços educativo tanto para as crianças (no período da manhã), como para os alunos das escolas básicas e dos liceus locais e nacionais. Com os serviços educativos podem ser desenvolvidos e discutidos temas de caráter pertinente, exposições dos trabalhos feitos pelas crianças e alunos baseados nas histórias do espaço, da comunidade, da cidade e do país. Será igualmente necessário criar espaços de debate, para a realização de seminários e workshops e projeção de filmes. Para uma melhor ativação dos serviços educativos neste espaço de memória, nada melhor que além de ter técnicos da museologia, pedir por requisição um professor para trabalhar nesta área para o Museu da Resistência. Também a melhor efetividade deste serviço depende e muito das relações desenvolvidas entre o Ministério da Cultura através do IIPC, o gestor direto deste espaço, o Ministério da educação, as Escolas Básicas e Secundária, os Jardins infantis, a autarquia local, a direção do museu e outros mecenas públicos e privados.

Política de Segurança/ Avaliação de Riscos

Antes de abordar a questão da segurança e da avaliação dos riscos no Museu da Resistência, faço uma breve reflexão sobre a realidade do país que temos e do próprio museu no que diz respeito a problemática da paz, do vandalismo e de outros problemas sociais decorrentes no século XXI. Pretendo fazer esta reflexão com objetivo de traçar uma política de segurança de acordo com a realidade do país, da cidade e do museu.

Depois da implantação da Democracia em 1990/1991 até a presente data, Cabo Verde tornou-se um país cada vez mais livre, atingindo uma taxa de alfabetização muito positiva⁹¹, um nível de crescimento favorável. Tudo isso faz com que o país tenha mais estabilidade política, social e económica, o que se traduziu em menos roubo, vandalismo e outras práticas sociais, situação que se reflete no bom uso dos bens públicos e sociais (incluindo o Museu da Resistência).

Durante o período da realização do meu trabalho no terreno (Junho a Setembro), deparei com algumas situações da falta de segurança no Museu da Resistência, tais como: ausência

⁹¹ Sobre este aspeto dizem os especialistas da matéria que estamos prestes a alcançar o Objetivo do Desenvolvimento Milénio (ODM).

de guardas durante o dia, inexistência de meios de deteção e combate de/aos incêndios, inexistência de sistema de alarme anti-furto. Penso que depois de concretizado o projeto da recuperação do espaço, este estará em boas condições de segurança. É baseado nesta reflexão que proponho a instalação e colocação dos seguintes meios de segurança e avaliação de riscos:

- Um dos primeiros trabalhos a fazer é reforçar e substituir a proteção com arames farrapados que delimitam todo o espaço externo do museu, evitando a entrada de animais e pessoas estranhas aos serviços do museu ou cujo acesso não foi autorizado;
- A colocação de dois sistemas de fecho nas portas, tanto nas interiores como nas exteriores;
- Construir novas janelas e com novos tipos de fecho;
- Colocação de meios de combate ao incêndio, como extintores e outros, em lugares estratégicos;
- Instalar um sistema de deteção de incêndios;
- Como o Museu fica um pouco fora do centro da vila, sugiro a colocação de um sistema de alarme, para prevenir roubos e atos de vandalismo;
- Colocação de sinalética orientador que mostra a saída pelo único portão principal, que dá acesso à entrada e saída do museu em caso de emergência;

Um outro aspeto importante é a limpeza geral do campo/museu principalmente na época do verão, quando a temperatura é muito elevada, com um sol abrasador, visto que nesta época o museu se encontra cheio de palhas e outros materiais facilmente inflamáveis (ver em anexo a imagem nº 2).

Edifício/ Envolvente/ Áreas/ Espaços das Funções

Esta dissertação é composta por dois projetos, um de recuperação patrimonial do Museu da Resistência, e outra que é a proposta de valorização deste espaço delineando as políticas que se devem implementar. Como disse anteriormente, este programa de recuperação do Museu da Resistência do Tarrafal está dividido em duas fases, num período cronológico de sete anos (2015 a 2022), ambas com o mesmo objetivo, o da valorização do Museu da Resistência como um espaço de memória.

Para alargar o roteiro museológico, proponho a utilização de alguns edifícios⁹² com funções específicas:

- a) *A antiga oficina do campo* tem um espaço adequado a sala de exposições temporárias.
- b) *No quarto da visita nº 3* pode ser instalada um loja de produtos de merchandising com a marca expressa do Museu da Resistência. Neste aspeto, a prioridade é dada aos moradores locais e nacionais. De entre produtos a confeccionar e comercializar, destacamos os de melhor interesse comercial e publicitário, como o pano de terra que carrega um grande valor histórico relativo ao período da escravatura, peças de artesanatos, livros históricos e outros trabalhos académicos relacionados com o museu, a cidade e o país, CDS/DVDS musicais áudio e vídeo, doces de terra, aguardente (o famoso grogue de Cabo Verde), postais e outros produtos. Os produtos referidos são autênticos cartões de visitas do país.
- c) *A sala de leitura e a antiga moradia do ecónomo* (atualmente a funcionar como jardim infantil) - é um espaço relativamente amplo, que poderá servir para a implementação dos serviços educativos. Deve estar bem equipado com telefones, *wireless*, Internet e outros equipamentos auxiliares.
- d) *Os dois pequenos quartos* que ficam localizados logo depois do portão da entrada do museu, que poderão funcionar como bilheteira e bengaleiro.
- e) *Os quartos de visita nº 1 e 2* servirão como sala de receção dos visitantes e espaço de preparação das visitas (colocação de filmes e documentários que abordam a história do campo/museu e outros temas de pertinência).
- f) A cafetaria ficará localizada logo na entrada que dá acesso ao museu, num espaço onde atualmente funciona um pequeno quiosque (lugar onde estão a vender comidas, bebidas e outros produtos).
- g) *As salas dos presos políticos cabo-verdianos e Guineenses* poderá ser alargado como sala de exposição permanente, para isso proponho que nas salas onde funcionaram as celas dos presos fosse instalada a exposição permanente com objetos e processos dos próprios presos que por lá passaram. Assim teremos um descongestionamento a nível da exposição e aplicação do roteiro turístico mesmo dentro do museu e isto facilitará muito a compreensão histórica do acervo por parte dos visitantes.

Atendendo que uma das recomendações propostas neste projeto de dissertação é a aproximação do museu à comunidade e o contrário, e como na cidade do Tarrafal e na localidade de Chão Bom, em particular, existem muitas associações, grupos e agentes

⁹² A descrição dos espaços foram feitas de acordo com as figuras numero 8 e 9 página 19 e 20

culturais com grande potencial artístico (grupos de batuque, dança, teatro, pintores, escultores artesãos e outros grupos musicais), proponho que depois da implementação e realização da segunda fase do projeto (fase da recuperação física do espaço), fosse criado, num dos edifícios exterior do museu, um espaço designado por “Associativismo e grupos culturais”, com objetivo de servir como um lugar de discussão de temas importantes entre associações e grupos locais, um espaço de intercâmbio nacional e internacional com outras associações e grupos culturais, de ensaio e programação de atividades que podem ser desenvolvidas periodicamente no museu. Tenho a convicção que a implementação de estas acções de aproximação e integração da população no museu trará benefícios recíprocos, tornando-a participante na gestão, defesa valorização e divulgação do museu, ou seja sentir e viver o museu como um património que lhe pertence.

Público-Alvo

Atendendo que este espaço desempenha múltiplas funções, através da realização de atividades culturais/recreativas e tendo em conta o seu potencial histórico na valorização, divulgação e transmissão dos valores e dos conhecimentos sobre o património doloroso das memórias, há uma grande dificuldade em definir um público-alvo específico, optando-se antes por uma definição genérica: famílias, jovens, seniores e crianças, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Também se deve dar uma especial atenção ao segmento ou *target* do turismo, integrado em rotas e percursos alargados territorialmente à região do Parque Natural da Serra Malagueta⁹³, ao cemitério do Tarrafal, por ali terem sido sepultados vários presos políticos na época, e às mais belas praias domar de Cabo verde que ficam situadas no Tarrafal.

Política/Estratégia de comunicação e Divulgação

Um dos aspetos fundamentais de um museu é a forma como este traça e programa a sua política/estratégia de comunicação. Uma política de comunicação e divulgação bem implementada traz muitos benefícios ao museu tais como:

- Facilidade na coordenação e gestão do espaço;

⁹³ Esta localidade é dividida territorialmente por três concelhos vizinhos: Tarrafal, Santa Catarina e São Miguel sendo este último com maior parcela.

- Aumento dos visitantes, com o conseqüente aumento das receitas e maior possibilidade de auto-sustentação;
- Ampliação do horizonte de conhecimento sobre o museu, a cidade e o país, entre outros benefícios.

Em relação a aspeto, a equipa que administra o espaço (o Governo através do IIPC e a direção do museu) deverá utilizar todos os circuitos comunicativos - regional, nacional internacional, mas também aproveitar os trabalhos de investigação, como teses académicos, catálogos de exposições, pequenos filmes, documentários, CD-ROMs, postais, livros e outros materiais informativos acerca da história do espaço e do acervo ali existente.

Também se deverá criar um logotipo que será a marca original e indelével do museu, assim como a sinalética geral, a colocar desde o centro da cidade do Tarrafal, passando pelo museu via eixo Norte e desde o parque Natural da Serra Malagueta, eixo Este, até ao museu, utilizando imagens gráficas originais, clareza na intenção e simplicidade na escrita, a fim de transmitir informações verdadeiras e de fácil compreensão pelo público em geral.

A nível da comunicação e divulgação, o Museu da Resistência poderia estar melhor servido, visto que é um património do Estado cabo-verdiano e este tem um grande alcance neste âmbito. Torna-se por isso cada vez mais urgente a produção de um sítio online próprio ou, aproveitando a disponibilidade mostrada pelo Presidente da Câmara Municipal em construir uma relação sólida com o museu, ajudando-o na sua divulgação, utilizando o site da Câmara Municipal⁹⁴. Ou ainda fazer uma parceria com os operadores turísticos nacionais e internacionais na divulgação deste espaço. Estes sites poderão contar a história do espaço, a sua localização, os conteúdos que lá se encontram, o preço da entrada por visitante, etc.

Também se poderá proceder à divulgação através de pequenos filme, documentários, CD-ROM, postais livros e outros meios.

A comunicação deverá estar direcionada para todos os níveis, ou seja na vertical e na horizontal (de cima para baixo e de baixo para cima), para facilitar uma boa gestão e administração do espaço.

⁹⁴ Para aprofundar mais este assunto ver em anexo a entrevista feita ao presidente da Câmara Municipal do Tarrafal.

Modelo de Gestão

Recursos humanos

Qualquer espaço musealizado, para entrar no seu normal funcionamento e para dar resposta às diferentes áreas que o seu trabalho implica, tem de possuir, uma equipa pluridisciplinar ou com uma vasta formação e experiência para dar uma resposta eficaz e para garantir a estabilidade e funcionalidade da instituição. É preciso clarificar o papel a desempenhar por cada um dos elementos intervenientes, desde os simples funcionários e guardas, fornecedores dos serviços, moradores, grupos associativos, passando por toda equipa administrativa do museu, a fim de elaborar um programa conjunto e trabalhar em rede e conexão⁹⁵. Só assim o objetivo será alcançado.

Para o conseguir, vou propor um modelo de gestão aberta, integrada e transparente para o Museu da Resistência, gestão essa baseada num forte compromisso entre o Governo central, a autarquia local, os movimentos e grupos associativos, a representação da Associação Cabo-Verdiana dos ex Presos Políticos (ACEP) e a representação dos moradores locais⁹⁶.

No que diz respeito aos recursos humanos, sugiro a seguinte configuração:

a) *O Conselho de Administração*

Sabendo que a ideia da criação deste espaço musealizado partiu de uma ideia conjunta entre os Governos de Cabo Verde, Portugal, Angola e Guiné Bissau e a autarquia local, sugiro que este conselho de Administração fosse formado com base na seguinte configuração: o IIPC, atual gestor do museu, um representante da Câmara Municipal do Tarrafal (de preferência um técnico patrimonial ou um arquiteto), um representante da comunidade local, uma representação das associações culturais da cidade e um representante do ACEP. Cabe a este Conselho aprovar o programa e o orçamento do museu, submetidos através do seu Diretor/ Responsável.

⁹⁵ Neste caso estou a referir – me sobre um novo modelo de gestão que proponho para o Museu da Resistência.

⁹⁶ Sobre o modelo de gestão, do museu pode – se perfeitamente evidenciar esforços se possível de integrar as representações dos países da Guiné Bissau, Portugal e Angola, visto que eles fazem parte da história deste espaço.

b) A Direção

Atualmente, o diretor do museu é um professor do quadro do Ministério da Educação (Senhor Professor João da Mata Veiga), na sequência da já mencionada parceria entre este Ministério e o da Cultura. Sugiro que a nomeação do Diretor/ Responsável, para a gestão e valorização deste espaço seja feita através de um concurso público ou de uma escolha direta feita pelo Conselho de Administração, ou diretamente pela tutela (Governo através do IIPC). O Diretor deverá ter o perfil profissional de um especialista em área patrimonial e reunir as qualidades específicas de um gestor cultural.

Criação de uma Equipa Pluridisciplinar

Sugiro a criação de uma equipa pluridisciplinar, composta por técnicos do IIPC e da Câmara Municipal, para coordenar todas as funções do espaço musealizado: documentação, inventariação, catalogação, exposição e conservação, difusão e comunicação, manutenção segurança do espaço e do acervo ali existente.

Pessoal Contratado

Sabendo que de início não haverá a capacidade financeira de ter todos os especialistas necessários, ter-se-á que contratar periodicamente técnicos especializados externos a fim de prestarem os serviços necessários ao museu: Arquiteto, Técnico Restaurador, Fotógrafo, Empresas de construção, etc.

Esta contratação poder ser através da assinatura de um protocolo com países como Portugal, Angola, Guiné Bissau e outros países amigos, no sentido de periodicamente enviarem técnicos a Cabo Verde, a fim de orientarem os trabalhos necessários no espaço do museu e formar, através de seminários e workshops, os técnicos, voluntários e estagiários de Cabo Verde, com o único objetivo de servir melhor o museu e o país.

Voluntários e Estagiários

Todos os voluntários e estagiários que se proponham formar pessoas, de preferência das localidades mais próximas, nas áreas da inventariação, da catalogação, da conservação de obras de arte, da produção de eventos e de exposições serão bem-vindos.

Sugere-se a sensibilização de voluntários pertencentes a grupos associativos e religiosos de várias localidades do concelho, tais como: jovens escuteiros e outras associações e movimentos juvenis, garantindo-lhes formação mínima na área da conservação.

Recursos Financeiros

O orçamento para este espaço será elaborado anualmente, sob a proposta do Conselho da administração⁹⁷ do museu, com os representantes acima mencionados, incluindo o Diretor do museu.

Deve este museu fazer esforços para atrair a colaboração dos patrocinadores ou mecenas, a fim de apoiar a produção e difusão das suas atividades.

Este orçamento deve ser elaborado tendo como base a sua rentabilidade sociocultural e seguindo os parâmetros de receitas e despesas.

Receitas

Espera-se que, com este projeto possa gerar algumas receitas na venda de bilhetes aos visitantes, na venda de produtos existentes na loja, exploração da cafetaria, doações por parte de alguns mecenas privados e na exploração do espaço durante a realização de algumas atividades por parte das associações e grupos locais.

Despesas

Neste capítulo podemos dividir em três partes:

- a) **Despesas Pontuais** – para que este espaço entre no seu normal funcionamento há que fazer algumas despesas urgentes e pontuais com as alterações a introduzir nos edifícios⁹⁸ (restauro faseado do museu), a compra e instalação de equipamentos informáticos, materiais de restauro e conservação, e equipamento preservação e exposição museológica.

- b) **Despesas Correntes** – Nesta rúbrica estão os gastos mensais com o pessoal (mesmo que alguns sejam pagos pela Câmara Municipal e pelo Governo, esmo os que prestam serviço como voluntários devem constar no orçamento anual e mensal porque a sua presença pode implicar despesas de refeição e transporte), a água, o gás, a eletricidade, a comunicação e a divulgação.

97 ÁVILA, Maria de Jesus – Museu da Arte Contemporânea de Elvas. Coleção António Cachola. Programa Museológico 2003

⁹⁸ Neste aspeto deve – se ter sempre em conta a relação entre o custo e o benefício também a realidade do país e da cidade que temos.

- c) *Despesa com a manutenção* – há que contemplar uma verba mensal para a manutenção dos equipamentos informáticos e de outros que venham a ser instalados.

Considerações Finais

Foram muitos anos de vivência e convivência nesta linda cidade do Tarrafal. Ali fiz os meus estudos secundários, incorporei nos grupos associativos e culturais, ou seja, passei uma parte da minha adolescência no Tarrafal. Por isso, quando se convive de perto com toda a realidade que é o caso do Campo de Concentração do Tarrafal, atual Museu da Resistência, quando se assiste paulatinamente à sua degradação ao longo do tempo, sente-se a obrigação de fazer alguma coisa para dar a volta a esta triste situação.

Desde da minha saída de Cabo Verde para vir estudar aqui em Évora, comecei a planear o meu projeto de dissertação que tinha como tema Uma Proposta de Valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal – Ilha de Santiago baseado nos seguintes pressupostos:

- refletir sobre o estatuto do Museu e da memória como principal elemento de reconciliação com a história da comunidade;

- propor o desenvolvimento de um projeto para a dinamização do Museu da Resistência, de modo a

1. melhorar as condições de vida dos moradores e a

2. valorizar o Museu da Resistência com a finalidade de propor uma candidatura à classificação de Património Mundial pela UNESCO.

Torna-se cada vez mais urgente e necessário que haja pessoas a levantar a voz e a praticar algumas ações em prol da proteção e conservação deste emblemático património que faz parte das memórias de todos aqueles que de uma forma ou de outra participaram na luta por um mundo mais justo. Isto é mais que uma simples tarefa de cidadania, mas sim um dever que temos de saldar a dívida para com os antigos presos políticos que por lá passaram.

Segundo Le Goff, (1998:47), “ *A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens*”. Com base nesta afirmação é necessário fazer um trabalho de memória, reinventando o Museu da Resistência do Tarrafal, tornando-o um espaço digno de memória. Reconheço

que este não é só o meu desejo e a minha preocupação tendo em conta que algumas coisas tem sido feitas com objetivo de dar uma outra dinâmica a este espaço como, por exemplo, a realização do Simpósio de 2009, que trouxe como pano de fundo a preocupação com a defesa das memórias das vítimas do fascismo, a realização de muitas exposições e debates a nível nacional e internacional e alguns trabalhos académicos então realizados.

Tendo permanecido a fazer trabalho no terreno durante três meses tive a oportunidade de constatar *in loco* a situação por que passa este museu, desde a situação física do espaço, a forma como esta ser feita a gestão, o território e o quotidiano das pessoas onde esta inserida este museu. Por isso para que possamos ter um museu digno de memória é preciso em primeiro lugar reabilitar os espaços tanto a nível interior como no exterior, fazer uma gestão integrada em que participem o governo (como tutela), a Câmara Municipal do Tarrafal, a população local e a representação das associações culturais e recreativas. Outra parte importante é recolher, organizar e sistematizar o corpo de coleções do museu, ou seja pôr em prática e em funcionamento alguns serviços mínimos de um museu.

Tenho consciência que só isso não irá resolver todos os problemas do MRT, mas também tenho a certeza que pondo em prática este projeto muitos problemas serão resolvidos.

É de referir que durante a execução dos trabalhos nem tudo foi fácil, ou seja tive vários problemas e muitas limitações como por exemplo: a falta de sensibilização da população em contribuir para este estudo (não queriam dar entrevistas nem deixar entrar nas suas casas), a dificuldade em contactar as instituições locais e nacionais (disponibilidade e combinação do horário das entrevistas), os levantamentos e seleção bibliográficas, entre outros. Estes problemas só foram ultrapassados com a intervenção de certos atores políticos e sociais do país e da comunidade do Tarrafal.

Outra grande limitação deste projeto é ter sido desenvolvido só por mim, visto que a sua área de abrangência é muito vasta e um trabalho deste tipo necessita sempre da constituição de uma equipa multidisciplinar, envolvendo especialistas de várias áreas de conhecimento. Mas este aspecto não pôs em causa a sua realização tendo em consideração as experiências e os conhecimentos adquiridos durante o meu percurso académico. Por isso, recomenda-se que durante a sua execução prática, seja constituída uma equipa multidisciplinar, com a presença do próprio proponente do projeto.

Um trabalho deste tipo e sobre este assunto (Museu da Resistência), nunca esgota. Há muitas coisas por falar, por fazer e esclarecer como por exemplo: dar continuidade ao projeto da candidatura do Museu da Resistência ao património mundial da humanidade, saber que destino deve ser dado aos moradores que estão a usar as antigas moradias do museu, projetar ou definir qual é a melhor forma de aproveitar este espaço depois da sua requalificação, saber quem foram as personalidades africanos prós e contra a abertura do Campo de Concentração do Tarrafal? Se houve ou não personalidades cabo-verdianas a desempenhar altas funções durante o funcionamento do campo?

Estas são as questões sérias e profundas que precisam de ser esclarecidas de modo a, afastar todos os “tabus” que pairam sobre este assunto e que talvez estejam a condicionar a valorização deste espaço. É por isso que este trabalho propõe um diálogo aberto entre os vários atores políticos e sociais de Cabo Verde e dos países que têm ligação histórica com este espaço, no sentido de encontrar uma melhor solução do problema diagnosticado.

Referência Bibliografia

AMARAL, Ilídio do - *Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1964.

ANDERSON, B. - *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*.ed.70 2005.

ANDRÉ, Carlos Ascenso - *Mal de Ausência: O canto do exílio na lírica do humanismo português*. Coimbra, Minerva, 1992.

AUGÉ, M.; COLLEYN, J. - *A Antropologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.

BARBOSA, Luís António Greno. *Projetos de Iluminação – Museus e galerias de Arte*. Laboratório de Iluminação, UNICAMP, S/d., pp. 3- 14.

BARDIN, L.- *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

BARROS, Victor - *O Campo de Concentração do Tarrafal (1935 – 1954)*. Seminário Científico de Licenciatura em História apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Junho de 2005.

BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Ed. Documenta Histórica, 2003.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. - *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria aos métodos*. Porto: Porto Editora, 2005.

BOLAÑOS, M. - *La memoria del mundo - cien años de museología (1900-2000)*.

Gijón: Ed. Trea 2002.

BRIGOLA, João Carlos (2003) – “Ciências e técnicas do património cultural – da concorrência à cumplicidade”. Pedra & cal.

BRITO, Nélida - *Tarrafal na Memória dos prisioneiros, (1936 – 1954)*. Lisboa: Edições Dinossauro, 2006.

BRITO, Semedo Manuel - *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: IBNL 2006.

BRUNO, C. - “*Museologia e Comunicação*”. *Cadernos de Socio museologia*. Lisboa: Centro de Estudos de Socio-Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia 1996.

GARCÍ, CANCLINI, Néstor - *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa 2004.

CARVALHO, Carlos. “*Herança patrimonial e a política de conservação: balanço e perspectivas.*” In Felinto Elisio Correia (org.), *Cabo Verde 30 anos de cultura 1975-2005*. Praia: IBNL 2005.

CHAUÍ, M. - “A memória.” *Convite a filosofia*. (13 ed). São Paulo: Ática 2005.

CAMPOS, J. M. e Outros - *Opressão (Facismo) e Repressão (PIDE) – Subsídios para a História da PIDE*. Vol. II Amigos do Livro Editores, s/d.

CARMO, H.; FERREIRA, M. - *Metodologia da Investigação. Guia para autoaprendizagem*. Lisboa Universidade Aberta, 1998.

CARREIRA, António - *Cabo Verde: Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*. 2ª Edição, com o patrocínio da Comunidade Económica Europeia, Instituto Cabo-verdiano do Livro, Gráfica Europam, Mira – Sintra – Men Martins, 1983.

CHOY, Françoise. *Alegoria do Património*. Ed. 70, LDA Gráfica Coimbra, Janeiro de 2008.

COATES, Timothy - *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550 – 1755*. 1ª edição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

COELHO, José Dias - *A Resistência em Portugal*. Porto: Editorial Inova, 1974.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith - *Research methods in education*.

7th. London ; New York: Routledge, 2011. ISBN 9780415583350 (hard cover) 9780415583367

(soft cover).

CORNNERTON, P. (1999). *Como as Sociedades Recordam*. (2ª ed.). Oeiras: Celta 1999.

DAVIDSON, Brasil - *As Ilhas Afortunadas: Um estudo sobre a África em transformação*. Lisboa: editorial Caminho, Instituto Cabo – verdiano do Livro 1988.

DOMENACH, J-M. (1987). “Souveraineté politique et identité culturelle” *Pour une politique européenne de la culture*. Paris: Economica 1987.

FARIA, M. L. de. *Educação – Museus – Educação. Relatório de projecto: Educação e Museus*. Instituto de Inovação Educacional, 2000 pp. 29-33.

FARIA, M. L. de (2002). “Etapas e Limites da globalização da cultura institucional: os limites.” In C. Fortuna e A. Santos Silva (orgs.). *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002 pp. 315-354.

FARINHA, Luís - *O Revirvalho: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado novo 1926 – 1940*. 1ª Edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio - *Memória eletrônica e desterritorialização. Política & Sociedade*, v. 4, p.137-166, Abril. 2004.

FILHO, J. L. - *Crónica do tempo que passou*. Praia: IBNL 2008.

FILHO, João, Lopes - *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da sociedade e mudança Cultural*. II volume, 1ª edição, Secretaria-geral, Ministério da Educação, 1996.

FINAZZIlin-Agrò, E. - “Os (des) caminhos da memória e os lugares da invenção na Idade Média”. In Pedro Cardim (ed). *A História: Entre Memória e Invenção*. Ed.Europa-América. 1998.

FIRMO, M. - *Nas trevas da longa noite – da Guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal*. Ed. Europa-América, 1978.

FLEMINGI, D. (2001). “Política Educativa: Objectivos.” In *Actas, Encontro Museus e Educação*. Instituto Português de Museus, 2001 pp. 20-28.

FRANÇOIS, Hartog - *temporality and Patrimony*. Artigo traduzido por: José Carlos Reis/departamento da História/UFMG, Edição: Varia História, Belo Horizonte, vol.22, nº 36 Julho de 2006.

FUNARI, Pedro, Paulo A. - *Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil*. Disponível em <<<http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/texto1.pdf>>>.

GARCIA, N. G. - *O museu entre a cultura e o mercado: um equilíbrio instável*. Ed.

Instituto Politécnico de Coimbra, 2003.

GIDDENS, A.- *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Macmillan,

Londres, 1981.

Giddens, A. - *As Consequências da Modernidade*. (4ª ed.). Oeiras: Celta, 1998.

CHAGAS, Mário de Souza - *A Dimensão Pedagógica do Museu*. Boletim Programa dos Museus n.6.F.N.Pró- Memória, 1985.

CHAPOUTHIER, Georges - *Registros evolutivos. Viver Mente & Cérebro: Memória*, n.2, p.8-13, jul. 2006. Ed. Especial.

GOMES da Silva, S.- “*O valor educativo do museu*”. Educar Hoje - Enciclopédia dos Países. Amadora: Lexicultural, 2001 pp.112-115

GOMES da Silva, S.- “*Museu e Escola – por uma relação privilegiada*”. Revista/ *Fernão*. Revista da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, 2003 pp. 20-25.

GOODACRE, B. & BALDWIN, G. - *Living the Past: reconstruction, re-enactment and education at Museum and historical sites*. London: Middlesex University Press.

Geertz, C. 2002 - *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

HALBWACHS, M. - *A memória colectiva*. São Paulo: Vértice.1990

HALL, S. - *A identidade cultural na pós – modernidade* - (4ª. Ed). Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HEIN, G. - *Leaning in the Museum*. London and New York: Routledg, 1998.

HERNÁNDEZ, F. - *Manual de Museologia*. Madrid: Editorial Síntesis, 1994.

HERNÁNDEZ, Josep, Ballart e TRESSERAS, Jordi Juan (2001) – *Gestión del patrimonio cultural*. Ed. Ariel Bacerlona.

HÉRBERT M. ; GOYETTE, G.; BAUTING, G.- *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Rolo & Filhos-Artes Gráficas, Lda, 1990.

HOOPER-Greenhill, E. - *Museum and Gallery Education*. London: LeicesterMuseum Studies, 1991.

HOOPER-Greenhill, E. - “Education, communication an interpretation: towards a critical pedagogy in museums”. In Hooper-Greenhill (ed.). *The Educational Roleof the Museum*. Londres: Routledge, 1994.

IZQUIERDO, Ivan - *A arte de esquecer*. São Paulo: Vieira & Lent, 2004.

IZQUIERDO, Ivan - *Memória*. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade e BONIN, Anamaria, Aimoré (2007) – Para pensar os museus, ou quem deve controlar a representação do significado dos outros? VV.AA, em Revista MUSAS, Rio de Janeiro, IPHAN pp. 117 a 128.

KESSEL, Zilda - *Memória Coletiva*. in http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/Zilda_Kessel_memória_e_memória_coletiva.pdf- acedido em 15 de Fevereiro de 2014.

KELLY, L (2003). - “What does it mean for the museum of leaning visitors?”. In *International Journal of Leaning*, 10, 1333-1343.

KIRSHENBLAT-Gimblett, B. (2001). - “La cultura de les destinacions: teoritzar elpatrimoni”*Revista de Etnologia de Catalunya*, 14, 44-61.

LAKATOS, Eva, Maria; ANDRADE, MARCONI, Maria de (1992) – *Metodologia do trabalho científico*. 4ª Edição, São Paulo, Atlas.

LASH, S. e Urry, J. - *Economies of Sign and Space*. Londres: Sage, 1994.

- LATCHEM, J. (2006). “How does Education Support the Formation and Establishment of Individual Identities?” In *International Journal of Art and Design Education*, 25(1), 42-52.
- LE GOFF, J. - “Documento/Monumento”. *Enciclopédia Einaudi: Memória História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- LE GOFF, J. - *História e memória*. (5ª ed). São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.
- LOPES, J. V. - *Cabo Verde e os Bastidores da Independência*. Ed. Instituto Camões/Centro Cultural Português, Praia 1996.
- MARTINS, P. - *Testemunho de um combatente*. Praia-Mindelo: Instituto Camões e Centro cultural Português, 1990.
- MARTINS, P. - *Testemunho de um combatente*. Mindelo: Ilhéu editora, 1995.
- MCPHERSON, G. (2006). “Public Memories and Private Tastes: The Shifting Definition of Museums and their Visitors in the UK”. *Museum Management and Curatorship*, 21, 44-57.
- MOREIRA, I. (1989). *Museus e Monumentos em Portugal (1772-1974)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1989.
- NASCIMENTO, Rosana. *Cadernos de Sociomuseologia*, Centro de Estudos de Sociomuseologia: O Objeto Museal, sua Historicidade: Implicações na Ação Documental e na Dimensão Pedagógica do Museu. Universidade Lusófona das Humanidades e Tecnologias 11 – 1998.
- NORA, P. - *L’Ere des commémorations*. Vol. III. Paris: Editions Gallimard, 687-715, 1992.
- NORA, P. - *Les lieux de mémoire: Les Frances*. Édition Quarto. Paris: Gallimard, 3, 1997.
- OLIVEIRA, Paulo - *Iluminação e Arte*. Dsign: Ações e críticas, 28 de Junho 2008.
- OLIVEIRA, G. - *Memória Viva do Tarrafal*. Lisboa: Ed. Avante, 1987.
- PEDRO, Edmundo - *Memória: um combate pela liberdade*. Lisboa: Âncora Editora, 2007.
- RICOEUR, P. (1996). “Entre mémoire et histoire”. *Projet*. Paris: número 248, 1996.

RODRIGUES, Ricardo, Mendes - *Dinâmica da população do Concelho de Tarrafal entre 1990 e 2000 e o seu impacto Sócio – Económico*. ISE. Praia. Junho de 2005. Pág 24

SAGÜES, M. V. - *La difusion cultural en el museo: servicios destinados al gran público*. Gijon: Ed. Trea, 1999.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. - *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil., 2006.

SILVA, R. H. (2001). “*Política Educativa: Objectivos.*” In Actas, *Encontro Museus e Educação*. Instituto Português de Museus, 2001, pp:14-20

SPRADLEY, J. - *The Ethnographic Interview*. Orlando: Holt, Rinehart and Winston, 1979.

STYLES C. (2002). “*Dialogic Learning in Museum Space.*” In *Australian Journal of Adult Learning*, 2002, pp:42, 169-191.

TAVARES Soares, J. Manuel - *O Campo de Concentração do Tarrafal -1936-1954 – A Origem e o Quotidiano*. Edições Colibri, Lisboa:2008.

VALA, J.- *A análise de conteúdo. Metodologia das ciências sociais*. 1990, p.101-128.

VARINE, Hugues - *O Futuro dos Museus*. in ROJAS, Roberto et al. *Os Museus do mundo*. Rio de Janeiro: Salvat, 1987.

Artigo disponível em meio electrónico:

Pollak, M. (1992). “*Memória e identidade social*” (s/d). *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, V.5, 10, 200-212. Disponível em:<<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>> [consultado em 15/04/2014].

Styles, C. (2000). “*Another place: The Australian War Memorial in a Freirean Framework.*” (unpublished PhD thesis, Australian National University, 2000)

Disponível em:[http://thesis.anu.edu.au/public/adtANU20010904.111335/02whole\[1\].pdf](http://thesis.anu.edu.au/public/adtANU20010904.111335/02whole[1].pdf)

[consultado em 16/04/2014].

Soares, M. (2009). “SIMPÓSIO SOBRE O TARRAFAL”. Fundação Mário

Soares.Fwww.msoares.pt.294[1].pdf [consultado em 20/07/2014]

CASA DA CULTURA DE RECIFE [Em linha]. [Consult. 22 Abril 2014]

Disponível em WWW: <URL: <http://www.casadaculturape.com.br/aCasa.php>>

GASPAR, Lúcia – Casa cultura: Recife [Em linha]. [Consult. 25 Março 2014]

Disponível em WWW: <URL:

[http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=300&textCode=901&date=currentDate)

[300&textCode=901&date=currentDate](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=300&textCode=901&date=currentDate)>

KZ Dachau [em linha] [consultado a 2 de Fevereiro de 2014] deponível em [www.<URL:http://www.scrapbookpages.com/Dachauscapbook/KZDachau/index.html>](http://www.scrapbookpages.com/Dachauscapbook/KZDachau/index.html)

UNITD STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM [em linha] [consultado em 2 de Fevereiro de 2014] Disponível em [www. <URL: http://www.Ushmm.org/wlc/article.php?lang=en&ModuleId=10005214~](http://www.Ushmm.org/wlc/article.php?lang=en&ModuleId=10005214~)

http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/file/downloads/p_museologia.pdf - Visitado em 20 de Fevereiro de 2014.

Legislação Nacionais Citadas:

Decreto – Lei nº 26539 de 23 de Abril de 1936, que regula a reorganização dos serviços prisionais e cria a colónia penal do Tarrafal.

Decreto-Lei n.º 51/78, de 23 de Dezembro de 1978. Boletim Oficial de Cabo Verde.

Decreto-Lei n.º 52/90, de 29 de Dezembro de 1990. Boletim Oficial de Cabo Verde.

Resolução nº 33/2006, de 14 de Agosto. (Decreto Regulamentar que consagra o Campo de Concentração como Património Nacional).

Suplemento ao "BOLETIM OFICIAL" DE CABO VERDE n° 52, de 29 de Dezembro de 1990 - Lei n° 102/III/90 de 29 de Dezembro (Lei de Bases que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano), Secção VIII, Artigo n° 64.

Resolução n° 33/2006 B.O n° 25 1ª Série de 14 /08 / 2006, classifica o Campo de Concentração como património nacional.

Boletim Oficial - Suplemento, I Série - Número 17 de 3 de Maio de 2010 (*Retificado pelo BO n° 28 de 26 de Julho de 2010, I Série, art. 7º,k*).

Constituição da República de Cabo Verde, 1992, artigo 6, ponto 2 que regula e estipula a criação da Zona Económica Exclusiva (ZEP).

Legislações Internacionais Citadas

Carta de Veneza 1964

Carta de Cracóvia, 2000 – Sobre os princípios para a Conservação e o Restauro do património construído – Conferência Internacional sobre a conservação.

Carta Internacional do Turismo cultural – Gestão do Turismo nos sítios com significado patrimonial – 1999, adotada pelo ICOMOS na 12ª Assembleia Geral no México, em Outubro, 1972.

Convenção da Unesco sobre a proteção do Património Cultural e Natural, Paris 23 de Novembro de 1972.

Lei – Quadro n° 47/2004, de 19 de Agosto que aprova a Lei – Quadro dos Museus Portugueses.

Decreto-Lei n°. 107/2001. D.R.I Série -A. 209 (01-09-28) 5808-5829

<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFj>

[AA&url=http%3A%2F%2Fwww.dgicd.minedu.pt%2Foutrosprojetos%2Fdata%2Foutrosprojetos%2FPatrimonio_Cultural%2FLegislacao%2Flei_107_2001.pdf&ei=YLSwUdS-IsaOa3XgZgC&usg=AFQjCNGdAZCOeLR9WqvrDVtszreSvpsAlQ&sig2=uC5vkL_TErZMjjSLLLLLrg](http://www.dgicd.minedu.pt/Foutrosprojetos/Fdata/Foutrosprojetos/FPatrimonio_Cultural/FLegislacao/Flei_107_2001.pdf) [Visitado em 14 de Abril de 2014].

Decreto-Lei nº. 120/97. D.R.I Série -A. 113 (97-05-16) 2421-2433-Disponível: <http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/patrimonio12097.pdf> [visitado em 26 de Abril de 2014].

Decreto-Lei nº. 140/09. D.R.I Série. 113 (09-06-15) 3453-3659-Disponível: <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11300/0365303659.pdf> [Visitado em 26 de Abril de 2014].

Outras Fontes de Consulta:

Catálogo de exposição “nos patrimóniu” (2005). Praia: IIPC

Museu Etnográfico da Praia – Catálogo da Exposição (2007). Praia: IIPC

Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016.

Plano Diretor Municipal de Tarrafal de Santiago, Relatório Volume I, Caracterização e Diagnóstico, 2010.

Páginas eletrónicas:

[Www.sitesofconscience.org](http://www.sitesofconscience.org) [visitado em 15 de Dezembro de 2013].

PÁGINA OFICIAL DO GOVERNO DE CABO VERDE – Ministério da Cultura reabre Museu Etnográfico da Praia Disponível em WWW: <URL:http://www.governo.cv/index.php?id=329&option=com_content&task=view [visitado em 28 de Janeiro de 2014].

<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article44060> [visitado em 26 Abril de 2014].<http://www.google.pt/search?q=Campo+de+concentraPT> [visitado em 28 de Janeiro de 2014].

<http://www.pt.guia-guru.com/atracoes-de-Sao-Petersburgo-Russia/Museu-Hermitage/> - Visitado em 03 de Julho de 2014

www.louvre.fr/en - Visitado em 03 de Julho de 2014

<https://www.museodelprado.es/la-institucion/historia-del-museo/> - Visitado em 03 de Julho de 2014

<http://mv.vatican.va/> - Visitado em 03 de Julho de 2014

Dissertação e monografias

LANDIM, José Viriato – *Uma Proposta de valorização Para o Parque Natural da Serra Malagueta – santiago de Cabo Verde*. Dissertação apresentada para a obtenção de Grau de Mestre em Gestão e Valorização do Património conferida pela Faculdade de Ciência da Universidade de Évora 2012.

MENDES, Carlos Jorge - *O Museu da Resistência: Museu Transnacional*. Porto, Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia conferida pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2010.

LIMA, Paulo Monteiro – *Reconversão Penitenciária e sua Reinserção Urbana- museu da Resistência*. Coimbra, Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura conferida pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra 2010.

SEMEDO, Luís Gomes - *Reabilitação Urbana: Uma Proposta para o Campo de Concentração do Tarrafal*. Monografia apresentada a Universidade Jean Piaget para a obtenção de grau de Licenciatura em Arquitetura. Praia 2011

Anexo - 1

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA O MINISTÉRIO DA CULTURA/IIPC

Identificação: Entrevistado:Humberto Ilísio da Cruz Lima Duração:_____,
Função: Presidente do IIPC - Data:27 /08 / 2013 - Entrevistador: Claudino Borges

Questões genéricas do sítio histórico:

Valorização, Conservação e restauro

Entrevistador: *Como é que a sua instituição vê o Museu de Resistência? Porque foi classificada como património nacional e não como património transnacional?*

Senhor Presidente do IIPC: Para o IIPC o MRT, é um espaço que deve ser preservado e valorizado não só pela sua forma arquitetónica, mas também pelo seu simbolismo como um espaço de memória. No processo da sua classificação demos a prioridade para o património nacional, mas o nosso objetivo é avançar cada vez mais, ou seja alargar este espaço numa horizonte ainda maior que é a sua classificação ao património mundial da humanidade.

Entrevistador: *Como é gerido, o sítio património nacional? Há prioridades nesta gestão?*

Senhor Presidente do IIPC: Quando cheguei aqui no IIPC, tomei como prioridade o MRT. A ideia era criar uma equipa de gestão eficaz e que garante a sua salvaguarda. Mas é de reconhecer que o meu antecessor Doutor Carlos de Carvalho fez um grande esforço para a gestão e manutenção deste espaço e foi ele que conduziu todo o processo de classificação do museu ao património nacional. Antes e agora temos muita carência de quadros para responder as demandas do MRT. Por isso fizemos a nossa primeira parceria com o MED a fim de encontrarmos uma pessoa para ficar permanentemente no museu. A gerência técnica e administrativa é assegurada só por essa pessoa com apoio do IIPC.

Interpretação, Divulgação e Gestão

Entrevistador: *Qual é a perspectiva da sua instituição para com o museu de resistência?*

Senhor presidente: A nossa perspectiva é criar um espaço de memória para valorizar todos os presos que por lá passaram. Outra perspectiva é alcançar o patamar do património mundial da humanidade.

Entrevistador: *É conveniente restaurar completamente o Museu? Qual será a reutilização possível de cada espaço restaurado? Como deve ser feita a gestão? Qual é o papel da população local na gestão do sítio? Será que a população local tem participado e usufruído desta gestão?*

Senhor Presidente do IIPC: O IIPC propõe a saída dos moradores que estão a utilizar as moradias do campo/museu, e a nossa proposta é requalificar este espaço e recriar um espaço de memória de acordo com as funções desempenhadas no passado. Com isso pretendemos trazer mais lucros para o museu. Também queremos criar espaços para a confeção de peças de artesanatos locais, ou seja, transformar o museu num espaço vivo e dinâmico, por isso defendemos uma gestão integrada envolvendo a população de modo que, estes saibam tirar o proveito do espaço. Tudo isto irá ser desenvolvido com a criação da Curadoria do Tarrafal.

Entrevistador: *Como vê Campo de Concentração património nacional?*

Senhor Presidente do IIPC: É mais um passo para a sua valorização, mais um reforço para o património cabo-verdiano e mais uma valia para a cidade do Tarrafal.

Entrevistador: *Acha que pode se criar uma aldeia museu utilizando as casas (antigas moradias dos antigos dirigentes e soldados) nos arredores do museu?*

Senhor Presidente do IIPC: Claro que sim. Somos a favor da criação de uma aldeia museu neste espaço depois da sua requalificação. Com isso haverá um alargamento do roteiro turístico, e um descongestionamento dos objetos ali exposto.

Entrevistador: *Qual é a relação a relação entre o IIPC, a Direção do Museu e a autarquia local?*

Senhor Presidente do IIPC: Temos uma ótima relação com ambas as partes principalmente com a entrada do novo Presidente da Câmara, já fizemos um encontro com o Presidente do IIPC, o Ministro da Cultura, e o Presidente da CMT, no sentido de ver a melhor solução para a gestão e manutenção deste museu. Em princípio a nossa ideia era que o IIPC ocupasse da gestão do património físico e a CMT da gestão administrativa e limpeza, mas neste encontro fomos mais além nesta matéria resolvemos criar a Curadoria do Tarrafal para fazer uma melhor gestão do sítio. Este processo de criação ainda está em curso.

Entrevistador: *Quem normalmente visita o museu? Estudantes ou turistas nacionais ou internacionais?*

Senhor Presidente do IIPC: Neste museu o nosso público-alvo não é definido, por pensamos que uns lugares de memória como o MRT, todas as pessoas fazem parte do nosso público – alvo: crianças adolescentes e velhos quer sejam eles estudantes, ou turistas nacionais e internacionais.

Entrevistador: *Como é que acha que se deve promover o museu?*

Senhor Presidente do IIPC: Através de uma gestão participada, de realizações de várias atividades e de uma maior divulgação.

Entrevistador: *Existe alguns projetos para com o museu de resistência? Se sim, que benefícios trará para a cidade e para Cabo Verde?*

Senhor Presidente: O maior projeto que temos é a candidatura do MRT ao património mundial. Com isso esperamos que Tarrafal e Cabo Verde saem a ganhar.

Entrevistador: *Os meios de divulgação (documentários, desdobráveis, e por vezes guias humanos), são suficientes? Existe um centro Interpretativo funcional?*

Senhor Presidente do IIPC: Nós temos uma grande carência dos meios de divulgação não só para o MRT, mas sim, para todos os sítios patrimoniais em Cabo Verde. O MRT deve ter o seu próprio site, ou então por enquanto deve fazer parcerias com a CMT, as empresas do ramo turístico a fim de conseguir uma melhor forma de divulgação deste espaço. Pode – se também fazer uso dos trabalhos académicos, DVDS musicais e outros meios convenientes.

Muito Obrigado pela atenção

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA CÂMARA MUNICIPAL DE TARRAFAL DE SANTIAGO

Identificação: Entrevistado(a) José Pedro Nunes Soares Duração: _____

Função: Presidente da Câmara Municipal do tarrafal - Data: 23 /08 / 2013

Entrevistador: Claudino Borges

Questões genéricas do sítio histórico e da Cidade:

Entrevistador: *O que representa a cidade de Tarrafal para a sua Câmara?*

Senhor Presidente da CMT: Para nós Tarrafal representa o nosso orgulho e o nosso património que temos que preservar e criar condições a sua população para um futuro melhor.

Entrevistador: *Como vê a gerência do museu de resistência?*

Senhor Presidente da CMT: Sobre isso não tenho informações suficientes para avaliar o processo de gestão neste espaço.

Entrevistador: *Existe uma parceria entre a Câmara Municipal. O IIPC e a direção do museu?*

Senhor Presidente da CMT: Não existe ainda nenhuma parceria entre a CMT, o IIPC e a direção do museu mas pensamos que num futuro próximo isso venha a concretizar.

Entrevistador: *Como tem aplicado a sua política? Como é gerida a cultura e o património da cidade? Existe um gabinete específico? Quantos técnicos da Câmara operam nesta área?*

Senhor Presidente da CMT: Sempre damos uma atenção especial á cultura, ela é a alma de um povo sem a cultura acabaremos por perder a nossa identidade e Tarrafal é uma cidade muito rica a nível cultural. Já fizemos muito para alavancar a cultura no Tarrafal, periodicamente dão formações aos agentes culturais, atribuímos subsídios para grupos e associações culturais. Temos um vereador que trabalha a tempo inteiro, mas não temos nenhum técnico especializado, mas sim um staff que trabalha com o vereador e estes recebem reciclagem sempre que for necessário.

Valorização, conservação, Restauro, Interpretação, Divulgação e Gestão

Entrevistador: *Qual é a perspectiva da sua instituição para com o museu de resistência?*

Senhor Presidente da CMT: A nossa perspetiva, ou seja, o nosso sonho é de um dia ver o MRT requalificado e equiparado ao Campo de Concentração de Ashwitz na Áustria. Gostávamos que o MRT fosse elevado ao património mundial da humanidade pelo seu mérito próprio. Para que isso aconteça temos muito trabalho a fazer e como é um

património imóvel da e na nossa cidade pensamos que a CMT deve ser ouvida nesta matéria. É com este propósito que assinamos um protocolo com a Câmara Municipal da ribeira Grande de Santiago (antiga Cidade Velha), com objetivo principal de servir da experiência dessa cidade, e do percurso que fizeram desde o início da criação do seu estatuto até a sua elevação ao património mundial da humanidade.

Entrevistador: *É conveniente restaurar completamente o Museu? Qual será a reutilização possível de cada espaço restaurado? Como deve ser feita a gestão? Qual é o papel da população local na gestão do sítio? Será que a população local tem participado e usufruído desta gestão?*

Senhor Presidente da CMT: Sim somos a favor da requalificação total deste espaço, até não faz sentido nenhum de requalificar só a parte interna do museu, deixando a parte externa. Devem ser tirados todos os moradores que utilizam essas moradias até porque não têm qualquer ligação ou seja, não são compatíveis com este espaço. Para isso a CMT concedeu lotes de terreno por aforramento a maioria desses moradores com objetivo de construir as suas próprias habitações. Atualmente a CMT tem enfrentado algumas reivindicações por parte destes, no que diz respeito a questão da canalização de águas nas casas, mas não cedemos a estas reivindicações porque se fizermos isso estamos a criar condições para que eles permaneçam no campo.

Entrevistador: *Acha que pode se criar uma aldeia museu utilizando as casas (antigas moradias dos antigos dirigentes e soldados) nos arredores do museu?*

Senhor Presidente da CMT: Sim depois de todo o arranjo do espaço deve – se criar uma aldeia museu utilizando todas as antigas moradias e apetrecha – las com réplicas dos antigos mobiliários que existiam ali e atribuir a cada espaço a função e a utilidade que tinham no passado.

Entrevistador: *Qual é a relação a relação entre o IIPC, a Direção do Museu e a autarquia local?*

Senhor Presidente da CMT: temos um ótimo relacionamento com ambas as partes, até porque temos sorte de ter um Ministro da Cultura que é natural do Tarrafal mas também a nível pessoal estudamos e crescemos juntos desde criança. Mesmo a nível pessoal e profissional temos um bom relacionamento.

Entrevistador: *Já foi convidado/a a participar nas reuniões, palestras, seminários e conferências ou debates no Museu de Resistência?*

Senhor Presidente da CMT: Nunca fomos convidados a participar nas reuniões e palestras no MR, alguns eventos que lá aconteceram foram por iniciativas da CMT, e outros pelo Governo de Cabo Verde através do Ministério da Cultura. Mas temos sido convidados a participar em eventos sobre património e resistência fora do concelho. Aliás para informação no próximo mês de Outubro do corrente ano (2013), temos agendado uma Conferência Internacional intitulado Rota dos Escravos que em princípio irá ter como palco o MR e contamos com a participação de mais de 10 países.

Entrevistador: *Como é que acha que se deve promover o museu?*

Senhor Presidente da CMT: Através de uma gestão integrada envolvendo a CMT, o MC, o MED, as associações comunitárias e na programação e realização de atividades culturais no espaço.

Entrevistador: *Existe alguns projetos para com o museu de resistência? Se sim, que benefícios trará para a cidade e para Cabo Verde?*

Senhor Presidente da CMT: Através da CMT não temos qualquer projetos sabendo que o museu é tutela do Estado de Cabo verde, mas sabemos do projeto que esta em curso para a candidatura ao património mundial da humanidade e esperamos que com isso Tarrafal e Cabo Verde beneficiem caso este projeto seja aprovado.

Entrevistador: *Os meios de divulgação (documentários, desdobráveis e por vezes guias humanos), são suficientes? Existe um centro interpretativo funcional?*

Senhor Presidente da CMT: No MR sabemos que tem um grande défice de meios de divulgação e de informação e muitas vezes já fomos interpelados para essa situação. Este espaço é o nosso principal cartão-de-visita por isso estamos disponível para colaborar na sua divulgação, aliás o museu faz parte do nosso roteiro turístico e também irá fazer parte da nossa agenda cultural, que pensamos elaborar e distribuir a nível local, nacional e internacional para que qualquer visitante tenha informação necessária do que a cidade oferece a nível cultural e as épocas da realização das principais atividades.

Muito Obrigado pela atenção

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA O DIRECTOR/ COORDENADOR DO MUSEU

Identificação: Entrevistado: João da Mata Veiga – Função: Diretor do Museu da Resistência - Data: 23 / 08 / 2013

Entrevistador: Claudino Borges

Questões genéricas do sítio histórico:

Valorização, Conservação e restauro

Entrevistador: O que representa o museu de resistência para si? Como tem sido a gerência do Museu?

Senhor Diretor do MRT: Perguntas remetidas á instancia superior IIPC.

Entrevistador: Existe uma parceria entre a direção do museu, a autarquia local e o Ministério da Cultura/ IIPC?

Senhor Diretor do MRT: Idem

Entrevistador: Quantos técnicos trabalham no museu? Quantos trabalhadores existem no museu? Têm alguma formação e experiência na museologia?

Senhor Diretor do MRT: Idem

Interpretação, Divulgação e Gestão

Entrevistador: *Qual é a perspectiva da sua Direção para com o museu de resistência?*

Senhor Diretor do MRT: Idem

Entrevistador: *É conveniente restaurar completamente o Museu? Qual será a reutilização Possível de cada espaço restaurado? Como deve ser feita a gestão? Qual é o papel da população local na gestão do sítio? Será que a população local tem participado e*

usufruído desta gestão?

Senhor Diretor do MRT: Idem

Entrevistador: Como vê Campo de Concentração património nacional?

Senhor Diretor do MRT: Idem

Entrevistador: *Acha que pode se criar uma aldeia museu utilizando as casas (antigas moradias dos antigos dirigentes e soldados) nos arredores do museu?*

Senhor Diretor do MRT: Idem

Entrevistador: *Qual é a relação a relação entre o a Direção do Museu, IIPC e a autarquia local?*

Senhor Diretor do MRT: Idem

Entrevistador: *Já foi realizado algumas reuniões, palestras, seminários e conferências ou debates no Museu de Resistência? Qual foi o grau de participação da população local?*

Senhor Diretor do MRT: Sim, em 2009, o Simpósio Internacional sobre Tarrafal com a grande participação dos tarrafalistas incluindo os ex. presos políticos da segunda fase, com o destaque pela participação do Edmundo Pedro (ex. preso político da primeira fase), Senhor Doutor Mário Soares (ex. primeiro Ministro de Portugal e presidente da Fundação Mário Soares), senhor primeiro ministro de Cabo verde, Ministro da Cultura, Presidente da República de Cabo Verde (Pedro Pires), Ministro da Cultura da Guiné Bissau, da Angola e com a participação dos estudantes dos liceus locais e público em geral.

Também foi realizado encontro com moradores do Campo no sentido de sensibilizá – los sobre as questões relacionadas com a permanência das crianças e animais no Campo.

Entrevistador: *Quem normalmente visita o museu? Estudantes ou turistas nacionais ou internacionais?*

Diretor do MRT: Turistas nacionais e estrangeiros (sobretudo o 2º), estudantes de vários níveis de ensino desde o básico á universitários.

Entrevistador: *Como tem sido a afluência dos visitantes no museu? Qual é o preço da entrada?*

Diretor do MRT: A afluência do público ao museu tem sido razoável em média mensal ronda os 200 visitantes com o preço de entrada a cem escudos por pessoas adultas (Média

de um euro por pessoas) e crianças com entrada grátis.

Entrevistador: *As pessoas que aqui entram, saem com alguma noção do museu/ Campo de Concentração? Quem os acompanha durante as visitas?*

Diretor do MRT: Claro que sim, temos salas de exposições documentais, com informações necessárias, de modo, a permitir o visitante a ter uma noção sobre um determinado conhecimento histórico do campo. Normalmente as visitas são acompanhadas quando se trata de grupos organizados, caso solicitado ao próprio diretor. As agências de viagens trazem sempre guia turísticas preparadas para o efeito. No que diz respeito as visitas individuais estas não são acompanhadas.

Entrevistador: *Os meios de divulgação (documentários, desdobráveis, são suficientes? Existe um Centro Interpretativo é funcional?*

Diretor do MRT: Aqui não vendemos desdobráveis e documentários que não são solicitados, oferecemos aos visitantes quando temos disponíveis no museu porque não temos receitas suficientes para assegurar toda a manutenção e a divulgação do museu.

Muito Obrigado pela atenção

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS Antigos Presos políticos do Campo de Concentração

Identificação: Entrevistado: Alberto Gomes Semedo. Idade -----

Localidade: Calheta São Miguel - Habilitações literárias ---- Profissão: Reformado do Ministério da Agricultura e desenvolvimento Rural - Data: 6 / 09 / 2013

Entrevistador: Claudino Borges

Questões genéricas sobre o Museu de resistência:

Valorização e conservação do património

Entrevistador: Quantos anos o senhor esteve preso no Tarrafal?

Senhor Alberto: Entrei no Campo de Concentração em 1970 e só tive a liberdade em 1974.

Entrevistador: *O Museu de Resistência é um património? Conhece outro tipo de património? Quando é que foi classificada? Como é que vê o Museu Resistência?*

Senhora Suzete: Sim acho que é um património de Cabo Verde, como a Cidade Velha, mas que faz parte de um património de muita dor por parte de todos os colegas que por aqui passaram. Quanto a sua classificação como património nacional não me recordo a data, mas precisa de fazer muitos trabalhos aqui para recuperar este espaço.

Entrevistador: *Que tipo de intervenção e conservação foram feitos no Museu da Resistência? Quem como e onde foram realizadas?*

Senhor Alberto: Fizeram trabalhos nas duas salas onde se encontra a exposição, no posto de socorro, sala de leitura nas casas de banho e no gabinete do diretor. Quem fez os trabalhos é a Cooperação Portuguesa e o governo.

Interpretação, divulgação e gestão

Entrevistador: *É conveniente restaurar completamente o Museu? Qual será a reutilização possível de cada espaço restaurado? Como deve ser feita a gestão? Que é o papel da população local na gestão do sítio? Será que a população local tem usufruído desta gestão?*

Senhor Alberto: Sim sou a favor que se deve restaurar todos os espaços do Campo de

Concentração, manter os moradores que aqui estão, e realizar mais atividades no museu. Também fico triste com a forma que este museu está a ser valorizada e gerida, é necessário pensar este museu como um símbolo da nação por isso que devemos fazer tudo para requalificar os espaços e para fazer uma gestão integrada.

Entrevistador: *Como vê Campo de Concentração património nacional? Sabe o que é a museologia? Se sim, dê exemplos?*

Senhor Alberto: Como património é muito bom para Cabo Verde e para Tarrafal porque muitos turistas estrangeiros vêm cá visitar, assim o museu é conhecido a nível mundial. A museologia é uma área que ocupa das questões dos museus..

Entrevistador: *Como vê a relação entre a Camara Municipal, o IIPC e a Direção do Museu?*

Senhor Alberto: Sobre este assunto não tenho nenhuma informação.

Entrevistador: *Como um antigo preso político já beneficiou de algum projeto do Museu, da Camara Municipal ou do IPC? Se sim no quê e quando?*

Senhor Alberto: Nunca. Nós os antigos presos políticos não estamos a ser valorizados neste aspeto nem sequer temos uma pensão mínima para sobrevivência aqui falo principalmente dos meus colegas que não têm qualquer rendimento.

Entrevistador: *Já foi convidado/a a participar nas reuniões, palestras, seminários e conferências ou debates no Museu de Resistência?*

Senhor Alberto: Sim algumas vezes.

Entrevistador: *Quem normalmente visita o museu? Estudantes ou turistas nacionais ou internacionais?*

Senhor Alberto: Todos mas os turistas estrangeiros visitam mais o museu.

Entrevistador: *Como é que acha que se deve promover o museu?*

Senhor Alberto: através de maior divulgação nos meios de comunicações, fazer uma gestão integrada em que a ACP esteja incluída.

Muito Obrigado pela atenção

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS MORADORES

Identificação: Entrevistado(a): Suzete Vaz varela. Idade: 40 anos

Localidade: Chão Bom - Habilitações literárias 4ª classe - Profissão Empregada de Limpeza do Museu - Agregado familiar 6 - Data: 21 / 08 / 2013 ---- Entrevistador: Claudino Borges

Questões genéricas sobre o Museu de resistência:

Valorização e conservação do património

Entrevistador: *O Museu de Resistência é um património? Conhece outro tipo de património? Quando é que foi classificada? Como é que vê o Museu Resistência?*

Senhora Suzete: Sim acho que é um património de Cabo Verde, como a Cidade Velha, mas não sei quando foi classificado e precisa de fazer muitos trabalhos aqui para recuperar este espaço.

Entrevistador: *Que tipo de intervenção e conservação foram feitos no Museu da Resistência? Quem como e onde foram realizadas?*

Senhora Suzete: Fizeram trabalhos nas duas salas onde se encontra a exposição, no posto de socorro, sala de leitura nas casas de banho e no gabinete do diretor. Quem fez os trabalhos é a Cooperação Portuguesa e o governo.

Interpretação, divulgação e gestão

Entrevistador: *É conveniente restaurar completamente o Museu? Qual será a reutilização possível de cada espaço restaurado? Como deve ser feita a gestão? Que é o papel da população local na gestão do sítio? Será que a população local tem usufruído desta gestão?*

Senhora Suzete: Sim sou a favor que se deve restaurar todos os espaços do Campo de Concentração, manter os moradores que aqui estão, e realizar mais atividades no museu. Para a melhor gestão deve – se incluir a CMT, ACCB, os moradores porque o museu nos pertence também.

Entrevistador: *Como vê Campo de Concentração património nacional? Sabe o que é a museologia? Se sim, dê exemplos?*

Senhora Suzete: Como património é muito bom para Cabo Verde e para Tarrafal porque muitos turistas estrangeiros vêm cá visitar, assim o museu é conhecido a nível mundial. Não sei o que é a museologia.

Entrevistador: *Como vê a relação entre a Camara Municipal, o IPC e a Direção do Museu?*

Senhora Suzete: Sobre este assunto não tenho nenhuma informação, os moradores não têm informações sobre o que passa no museu.

Entrevistador: *Já beneficiou de algum projeto do Museu, da Camara Municipal ou do IPC? Se sim no quê e quando?*

Senhora Suzete: Sim beneficiei de um terreno concedido pela CMT, para construir minha casa mas o problema de fundo são os recursos financeiros e materiais para a construção.

Entrevistador: *Já foi convidado/a a participar nas reuniões, palestras, seminários e conferências ou debates no Museu de Resistência?*

Senhora Suzete: Sim algumas vezes.

Entrevistador: *Quem normalmente visita o museu? Estudantes ou turistas nacionais ou internacionais?*

Senhora Suzete: Todos mas os turistas estrangeiros visitam mais o museu.

Entrevistador: *Como é que acha que se deve promover o museu?*

Senhora Suzete: através de maior divulgação nos meios de comunicações, fazer uma gestão integrada.

Muito Obrigado pela atenção

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA as ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS, CULTURAIS E PÚBLICAS

Identificação: Entrevistado (a): Associação Cívica Chao Bom - Duração 20 anos, Nºassociados 220, Função: Presidente - Data: 5/08/2013, - Entrevistador: Claudino Borges.

Questões genéricas sobre o Museu de resistência:

Valorização e conservação do património

Entrevistador: *Qual é a sua natureza e função? Como pretende desenvolver os seus associados e o museu de resistência?*

Senhor Presidente da ACCB: Nós atuamos em várias vertentes sociais desde a educação cultura, saúde e desportos. O desenvolvimento dos associados e o museu da Resistência passa por uma Valorização, histórica e cultural, Visitas periódicas e realizações de atividades culturais.

Entrevistador: *Como tem sido a sua participação no desenvolvimento local, e no museu?*

Senhor Presidente da ACCB: No desenvolvimento local temos sido um forte parceiro desta comunidade, mas no museu a nossa participação é nulo

Entrevistador: *Sabe o que é património – monumento ou sítio histórico? Museu de Resistência é um património? Porquê? Desde quando?*

Senhor Presidente da ACCB: Sim, por ser um edifício emblemático e cheio de simbolismo desde sua construção.

Interpretação, Divulgação e Gestão

Entrevistador: *Como vê a sua gestão? Sabe se existe um plano de gestão elaborado com a participação da população/ Associação? Como é que a sua instituição pode ajudar na gestão do sítio?*

Senhor presidente da ACCB: Sobre a gestão do museu não tenho informação. A nossa associação esta disposta a ajudar através duma política de gestão integrado, na programação e realização de atividades culturais.

Entrevistador: *Como gerir o museu com a participação da população?*

Senhor Presidente da ACCB: Criar uma comissão com forças viva local

Entrevistador: *Acha que a aldeia ao redor do museu deve ser musealizado? Qual é o estado de conservação do museu?*

Senhor Presidente da ACCB: Meio abandonado, o redor deve ser requalificado, ter novo rosto para Chão Bom.

Entrevistador: *O que espera deste sítio para a sua instituição? Qual será a sua participação na implementação deste projeto museológico?*

Senhor Presidente da ACCB: Que seja um lugar onde todos têm vez e voz e que talvez venha criar algum posto de trabalho.

Entrevistador: *Como vê a relação entre a Camara Municipal, o IPC e o museu?*

Senhor Presidente da ACCB: Não tenho informação

Entrevistador: *Já participou de algumas ações realizadas no museu? Quais e como?*

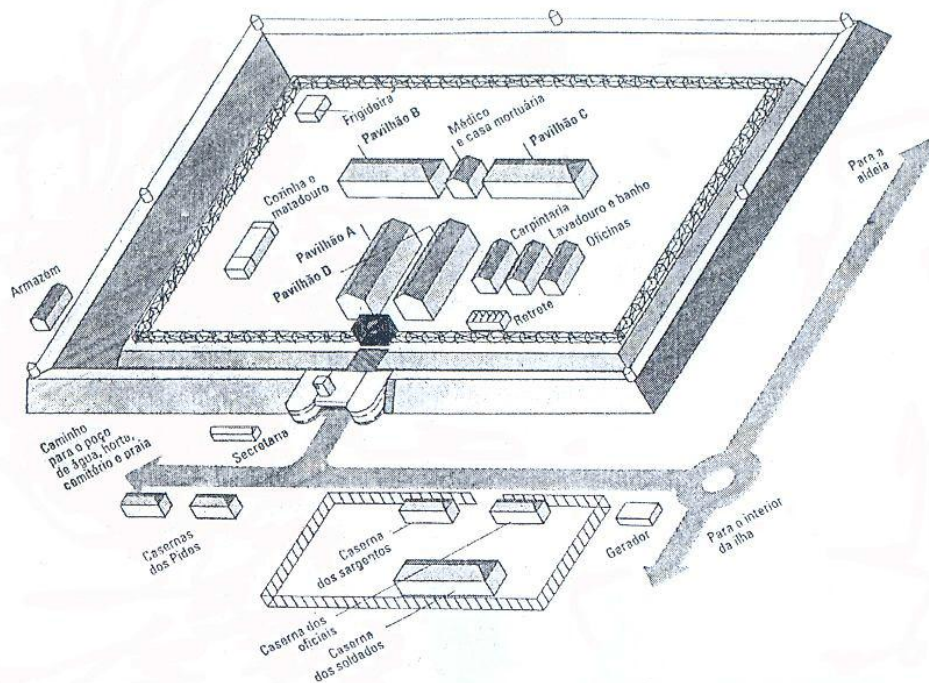
Senhor Presidente da ACCB: Algumas vezes, mas não me lembro o tema do encontro.

Entrevistador: *Como é que acha que se deve promover o museu?*

Senhor Presidente da ACCB: Divulgando, junto dos órgãos da comunicação social, as atividades a realizar e incentivar visitas tanto dos residentes como dos nacionais e estrangeiros.

Muito Obrigado pela atenção

Anexo - 2



Axonometria do Campo de Concentração do Tarrafal 1947



Avenida das acácias (interior do Museu da Resistência)

Fonte: https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+mus+eu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U



Posto de Socorro

Fonte: https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U



Exposição no interior do posto de Socorro (o famoso médico Esmeraldo Pais de Prata e uma lista de todos os médicos que trabalharam no Campo de Concentração do Tarrafal).

Fonte:https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0i9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U



Visita de estudo de uma escola do EBI Sec.

Fig. 5 - Visita de estudo dos alunos do Ensino



Farda utilizado pelos presos na 1ª fase e Capacetes dos soldados angolanos

Fonte:https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0i9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U



Bandolim na vitrina

Painel que retratam os presos e as instalações



Vista alargada de uma das salas de exposição do Museu da Resistência e a problemática da incidência direta da luz natural sobre os objetos.

Fonte: https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j019.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U



Processos dos presos políticos

Fonte:https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U



Uma Sala de exposição permanente

Índice de crédito das imagens

Imagem nº 1- retirada in dossier de candidatura da Cidade Velha ao património mundial

Imagem nº 2 – retirada In Brito Semedo 2007

Imagem nº 3 – retirada de Google Earth em 20 de Fevereiro de 2014-03-04

Imagem nº 4 – www.sit.gov.cv – retirada em 20 de Fevereiro de 2014

Imagem nº 5 –<http://www.pcp.pt/index.php?option=comcontent&task=view&id=Itenid=245>
- visitada em 22 de Fevereiro de 2014

Imagem nº 6 – autoria do autor, foto tirado do painel da exposição no MRT 21 /08/2013

Imagem nº 7 – Autoria de Claudino Borges 21 /08 / 2013

Imagem nº 8 – Gentilmente cedida pela direção do Museu

Imagem nº 9 – Gentilmente cedida pela direção do Museu

Imagem nº 10 – gentilmente cedida pelo arquiteto da CMT Luís Semedo

Imagem nº 11 – Autoria de Claudino Borges 21 / 08 / 2013

Imagem nº 12 – Autoria de Claudino Borges 21 / 08 / 2013

Imagem nº 13 - Fonte: <http://phototravel.blogspot.com/2006/11/dachau-concentration-camp.html> e <http://phototravel.blogspot.com/2006/11/dachau-concentration-camp.html>

Imagem nº 14 - <http://www.cityscouter.com/pictures/munich/Dachau-Concentration-Camp-Photos.html> - Visitada em 22 de Abril de 2014

Imagem nº 15 - <http://pernambucobeat.files.wordpress.com/2008/04/casa-da-cultura-21.jpg>
- Visitada em 02 de Março de 2014.

Imagem nº 16 - <http://i272.photobucket.com/albums/jj195/zinho2008/tiagobody7.jpg>

Imagem nº 17 – Autoria Claudino Borges – 21 / 08 / 2013

Anexo 2

Imagem nº 1

TAVARES, José Manuel Soares. O Campo de Concentração do Tarrafal: a origem e o quotidiano (1936-1954). Lisboa, Colibri, 2006, pp. 80

Imagem nº 2

Gentilmente cedida pela direção do MRT

Imagem nº 3

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0...0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U - 21 / 08 / 2013

Imagem nº 4

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0...0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U - 21 / 08 / 2013

Imagem nº 5 – Tirada da dissertação de Carlos Mendes 21 / 04 / 2014

Imagem nº 6

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0...0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U; 21 / 08 / 2013

Imagem nº 7

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0...0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U; 21 / 08 / 2013

Imagem nº 8

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U; 21 / 08 / 2013

Imagem nº 9

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U; 21 / 08 / 2013

Imagem nº 10

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U; 21 / 08 / 2013

Imagem nº 11

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U; 21 / 08 / 2013

Imagem nº 12

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U; 21 / 08 / 2013

Imagem nº 13

https://www.google.pt/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=fotos+do+museu+da+resistencia+do+tarrafal&oq=fotos+d&gs_l=hp.1.0.35i39j0l9.11464.18459.0.23544.12.10.0.0.0.0.439.1540.0j5j0j1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..6.6.1099.0.7Mwy4_Sy59U; 21 / 08 / 2013